

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico
de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

49

Out/Dez, 2016



PRESIDENTE

Marcos Costa Holanda

DIRETORES

Antônio Rosendo Neto Junior

Henrique Teixeira Moura

Luiz Carlos Everton de Farias

Perpetuo Socorro Cajazeiras

Nicola Moreira Miccione

Romildo Carneiro Rolim

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Luiz Alberto Esteves

Economista-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Gerente de Ambiente

Airton Saboya Valente Junior

*Gerente Executivo E. E. – Célula de Estudos e
Pesquisas Macroeconômicas*

CORPO EDITORIAL**Editor-Científico**

Luiz Alberto Esteves

Editor-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Executivo

Airton Saboya Valente Junior

EQUIPE TÉCNICA**Produto Interno Bruto**

Biágio de Oliveira Mendes Junior

Produção Agropecuária

Jackson Dantas Coêlho

Wendell Márcio Carneiro Araújo

Produção Industrial

Liliane Cordeiro Barroso

Serviços e Comércio

Airton Saboya Valente Junior

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Intermediação Financeira

Allisson David de Oliveira Martins

Estagiária

Francisca Crisia Diniz Alves

Jovem Aprendiz

Anderson Acioly Da Silva

Preparação de Tabulação de Dados

Leonardo Dias Lima

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 – Bloco A2 –
Térreo

Passaré – 60743-902 – Fortaleza (Ce) – BRASIL

Telefone: (85) 3299.3033

Cliente Consulta: 0800 728 3030

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação são assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

BNB Conjuntura Econômica. – Nº 48 (outubro – dezembro. 2016). – Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2016–.

95 p.

Trimestral

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

Sumário

1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS.....	4
1.1. Desempenho da indústria da construção civil no Brasil	4
1.2. Caracterização da indústria da construção	5
1.3. Evolução e situação atual do setor da construção.....	6
1.3.1. Nível da atividade.....	6
1.3.2. Emprego	6
1.3.3. Financiamento.....	8
1.4. Perspectivas do setor de construção no Brasil	9
2. ATIVIDADE ECONÔMICA	12
2.1. Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil	12
2.2. Atividade econômica no Nordeste.....	14
3. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.....	20
3.1. Agricultura	20
3.2. Pecuária.....	36
3.3. Agronegócio	37
3.4. Balanço do agronegócio no Nordeste.....	41
4. PRODUÇÃO INDUSTRIAL.....	46
5. COMÉRCIO.....	50
6. SERVIÇOS.....	55
7. TURISMO	59
8. MERCADO DE TRABALHO.....	64
8.1. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE	64
8.2. Dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS.....	67
9. COMÉRCIO EXTERIOR	73
10. FINANÇAS PÚBLICAS.....	81
11. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	84
11.1. Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional.....	87
11.2. Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro no Nordeste.....	91
11.3. Empréstimos e financiamentos realizados pelo BNDES/FINAME	93
11.4. Banco do Nordeste: Taxas de Juros, Saldo dos Depósitos e Operações de Crédito	94

1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

1.1. Desempenho da indústria da construção civil no Brasil

Francisco Diniz Bezerra

Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA-UFC
Coordenador de Estudos e Pesquisas do BNB/ETENE
Fortaleza, 10/03/2017

INTRODUÇÃO

O trabalho analisa o Setor da Construção no Brasil, com recorte para a Região Nordeste. O texto apresenta uma panorâmica da Construção no País, particularmente no Nordeste, disponibilizando informações sobre a evolução da atividade nos últimos dez anos e a sua situação atual, além de traçar as perspectivas para o futuro próximo. Dentre outros assuntos, o trabalho aborda aspectos relacionados ao nível de atividade, valor adicionado, emprego e financiamento.

O Setor da Construção é importante no processo de crescimento e desenvolvimento econômico do País, em razão de seu elevado efeito multiplicador, de sua baixa dependência de importações, da reduzida relação capital/produto e principalmente por ser intensivo em mão de obra, sobretudo de baixa qualificação. Além disso, dadas as suas características intrínsecas, com forte encadeamento a montante, inúmeras outras atividades industriais e de serviços são aglutinadas à sua dinâmica, formando o Macrossetor da Construção. Neste contexto, indústrias ligadas à mineração, como a extração de agregados para a construção civil (areia, brita etc.) e ao setor de transformação, como a produção de cimento, tijolos, revestimentos, aço etc., são fortemente dependentes do dinamismo da Construção. Na área de serviços, escritórios de projetos e empresas de serviços especializados de sondagem, topografia etc. integram a cadeia produtiva do Setor de Construção, formando um extenso e complexo sistema produtivo. Desta forma, a indústria da construção pode ser considerada um termômetro para a análise de uma série de atividades econômicas que dependem diretamente de seu desempenho.

1.2. Caracterização da indústria da construção

De acordo com a Classificação Nacional das Atividades Econômicas – CNAE 2.0, a Construção é um dos ramos da indústria¹. Conforme essa classificação, a Construção divide-se nos segmentos de Construção de Edifícios, também conhecida como Construção Civil Leve (construção de prédios residenciais ou comerciais, condomínios, shopping-centers, habitações em geral, complexos hoteleiros, etc.), Obras de Infraestrutura, também chamada de Construção Civil Pesada (obras de maior porte, como estradas, pontes, usinas, barragens, saneamento, etc.) e Serviços Especializados para Construção.

Consoante dados das Contas Regionais do Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Indústria da Construção representa 6,2% do Valor Adicionado Bruto (VAB) das atividades econômicas do País, sendo responsável por agregar à economia nacional R\$ 306,9 bilhões, em 2014. No Nordeste, em particular, a atividade da construção corresponde a 7,9% do VAB da Região, tendo agregado à economia R\$ 56,2 bilhões em 2014.

No Brasil, o Setor da Construção concentra-se no Sudeste (50,7%), Região responsável por cerca da metade do VAB da atividade no País. O Nordeste (18,3%) é a Região brasileira com a segunda maior participação no VAB da Construção. As demais regiões têm participação menos expressiva: Sul (14,6%), Centro-Oeste (9,6%) e Norte (6,8%).

Na atividade da Construção, é de suma importância a disponibilidade de recursos para financiamento tanto na Construção Civil Leve quanto na Construção Civil Pesada. No Brasil, as atividades do segmento de Construção Civil Leve são financiadas, basicamente, por três tipos de funding:

- a) **Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE)**, cujos recursos são provenientes das contas de poupança.
- b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), constituído principalmente pela contribuição de 8% sobre a remuneração paga a empregados.
- c) **Recursos livres das aplicações financeiras** ligadas a imóveis, tendo como principais fundos as Letras de Crédito Imobiliário (LCI), os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e as Letras Hipotéticas (LH).

Os recursos provenientes desses fundings são utilizados em dois sistemas de financiamento imobiliário: 1) Sistema Financeiro Habitacional (SFH), criado pela Lei 4.380 de 21/08/1964; e o 2) Sistema de Financiamento Imobiliário, definido pela Lei 9.514-20/11/1997 e suas alterações.

No que concerne aos programas de financiamento para aquisição de moradia, cabe destacar o Programa Minha Casa Minha Vida, instituído pela Lei 11.977, de 07/07/2009, que já entregou 2,63 milhões de unidades habitacionais e tem alocado recursos no montante de R\$ 294,5 bilhões (Site Oficial do Programa, disponível em

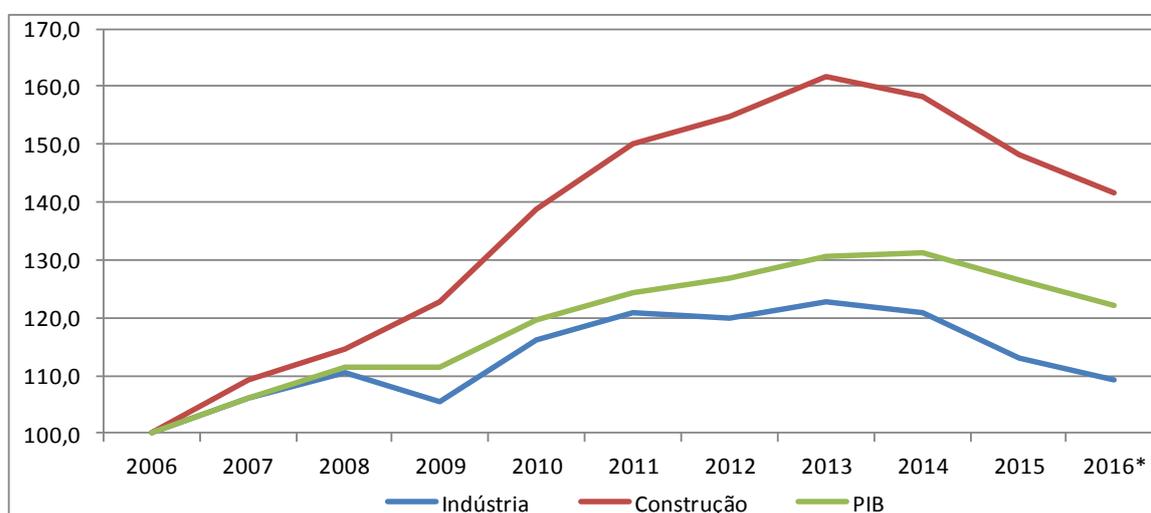
¹ Além da Construção (Seção F), a Indústria é constituída também pelas Indústrias Extrativas (Seção B), Indústrias de Transformação (Seção C) e pelos Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP (Seções D e E).

1.3. Evolução e situação atual do setor da construção

1.3.1. Nível da atividade

Nos últimos dez anos, a atividade da Construção no Brasil alcançou elevado crescimento, obtendo desempenho sensivelmente superior ao do PIB e ao da Indústria Geral. Contudo, o crescimento não foi uniforme, podendo-se destacar dois períodos distintos. No primeiro, compreendido desde 2006 até 2013, a atividade da Construção apresentou crescimento expressivo à taxa média de 7,1% a.a., enquanto o PIB nacional evoluiu 3,9% a.a. e a Indústria Geral 3,0% a.a. Por outro lado, a partir de 2013 até 2016 (3º. trimestre), a atividade de construção no Brasil apresentou sensível recuo de 4,3% a.a., bem acima do PIB (-2,2% a.a.) e da Indústria Geral (-3,8% a.a.) (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução do VAB da Indústria Geral, da Construção e do PIB do Brasil – 2006-2016* (Número-índice: 2006 = 100)



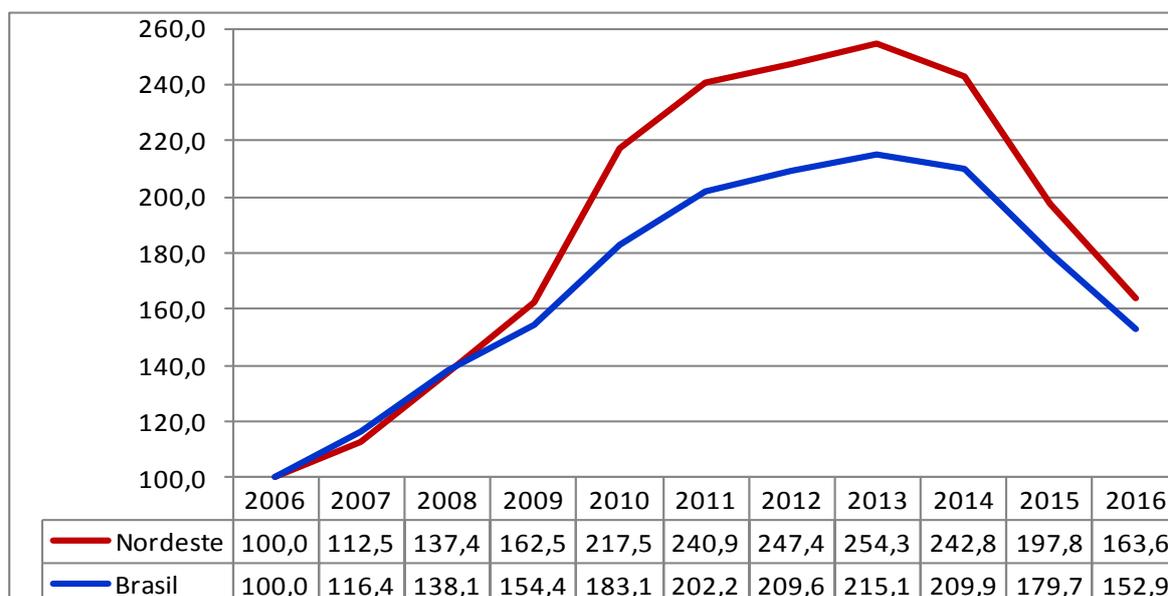
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Notas: Variável = Série encadeada do índice de volume trimestral; * Até setembro/2016.

1.3.2. Emprego

O comportamento do emprego na atividade de Construção também reflete a crise que o setor atravessa no País nos últimos anos. Com efeito, de crescimento vertiginoso de 2006 a 2013, o número de empregos na Construção do Brasil decresceu de 2014 a 2016. No mesmo período, o Nordeste apresentou desempenho mais favorável do que o observado para o Brasil, entretanto, também sofre os efeitos da crise em anos recentes (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Evolução do saldo de emprego formal na Indústria da Construção – Brasil e Nordeste (Número-índice: 2006 = 100)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Ministério do Trabalho.

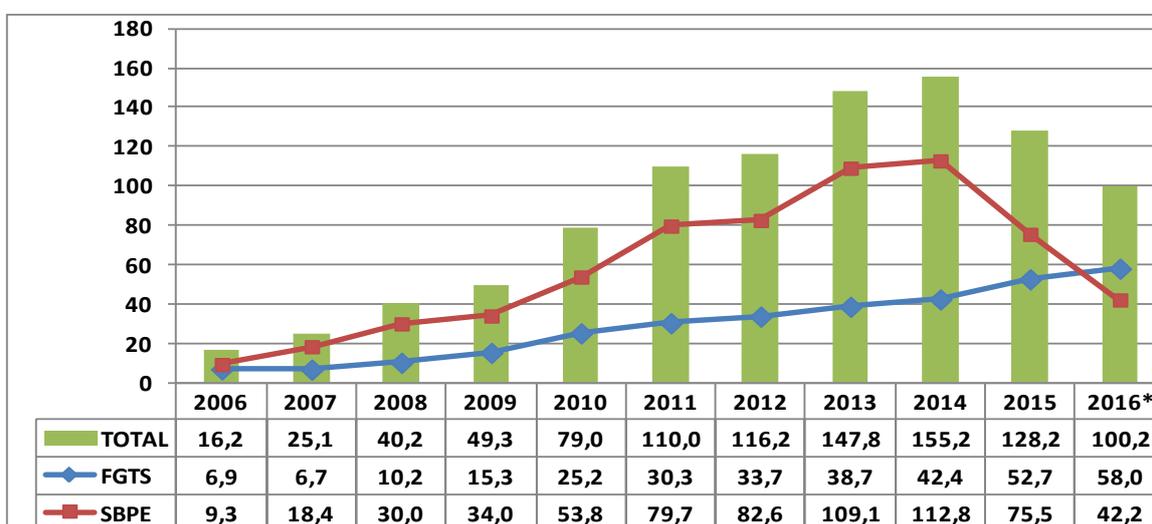
No final de 2016, o País detinha 2,2 milhões de postos formais na Construção, cerca de 30% menos (perda de 894,0 mil postos) do que o saldo de dezembro de 2013. Nos três segmentos que compõem a Indústria da Construção, o comportamento da evolução do emprego nos últimos anos foi similar ao do total dessa atividade no País, com todos apresentando perdas expressivas. Sendo a Construção Civil uma importante fonte de geração de empregos, sobretudo de baixa qualificação, variações expressivas nessa atividade impactam sobremaneira a disponibilidade de postos de trabalho no País. No Nordeste, Região que detém 20,5% (450,2 mil postos formais em dezembro de 2016) do estoque de empregos na Construção do Brasil, o comportamento no mercado de trabalho nessa indústria foi similar ao registrado no País, tendo recuado 35,6% entre 2013 e 2016. Na Região, dos três segmentos que compõem essa indústria, a Construção Civil Pesada (-42,4%) teve a maior queda, seguida da Construção Civil Leve (-36,6%). Já nos Serviços Especializados para Construção (-21,3%), o recuo foi mais ameno também na Região, a exemplo do verificado para o País.

Os dados de emprego confirmam a existência de dois momentos distintos no Setor da Construção no Brasil e, de modo particular, no Nordeste, tendo 2013 como o ano de inflexão. Com efeito, de 2006 até esse ano, o emprego formal nessa atividade apresentou crescimento em ritmo acelerado tanto no País (11,6%a.a.) como na Região (14,3%a.a.). Porém, no período compreendido entre 2013 e 2016, a Construção obteve perdas expressivas no emprego formal, com recuo de 10,7%a.a. no Brasil e de 13,7%a.a. no Nordeste. Como visto, embora todos os segmentos da Construção tenham apresentado perdas a partir de 2013, o de obras de infraestrutura sofreu maior retração tanto no País como também na Região.

1.3.3 Financiamento

No Brasil, o FGTS e o SBPE representam as duas principais fontes de recursos utilizados para o financiamento imobiliário. Desde 2006, o FGTS tem incrementado continuamente o volume de recursos destinados à construção e à aquisição de imóveis, alcançando a cifra de R\$ 58,0 bilhões em 2016. Já o financiamento com recursos do SBPE, embora tenha tido crescimento substancial até 2014, vem apresentando sensível redução desde então. Para 2016, considerando dados até novembro, foram alocados ao setor imobiliário o montante de R\$ 42,2 bilhões por essa fonte. Ressalta-se que, nos últimos anos, o crescimento do FGTS no financiamento imobiliário não foi suficiente para compensar a queda do SBPE, resultando numa diminuição expressiva dos recursos destinados ao setor no País (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Financiamento imobiliário no Brasil: SBPE e FGTS – 2006-2016* (R\$ bilhões correntes)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Notas: O valor total corresponde à soma de FGTS e SBPE.

* Em 2016, o valor do SBPE refere-se ao acumulado de janeiro a novembro.

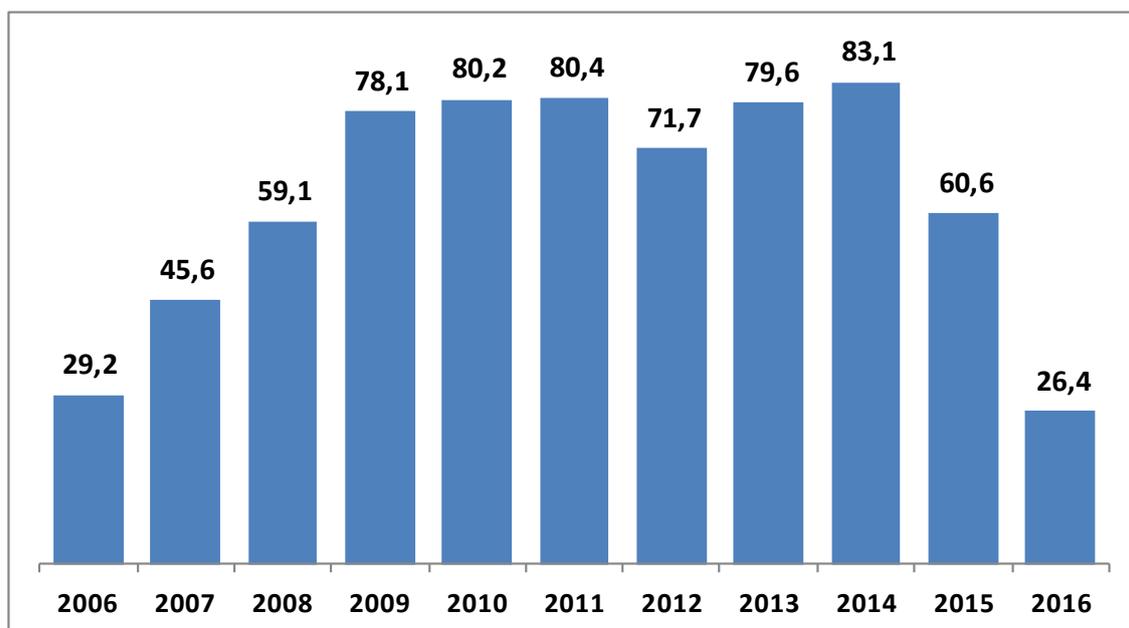
O recuo dos investimentos do SBPE no setor imobiliário do Brasil nos últimos anos também ocorreu, de modo particular, no Nordeste, embora de forma mais amena. Em 2016 (janeiro a novembro), o SBPE aportou na Região R\$ 5,9 bilhões, cifra correspondente a 14% do total investido no País por essa fonte de recursos

No que concerne aos recursos do FGTS, o comportamento dos aportes dessa fonte no Nordeste também foi similar ao verificado no Brasil, excetuando-se 2016, ano em que a Região experimentou recuo de 6% ante uma expansão de 10% no País. Particularmente em 2016, foram aportados pelo FGTS R\$ 9,8 bilhões no setor imobiliário nordestino, cifra que representa 17% do total injetado no Brasil (R\$ 58,0 bilhões).

Referindo-se à Construção Civil Pesada, um dos parâmetros importantes de análise são os desembolsos efetuados pelo BNDES em Infraestrutura, que somaram R\$ 26,4 bilhões em 2016.

De trajetória ascendente desde 2006 até 2014 (exceção 2012 e 2013), os desembolsos desse banco tiveram queda expressiva nos anos seguintes. Em relação ao ano precedente, o recuo em 2015 correspondeu a 27,1% e em 2016 a 56,4%, atestando os efeitos da crise (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Desembolsos do BNDES para Infraestrutura 2006-2016 (R\$ bilhões constantes de dez/2016)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do BNDES.

O FGTS também aloca recursos para a Construção Civil Pesada. Em 2016, foram aplicados em obras de saneamento básico e de infraestrutura urbana o montante de R\$ 2,17 bilhões no País, cifra substancialmente inferior à do ano de 2014 (R\$ 15,86 bilhões). Em 2016, o Nordeste foi contemplado com R\$ 1,59 bilhão em 2016.

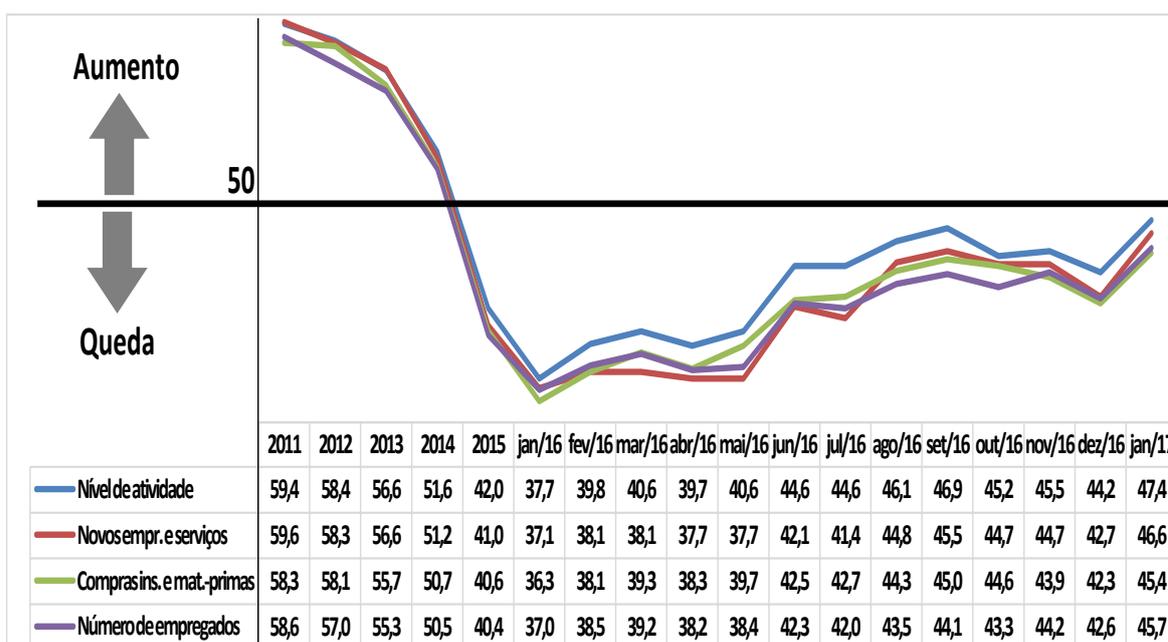
1.4. Perspectivas do setor de construção no Brasil

O ambiente de negócios não se mostra favorável à recuperação da atividade da Construção no curto prazo. O Índice de Intenção de Investimento² no Setor da Construção, divulgado pela CNI, referente a janeiro/2017 (27,7 pontos), reflete o pessimismo que tomou conta nessa indústria no Brasil nos últimos anos. No entanto, apesar de ainda refletir pessimismo, esse indicador apresentou leve melhora ao longo de 2016, podendo significar um indício de que o pior da crise já passou. Dentre os problemas apontados pelos empresários da Construção que refletem essa realidade, a falta de demanda desponta em primeiro lugar.

² O índice de intenção de investimento da CNI compreende o intervalo de 0 a 100. Quanto maior o índice, maior é a intenção de investimento.

De fato, os empresários estão menos pessimistas em relação aos próximos meses. Todos os indicadores de expectativa aumentaram na passagem de dezembro/16 para janeiro/17, se aproximando da linha divisória de 50 pontos que divide expectativas de queda e de aumento. Os indicadores de expectativa de nível de atividade e de novos empreendimentos e serviços aumentaram 3,2 e 3,9 pontos, respectivamente. Os índices de expectativa de compras de insumos e matérias-primas e de números de empregados também apresentaram crescimento no período, ambos de 3,1 pontos (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Índices das expectativas para os próximos seis meses – 2011-jan/2017



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da CNI.

Considerando o elevado déficit habitacional brasileiro, da ordem de 6 milhões de unidades residenciais, das quais cerca de 2 milhões no Nordeste (dados de 2014), segundo a Fundação João Pinheiro, e a necessidade de ampliação e modernização da infraestrutura do País, depreende-se que há espaço para crescimento substancial da atividade da Construção no Brasil. No entanto, são necessárias políticas públicas que engendrem dinamismo ao Setor. Por outro lado, por ser intensivo em mão de obra, o Setor da Construção pode ser beneficiado por medidas governamentais, no intuito de manter a taxa de desemprego baixa. Nesse sentido, em 06/02/2017, foi anunciada a terceira fase do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), com meta de construir mais de 2 milhões de moradias até o final de 2018 e realizar investimentos no total de R\$210,6 bilhões. Confirmando-se os investimentos projetados, o MCMV representará um alento à crise que o setor atravessa, contribuindo para dinamizar a atividade no País.

O Índice de Confiança da Construção (ICST), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), subiu 2,5 pontos em janeiro/2017, ante dezembro/2016, e atingiu 74,5 pontos, o maior nível desde junho de 2015 (quando estava em 76,2 pontos). Na comparação com janeiro de 2016,

houve alta de 7,1 no indicador. Contudo, conforme ressalta a coordenação desse estudo na entidade, “a melhora das expectativas combinada a uma percepção menos negativa sobre a situação atual contribuiu para que a confiança da construção registrasse em janeiro a maior alta mensal da série. Ainda assim não é possível apontar o fim do ciclo recessivo no setor, pois o aumento da confiança continua amparado muito mais nas expectativas do que na melhora de fato dos negócios. Vale notar que a carteira de contratos das empresas encontra-se em um patamar muito baixo”. Em outras palavras, a recuperação efetiva da atividade ainda não iniciou.

2. ATIVIDADE ECONÔMICA

2.1. Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil

Após registrar queda de 3,8% em 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil declinou 3,6% em 2016, ocorrendo inclusive queda nos três setores nesse último ano: agropecuária (-6,6%), indústria (-3,8%) e serviços (-2,7%). Considerando o lado da oferta, a Agropecuária registrou R\$ 295,2 bilhões, a Indústria R\$ 1.150,2 bilhões e os Serviços R\$ 3.969,2 bilhões.

Pelo lado da demanda, a Despesa de Consumo das Famílias totalizou R\$ 4.011,5 bilhões, a Despesa de Consumo do Governo R\$ 1.264,7 bilhões e a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) R\$ 1.026,8 bilhões. A Balança de Bens e Serviços ficou superavitária em R\$ 22,7 bilhões e a Variação de Estoque foi negativa em R\$ 58,8 bilhões. A taxa de investimento no ano de 2016 foi de 16,4% do PIB, abaixo do observado em 2015 (18,1%). A taxa de poupança foi de 13,9% em 2016 (ante 14,4% no ano anterior).

Tanto pelo lado da oferta quanto pela ótica da demanda, todos os componentes do PIB apresentaram contrações no quarto trimestre de 2016 frente ao trimestre anterior, conforme especificado na Tabela 1.

O decréscimo em volume do valor adicionado da agropecuária no ano de 2016 (-6,6%) decorreu do fraco desempenho da agricultura, em especial o milho, a cana de açúcar e a soja. Por outro lado, algumas lavouras como trigo, café e mandioca apresentaram crescimento em termos de produção anual.

Na indústria, cabe mencionar o desempenho da atividade de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana, que cresceu 4,7% em relação a 2015. A indústria de transformação, por sua vez, teve queda de 5,2% no ano, influenciado pela queda no valor adicionado de diversos seguimentos, a exemplo da fabricação de máquinas e equipamentos, indústria automotiva, metalurgia, alimentos e bebidas, móveis e produtos de metal, borracha e plástico. A Construção sofreu contração de 5,2%, enquanto que a extrativa mineral declinou 2,9%, influenciada pela queda da extração de minérios ferrosos.

Em termos de serviços, a atividade de Transporte, armazenagem e correio sofreu queda de 7,1%, seguida por comércio (-6,3%), outros serviços (-3,1%), serviços de informação (-3,0%) e intermediação financeira e seguros (-2,8%). As Atividades imobiliárias variaram positivamente em 0,2%, enquanto que a administração, saúde e educação públicas (-0,1%) ficou praticamente estável em relação ao ano anterior.

Cabe destacar o comportamento de dois componentes da demanda que são vitais para sinalizar a recuperação da economia brasileira. Inicialmente, o consumo das famílias, que possui participação relativa de aproximadamente 64% do PIB nacional. Referido componente vem declinando sucessivamente desde o primeiro trimestre de 2015, quando caiu -1,5% em relação ao trimestre anterior. Contudo, a partir do quarto trimestre de 2015, a intensidade

passou a ser suavizada, isto é, os declínios são cada vez menores, com -2,9% no quarto trimestre de 2016 em relação ao mesmo período de 2015 (Tabela 1).

A queda do consumo das famílias tem sido reflexo da perda de dinamismo do mercado de trabalho, com aumento das taxas de desocupação e queda do rendimento salarial real além do agravamento do endividamento das famílias, repercutindo fortemente no setor de serviços.

Outro componente de destaque refere-se à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede o quanto as empresas aumentam os bens de capital, ou seja, aqueles componentes que servem para gerar outros bens, a exemplo de máquinas, equipamentos e material de construção. A FBCF é importante porque indica se a capacidade de produção do País está crescendo e também se os empresários estão confiantes no futuro.

Desde o segundo trimestre de 2014, a FBCF apresenta quedas sucessivas, o que tem dificultado a recuperação econômica. A partir do quarto trimestre de 2015 iniciou-se um arrefecimento do declínio, com taxas de variação negativa cada vez menores (de -18,7% em 2015.IV para -5,4% em 2016.IV, conforme especificado na Tabela 1.

Tabela 1 – Brasil – Evolução das taxas de crescimento trimestral dos componentes do PIB (em %): 2015.IV a 2016.IV

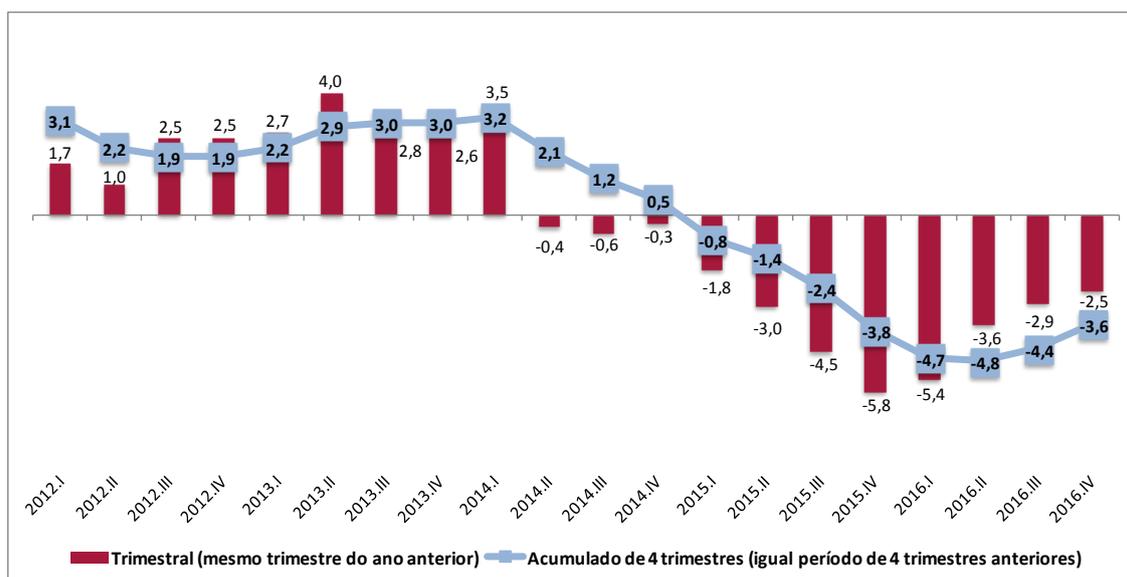
Variáveis Macroeconômicas						
Trimestre/mesmo trimestre do ano anterior (%)		2015.IV	2016.I	2016.II	2016.III	2016.IV
Ótica da produção	Valor adicionado bruto da agropecuária	0,8	-8,3	-6,1	-6,0	-5,0
	Valor adicionado bruto da indústria	-8,6	-7,0	-2,9	-2,9	-2,4
	Valor adicionado bruto dos serviços	-4,1	-3,5	-2,7	-2,2	-2,4
Ótica da demanda	Despesa de consumo das famílias	-6,7	-5,8	-4,8	-3,4	-2,9
	Despesa de consumo do governo	-1,7	-0,8	-0,5	-0,8	-0,1
	Formação bruta de capital fixo	-18,7	-17,3	-8,6	-8,4	-5,4
	Exportação de bens e serviços	12,3	12,7	4,0	0,2	-7,6
	Importação de bens e serviços (-)	-19,6	-21,5	-10,4	-6,8	-1,1
PIB a preço de mercado		-5,8	-5,4	-3,6	-2,9	-2,5

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Em valores correntes, o PIB brasileiro alcançou R\$ 6.266,9 bilhões em 2016, enquanto o PIB per capita atingiu R\$ 30.407 em valores correntes, após ter recuado 4,4% em termos reais em relação ao ano anterior.

Portanto, a economia brasileira continua a sinalizar quadro recessivo. Porém, a trajetória de queda do PIB, iniciada a partir do segundo trimestre de 2014, venha apresentando ritmo menos intenso de recuo a partir do primeiro trimestre de 2016. Conforme o Gráfico 1, percebe-se tendência de declínio menos intenso nos últimos quatro trimestres (-5,4% em 2016.I, -3,6% em 2016.II, -2,9% em 2016.III e -2,5% em 2016.IV).

Gráfico 1 – Brasil – Taxa de crescimento trimestral do PIB em relação a igual período do ano anterior e acumulado de 4 trimestres em relação a igual período de 4 trimestres anteriores (em %): 2012.I a 2016.IV



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

A recuperação da economia brasileira tende a ser modesta, dependendo da queda na taxa de juros e considerando-se a recuperação dos investimentos produtivos.

Enquanto perdurarem as elevadas taxas de juros praticadas no País, e por consequência, a diminuição dos financiamentos, e tendo em vista o nível de endividamento das empresas privadas, as perspectivas de retomada dos investimentos produtivos não serão promissoras.

O elevado nível de ociosidade na indústria, o endividamento de empresas e famílias, a política monetária ainda restritiva, além do recuo dos investimentos públicos e a desaceleração de obras de infra estrutura dificultam a retomada do processo de crescimento econômico. O ajuste fiscal em curso não é suficiente para promover a retomada do crescimento econômico no País.

2.2. Atividade econômica no Nordeste

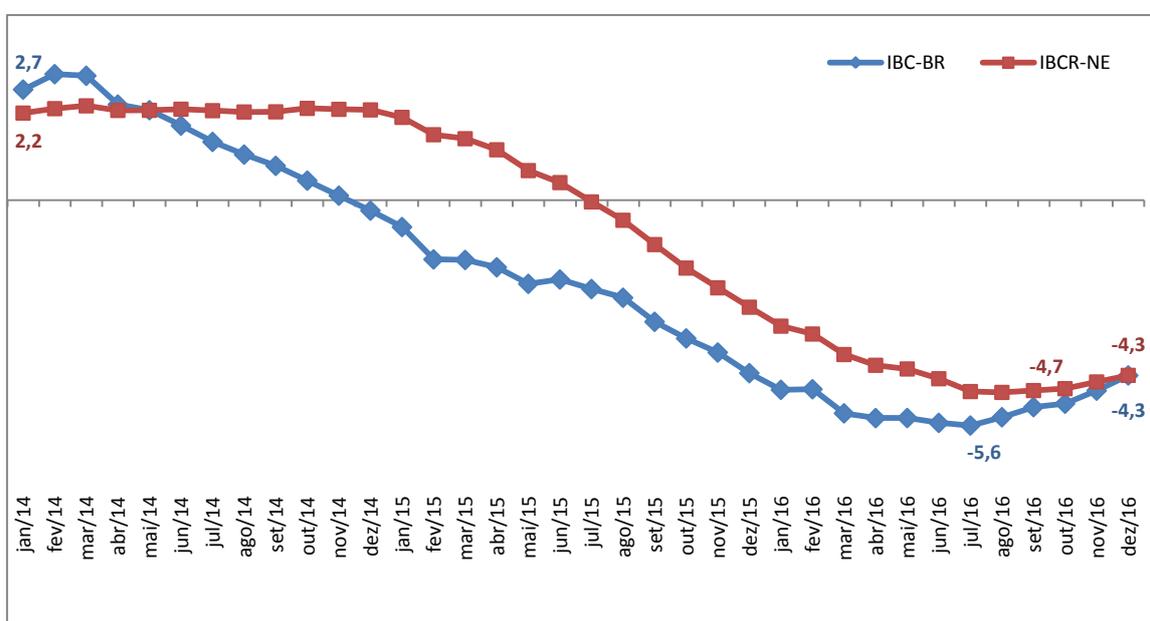
O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR) confirma a tendência de queda da economia no Brasil e no Nordeste para o ano de 2016. Este índice constitui-se em uma estimativa dos resultados do Produto Interno Bruto (PIB), medido pelo IBGE.

De acordo com o Banco Central (BACEN), foram estimadas quedas do PIB de 4,3% para ambas as economias do Brasil e Nordeste no ano de 2016, comparativamente ao ano de 2015.

Porém, ao se observar o Gráfico 1, que trata da taxa de crescimento do IBC-BR acumulado nos últimos 12 meses em relação a igual período de 12 meses anteriores, constata-se uma desaceleração do processo de recessão econômica no País e no Nordeste. No Brasil, o declínio mais acentuado ocorreu em julho de 2016 (-5,6%).

Historicamente, o desempenho do PIB do Nordeste acompanha, com certo atraso, o desempenho da economia do Brasil. Verifica-se no Gráfico 1 que o nível mais acentuado da recessão do Nordeste ocorreu em setembro de 2016 (-4,7%).

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do Índice de Atividade Econômica do Banco Central para Brasil (IBC-BR), Índice de Atividade Econômica Regional para Nordeste – Em % – Acumulado dos últimos 12 meses em relação a igual período de 12 meses anteriores – Janeiro/2014 a Dezembro/2016



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

A perda de dinamismo da economia nordestina se deve, em grande medida, à desaceleração dos fatores que vinham impulsionando o crescimento na Região. Dentre as causas que contribuíram para esse resultado, do lado da oferta estão o impacto do ajuste fiscal sobre os repasses de recursos federais aos Estados, o fraco desempenho do setor de serviços, do comércio varejista, além da baixa atividade industrial.

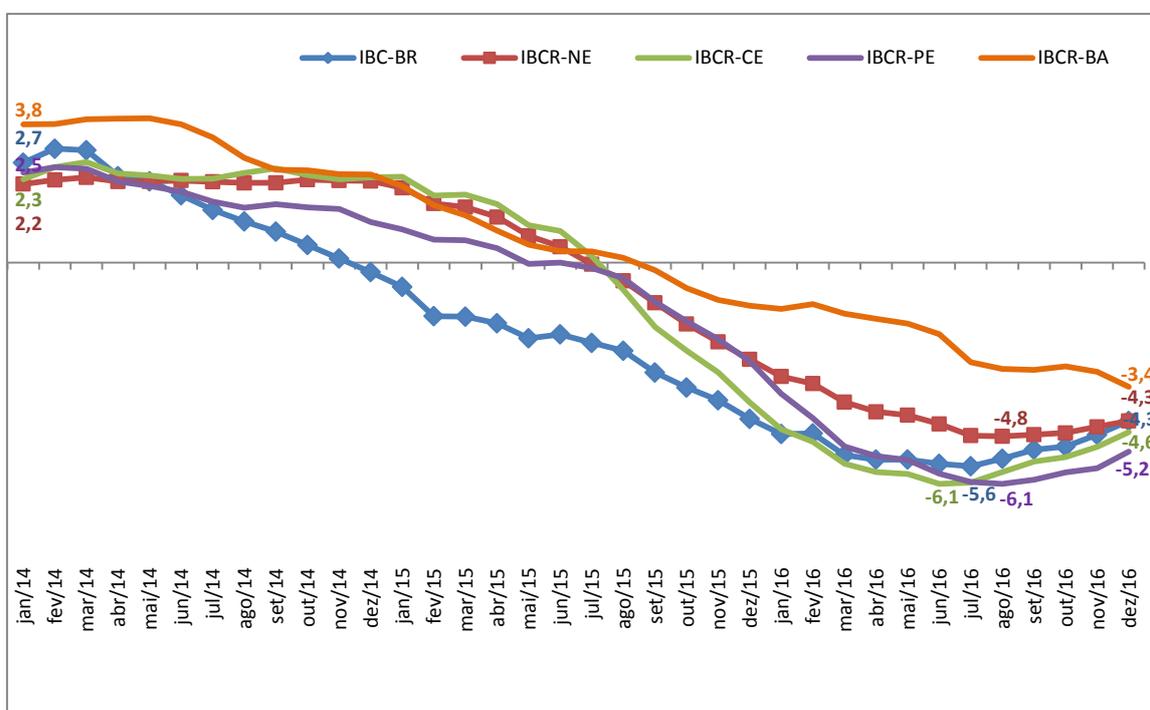
Pelo lado da demanda, o consumo das famílias vem sendo atingido principalmente pela forte deterioração do mercado de trabalho na Região, com queda acentuada do rendimento médio real seguido pela diminuição do nível de ocupação.

A atividade econômica do Nordeste tem sido influenciada, sobretudo, pela magnitude dos resultados negativos verificados nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, que representam aproximadamente 60% do PIB do Nordeste.

O Banco Central analisa sistematicamente o desempenho das atividades econômicas dos referidos estados através do Índice de Atividade Econômica do Banco Central para as Regiões (IBCR), que é útil para a análise e acompanhamento da economia regional, pois se constitui em um indicador antecedente do desempenho do PIB regional e estadual.

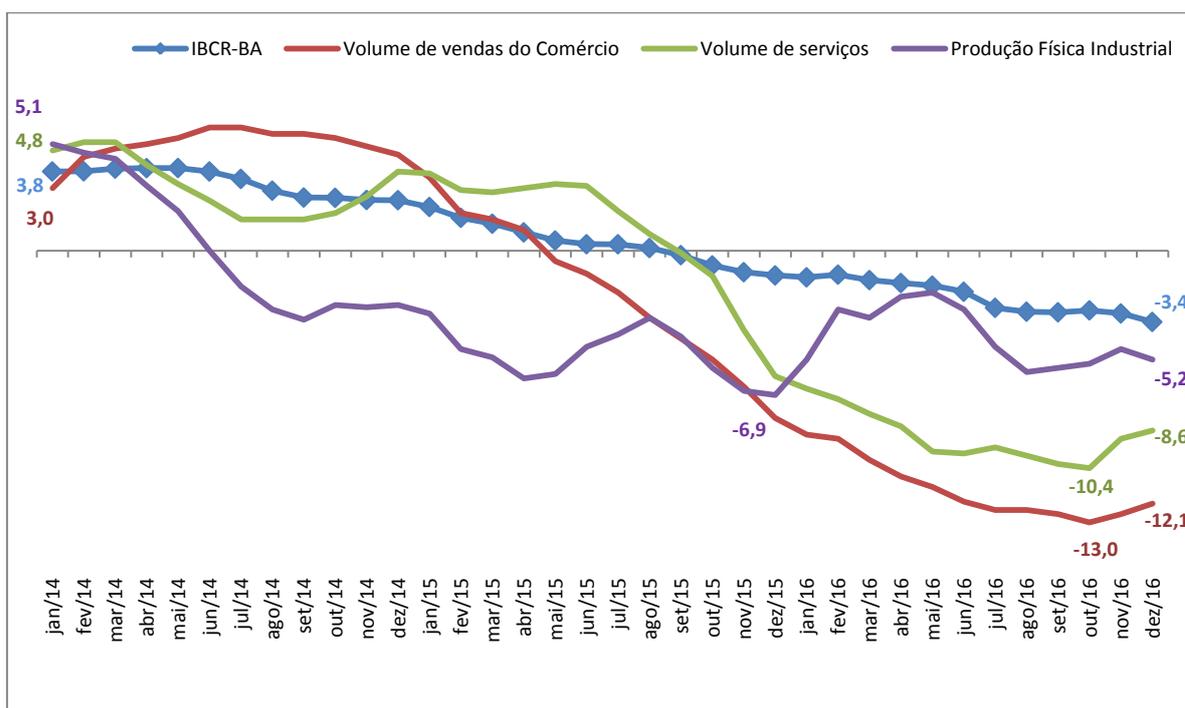
No Gráfico 2, observa-se que o desempenho da Bahia não ajudou a amenizar o declínio econômico no Nordeste, vez que a recessão tem se aprofundado desde setembro de 2015, tendo alcançado -3,4% em 2016, e ainda sem perspectivas de reversão dessa tendência. Como atenuante, o nível de declínio ora em curso está menos acentuado em comparação com o desempenho do Nordeste (-4,3%).

Gráfico 2 – Taxa de crescimento do Índice de Atividade Econômica do Banco Central para o Brasil (IBC-BR), Índice de Atividade Econômica Regional para Nordeste (IBCR-NE), (IBCR-BA), (IBCR-PE) e (IBCR-CE) – Em % – Acumulado dos últimos 12 meses em relação a igual período de 12 meses anteriores – Janeiro/2014 a Dezembro/2016



Por outro lado, os Estados de Pernambuco e Ceará, apesar de estarem em nível de retração maior que a Bahia, auxiliaram no processo de arrefecimento do quadro recessivo em curso no Nordeste. O Gráfico 2 mostra que o ponto de inflexão para a desaceleração do recuo econômico do Ceará ocorreu em junho de 2016 (-6,1%), tendo registrado uma queda de -4,6% em 2016 quando comparado a 2015.

Gráfico 3 – Taxa de crescimento do Índice de Atividade Econômica do Banco Central para Bahia, (IBCR-BA), Volume de Vendas do Comércio, Volume de Serviços, Produção Física Industrial – Em % – Acumulados dos últimos 12 meses em relação a igual período de 12 meses anteriores – Janeiro/2014 a Dezembro/2016

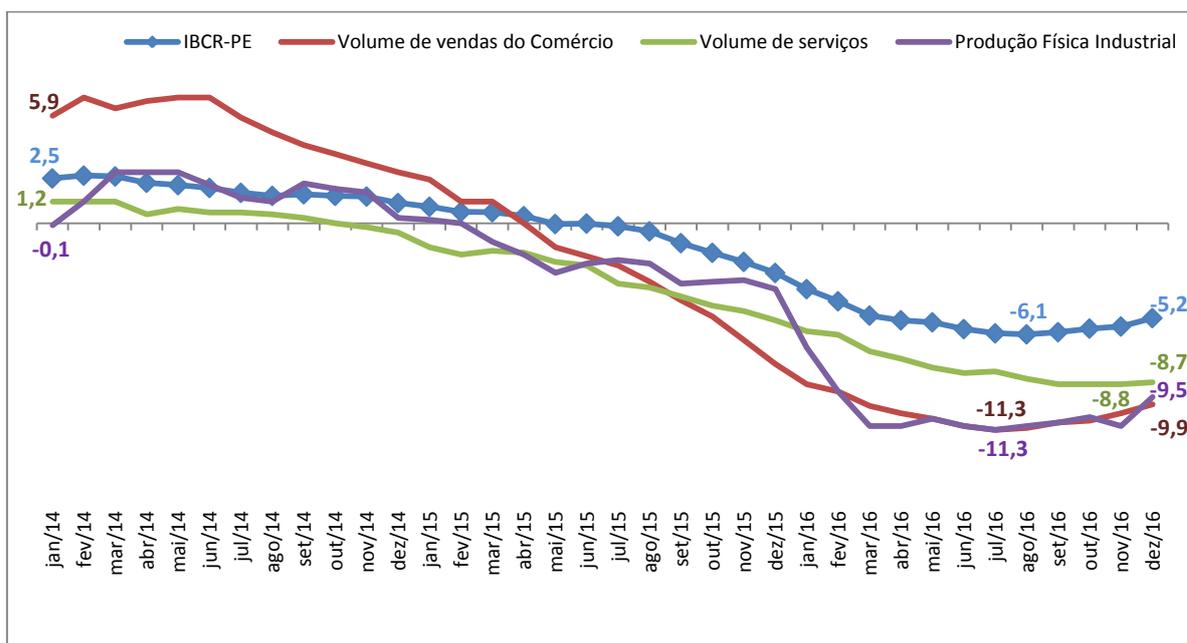


Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O nível mais elevado da recessão econômica em Pernambuco (-6,1%) ocorreu em agosto de 2016 e terminou o ano com queda menor (-5,2%), segundo o IBCR-PE. Em julho do ano passado, verificou-se recuo máximo na produção industrial (-11,3%) e no volume de vendas do comércio (-11,3%), sendo estas duas variáveis calculadas pelo IBGE. Por outro lado, no final de 2016, o declínio foi menor, de -9,5% e -9,9%, respectivamente (Gráfico 4). Conforme o IBGE, no ano 2016 em relação a 2015, a indústria que mais decresceu foi a extrativa (-21,1%) e em seguida a fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-20,3%).

Gráfico 4 – Taxa de crescimento do Índice de Atividade Econômica do Banco Central para Pernambuco (IBCR-PE), Volume de Vendas do Comércio, Volume de Serviços, Produção Física

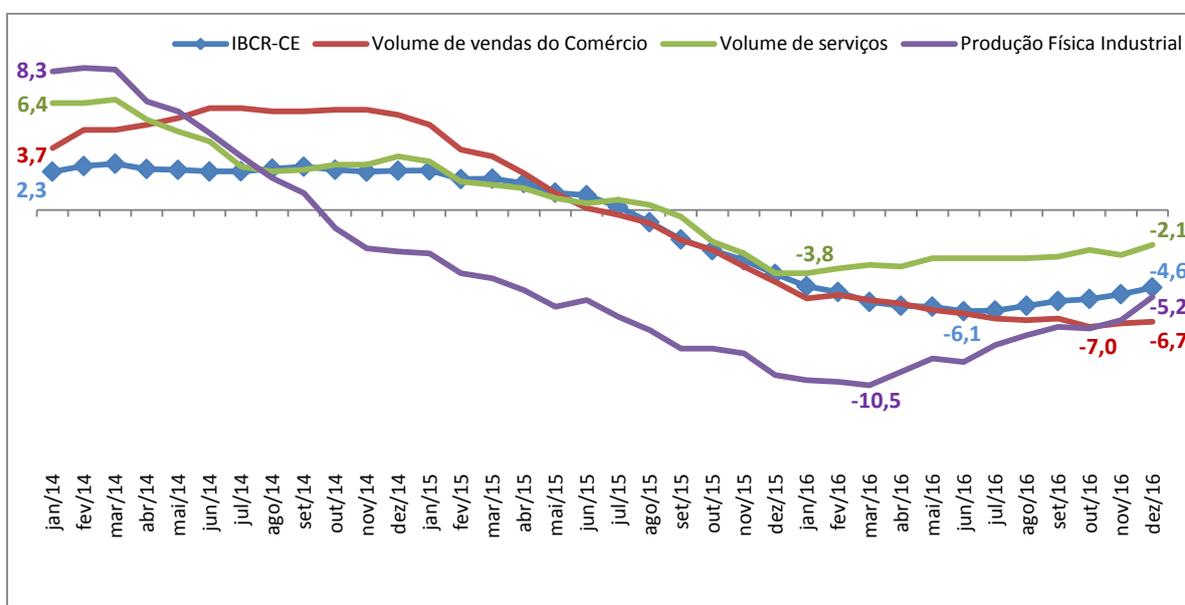
Industrial – Em % – Acumulado dos últimos 12 meses em relação a igual período de 12 meses anteriores – Janeiro/2014 a Dezembro/2016



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Por sua vez, o desempenho da produção industrial e o do setor de serviços ajudaram o Estado do Ceará a sair do auge da crise econômica, que ocorreu em junho de 2016 e terminou o ano com leve melhora de -4,6%, conforme Gráfico 5. O pior desempenho da indústria cearense verificou-se em março de 2016 (-10,5%) e finalizou o ano em -5,2%. Em relação ao volume de serviços, a taxa de maior declínio ocorreu em dezembro de 2015 (-3,8%) e no final de 2016 foi a -2,1%. O comércio atingiu seu máximo declínio em outubro de 2016 (-7,0%) e terminou o ano em queda de 6,7%. Conforme o IBGE, no ano de 2016 em relação a 2015, a fabricação de produtos têxteis (+3,6%), fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis (+11,1%) e fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (+0,8%) foram as que cresceram no Ceará.

Gráfico 5 – Taxa de crescimento do Índice de Atividade Econômica do Banco Central para Ceará (IBCR-CE), Volume de Vendas do Comércio, Volume de Serviços, Produção Física Industrial – Em % – Acumulado dos últimos 12 meses em relação a igual período de 12 meses anteriores – Janeiro/2014 a Dezembro/2016



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Apesar da retração econômica apresentar sinais de arrefecimento, a recuperação econômica tende a ser lenta e modesta, tanto para o Brasil quanto para o Nordeste.

O nível de ociosidade das empresas, as restrições creditícias, as elevadas taxas de juros, o câmbio valorizado, a redução dos investimentos públicos, a deterioração do poder de compra das famílias e o endividamento generalizado dificultam a retomada da recuperação econômica. Especificamente no Nordeste, o fortalecimento das cadeias nacionais e locais do petróleo, gás e construção civil serão vitais para a retomada do crescimento econômico.

3. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

3.1. Agricultura

A safra nacional de grãos 2016/2017 está estimada em 222,91 milhões de toneladas, segundo o sexto levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2017a), acréscimo de 19,5% em relação à safra 2015/2016, devido à recuperação de praticamente todas as lavouras de verão no Brasil, principalmente as culturas de milho (33,7% ou superior em 22,4 milhões de toneladas) e soja (12,8% ou superior em 12,2 milhões de toneladas). A produção de feijão e arroz também teve recuperação significativa em termos percentuais, de 30,3% e 12,9% respectivamente, embora com menores valores absolutos, de 761,1 mil e 1,36 milhões de toneladas (Tabela 1). As melhores condições climáticas nas épocas de plantio e colheita foram o principal fator para essa recuperação. Com isso, a produtividade média deverá se elevar em 16,1%, com destaque para o milho (27,0%, alcançando 5,3 t/ha), o feijão (22,0% ou 1,1 t/ha) e o algodão (15,5% ou 2,3 t/ha).

Para a safra 2016/2017, a área cultivada deverá alcançar 60,0 milhões de hectares, 2,8% superior à safra anterior. Dentre as principais culturas brasileiras, o milho, a soja e o feijão serão os principais responsáveis por este incremento, com 5,3%, 1,9% e 6,8%, respectivamente, contrabalançando as reduções observadas nas culturas do algodão (-3,1%) e arroz (-0,8%) (CONAB, 2017a).

A Região Nordeste foi a que mais teve reduções de produção na safra 2015/2016, devido aos problemas climáticos. Para 2016/2017, espera-se que a Região se recupere, com previsões de produção de 17,1 milhões de toneladas ou 74,2% superior à safra anterior, influenciada principalmente pela recuperação na produtividade das lavouras, bastante castigadas pelos efeitos das secas dos últimos anos, com incremento de 63,8%. Sua área plantada deverá superar em 6,3% a safra anterior, alcançando 7,9 milhões de hectares. Os maiores estados produtores regionais de grãos, Bahia, Maranhão e Piauí, deverão recuperar-se nesta safra, com incrementos de 38,0%, 90,2% e 134,4% em suas produções, respectivamente. Todos os estados nordestinos apresentaram significativas melhoras em suas produções, como efeito das melhores condições climáticas para esta safra.

Tabela 1 – Brasil: Comparativo de área, produtividade e produção de grãos - Safras 2015/2016 e 2016/2017 (1)

REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 15/16 (a)	Safra 16/17 (b)	Var% (b/a)	Safra 15/16 (a)	Safra 16/17 (b)	Var% (b/a)	Safra 15/16 (a)	Safra 16/17 (b)	Var% (b/a)
NORTE	2.540,1	2.800,9	10,3	2.731	3.271	19,8	6.937,2	9.161,1	32,1
NORDESTE	7.396,9	7.865,9	6,3	1.329	2.177	63,8	9.827,8	17.123,9	74,2
MA	1.420,1	1.655,0	16,5	1.748	2.852	63,2	2.481,7	4.719,9	90,2
PI	1.360,0	1.441,9	6,0	1.089	2.407	121,0	1.480,5	3.470,8	134,4
CE	850,3	912,3	7,3	267	585	119,1	227,3	533,4	134,7
RN	56,6	56,6	0,0	323	435	34,7	18,3	24,6	34,4
PB	173,1	186,8	7,9	191	368	92,7	33,1	68,8	107,9
PE	388,1	386,8	-0,3	176	334	89,8	68,3	129,1	89,0
AL	61,6	61,6	0,0	722	818	13,3	44,5	50,4	13,3
SE	195,9	195,9	0,0	923	4.202	355,3	180,9	823,1	355,0
BA	2.891,2	2.969,0	2,7	1.831	2.460	34,4	5.292,8	7.303,8	38,0
CENTRO-OESTE	23.584,2	24.250,9	2,8	3.192	3.925	23,0	75.290,5	95.173,2	26,4
SUDESTE	5.315,5	5.437,4	2,3	3.658	4.065	11,1	19.444,4	22.105,7	13,7
SUL	19.499,3	19.643,4	0,7	3.852	4.039	4,9	75.111,0	79.343,1	5,6
NORTE/NORDESTE	9.937,0	10.666,8	7,3	1.687	2.464	46,1	16.764,6	26.285,0	56,8
CENTRO/SUL	48.399,0	49.331,7	1,9	3.509	3.986	13,6	169.845,9	196.622,0	15,8
BRASIL	58.336,0	59.998,5	2,8	3.199	3.715	16,1	186.610,5	222.907,0	19,5

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Conab. (1) Produtos selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª. e 2ª. safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª. 2ª. e 3ª. safras), girassol, mamona, milho (1ª.2ª. safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

Algodão

Referente ao sexto levantamento de safras da CONAB, percebe-se queda na área plantada do algodão em caroço (pluma mais caroço), em virtude dos maiores custos de produção em relação a outras culturas, elevado estoque mundial e queda nos preços, e também como reflexo direto dos efeitos da crise econômica nacional. Mesmo com redução de área (-3,1% – 29,4 mil hectares), a produção nacional elevou-se em 11,9% (384,6 mil toneladas), principalmente em virtude da recuperação da produtividade (15,5% – 3,9 t/ha), pelas condições climáticas favoráveis nas principais regionais produtoras (Tabela 2). Para o Estado de Mato Grosso, que sozinho é responsável por 73,8% da produção nacional, foi revista a expectativa de plantio, aumento a área em 2,5%, diferentemente do que se havia previsto no último levantamento, em virtude principalmente da recuperação nos preços da pluma observada em dezembro de 2016 (CONAB, 2017a).

O Nordeste, segunda maior região produtora do País, apesar da redução de área em 12,6% (total de 229,2 mil hectares), deverá produzir 336,9 mil toneladas, 18,8% superior à safra anterior, em virtude da melhoria da produtividade média em 36,0% pelas melhores condições

de clima para o plantio e colheita. 87,2% da produção regional se dá no Estado da Bahia, cuja produção alcançará 295,6 mil toneladas (+19,5%) em 201,5 mil hectares (-14,3%). O Estado do Maranhão, mesmo com incremento de área de 9,0% deverá apresentar aumento na produção de 8,2% (35,7 mil toneladas), em virtude da redução no rendimento em 0,8%. Situação oposta apresenta o Piauí, que deverá apresentar redução de área em 28,2% e incremento no rendimento de 161%, o que ocasionará aumento de produção, alcançando 4,9 mil toneladas (81,5%) (CONAB, 2017a).

Tabela 2 – Algodão em caroço: Comparativo de área, produtividade e produção - Safras 2015/2016 e 2016/2017

REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 15/16 (a)	Safra 16/17 (b)	Var% (b/a)	Safra 15/16 (a)	Safra 16/17 (b)	Var% (b/a)	Safra 15/16 (a)	Safra 16/17 (b)	Var% (b/a)
NORTE	7,8	4,8	-38,5	1.115	1.490	33,6	8,7	7,2	-17,2
NORDESTE	262,3	229,2	-12,6	1.081	1.470	36,0	283,6	336,9	18,8
MA	20,9	22,8	9,1	1.580	1.567	-0,8	33,0	35,7	8,2
PI	5,5	3,9	-29,1	485	1.266	161,0	2,7	4,9	81,5
CE	0,3	0,4	33,3	187	215	15,0	0,1	0,1	0,0
RN	0,3	0,3	0,0	1.634	1.674	2,4	0,5	0,5	0,0
PB	0,1	0,3	200,0	145	242	66,9	-	0,1	-
BA	235,2	201,5	-14,3	1.052	1.467	39,4	247,3	295,8	19,6
CENTRO-OESTE	660,4	669,0	1,3	1.460	1.593	9,1	963,9	1.065,4	10,5
SUDESTE	23,8	22,8	-4,2	1.357	1.475	8,7	32,3	33,6	4,0
SUL	0,9	-	-	778	-	-	0,7	-	-
NORTE/NORDESTE	270,1	234,0	-13,4	1.082	1.470	35,9	292,3	344,1	17,7
CENTRO/SUL	685,1	691,8	1,0	1.455	1.589	9,2	996,9	1.099,0	10,2
BRASIL	955,2	925,8	-3,1	1.350	1.559	15,5	1.289,2	1.443,1	11,9

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da CONAB.

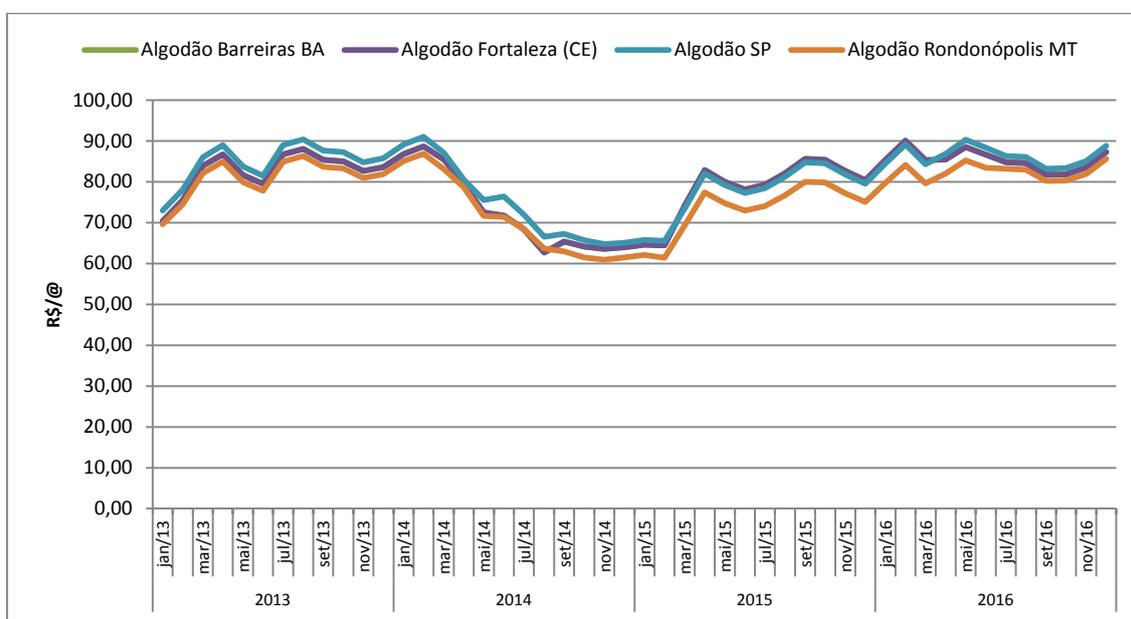
A exportação brasileira de pluma, segundo dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro (Agrostat), gerido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), totalizou 804,8 mil toneladas, redução de 3,5% em relação à exportação de 2015, que foi de 834,2 mil toneladas (BRASIL, 2017a).

As cotações internacionais do algodão tiveram alta ao longo de 2016, motivadas pela valorização do dólar e pela queda na produção mundial da fibra – dos grandes produtores mundiais, apenas a Austrália teve elevação de produção (Gráfico 1). A libra-peso foi negociada na bolsa de Nova Iorque entre US\$ 0,6181 (janeiro) e US\$ 0,7118 (dezembro), com o Índice A tendo uma trajetória semelhante, entre US\$ 0,6873 e US\$ 0,7950, com maior pico em julho (US\$ 0,8136) (CONAB, 2017b).

Os preços internos do algodão também subiram 22,7% durante o ano passado, por conta da quebra da safra nacional, em razão do clima desfavorável nas principais regiões produtoras. Tanto a falta de chuvas na fase de semeadura como a presença delas no final do ciclo produtivo atrasaram a colheita do algodão e resultaram em perdas nas lavouras, especialmente na Bahia. Como parte da pluma já estava comprometida nas negociações com os mercados interno e externo, alguns produtores enfrentaram problemas na entrega e na

qualidade da pluma colhida. A elevação só não foi maior devido à crise econômica, que afetou negativamente a indústria têxtil (CEPEA, 2017a; CONAB, 2017b).

Gráfico 1 - Evolução dos preços da arroba da pluma de algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de janeiro/2013 a dezembro/2016



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da CMA.

Café

De acordo com o primeiro levantamento 2017 do acompanhamento da safra brasileira de café realizado pela CONAB, estima-se que a área plantada com esta cultura tanto em formação quanto em produção permanecerá estável em relação a 2016, com incremento de apenas 0,2%, de aproximadamente 2,23 milhões de hectares. A Região Sudeste é responsável por 84,4% da área nacional, concentrada no Estado de Minas Gerais (54,7% da área nacional). No Nordeste, o Estado da Bahia é o único com área representativa (7,7% da área nacional), distribuída pelo Cerrado (13 mil hectares), Planalto (99 mil hectares) e Atlântico (59 mil hectares), com maior produção de café arábica. Apenas a região baiana do Atlântico produz café conilon. Para 2017, espera-se um incremento de área de 5,5% na Bahia, com destaque para sua região Atlântica que terá 20,8% a mais de área plantada (CONAB, 2017c), conforme Tabela 3.

Se analisada apenas a área em produção de café no País, deverá ocorrer uma redução de 2,8% em relação a 2016, de 1,95 milhão para 1,90 milhão de hectares, influenciada principalmente pela Região Sudeste, com queda de 3,4%. O Nordeste deverá ampliar sua área em produção em 3,8%, concentrada no Estado da Bahia e influenciada pela região baiana do Atlântico (+16,%). A produção nacional deverá reduzir-se em 7,5%, de 51,4 milhões para 47,5 milhões de sacas (considerando as melhores perspectivas de previsão), impactada principalmente pela baixa bienalidade do café arábica para a safra 2017. No Nordeste, a produção deverá alcançar

3,1 milhões de sacas de café, aumento de 50,0% em relação à safra anterior. Tanto as melhores condições climáticas em 2017 quanto a conversão de áreas em formação para áreas em produção são fatores explicativos para o bom desempenho do Nordeste. A região do Atlântico baiana deverá ampliar sua produção em 119,1%, resultante de melhora em 88,9% em sua produtividade média (Tabela 3).

Tabela 3 - Café beneficiado - Comparativa de área e produção de sacas beneficiadas – Safras 2016 e 2017

REGIÃO/UF	ÁREA EM PRODUÇÃO (ha)			PRODUÇÃO (mil sacas beneficiadas)						
	Safr 2016 (a)	Safr 2017 (b)	Var. % (b/a)	Safr 2016			Safr 2017			Var. % (d/c)
				Arábica	Conilon	Total (c)	Arábica	Conilon	Total (d)	
NORTE	88.699,4	88.486,4	-0,2	0,0	1.642,0	1.642,0	0,0	1.888,0	1.888,0	15,0
RO	87.657,0	87.657,0	0,0	0,0	1.626,9	1.626,9	0,0	1.870,0	1.870,0	14,9
AM	429,4	429,4	0,0	0,0	6,0	6,0	0,0	6,7	6,7	11,7
PA	613,0	400,0	-34,7	0,0	9,1	9,1	0,0	11,3	11,3	24,2
NORDESTE	149.753,0	155.466,0	3,8	1.267,2	826,1	2.093,3	1.328,9	1.650,3	2.979,2	42,3
BA	149.753,0	155.466,0	3,8	1.267,2	826,1	2.093,3	1.328,9	1.650,3	2.979,2	42,3
Cerrado	11.328,0	9.670,0	-14,6	345,6	0,0	345,6	338,5	0,0	338,5	-2,1
Planalto	92.533,0	92.558,0	0,0	921,6	0,0	921,6	990,4	0,0	990,4	7,5
Atlântico	45.892,0	53.238,0	16,0	0,0	826,1	826,1	0,0	1.650,3	1.650,3	99,8
CENTRO-OESTE	19.819,6	18.786,8	-5,2	228,1	124,1	352,2	200,1	164,5	364,6	3,5
MT	14.193,0	13.318,0	-6,2	1,3	124,1	125,4	1,1	164,5	165,6	32,1
GO	5.626,6	5.468,8	-2,8	226,8	0,0	226,8	199,0	0,0	199,0	-12,3
SUDESTE	1.633.795,0	1.578.347,0	-3,4	40.738,4	5.331,5	46.069,9	32.230,9	4.896,4	37.127,3	-19,4
MG	1.009.481,0	977.444,0	-3,2	30.427,9	296,2	30.724,1	25.105,6	291,4	25.397,0	-17,3
Sul e Centro-Oeste	524.220,0	493.981,0	-5,8	16.627,7	0,0	16.627,7	13.073,1	0,0	13.073,1	-21,4
Triângulo, Alto Parnaíba e Noroeste	183.076,0	169.215,0	-7,6	7.401,6	0,0	7.401,6	4.436,6	0,0	4.436,6	-40,1
Zona da Mata, Rio Doce e Central	269.593,0	281.914,0	4,6	5.889,4	192,5	6.081,9	7.069,7	189,1	7.258,8	19,4
Norte, Jequitinhonha e Mucuri	32.592,0	32.334,0	-0,8	509,2	103,7	612,9	526,2	102,3	628,5	2,5
ES	410.057,0	385.538,0	-6,0	3.932,1	5.035,3	8.967,4	2.739,0	4.605,0	7.344,0	-18,1
RJ	13.022,0	13.062,0	0,3	347,4	0,0	347,4	340,3	0,0	340,3	-2,0
SP	201.235,0	202.303,0	0,5	6.031,0	0,0	6.031,0	4.046,0	0,0	4.046,0	-32,9
SUL	46.160,0	46.240,0	0,2	1.047,0	0,0	1.047,0	1.200,0	0,0	1.200,0	14,6
PR	46.160,0	46.240,0	0,2	1.047,0	0,0	1.047,0	1.200,0	0,0	1.200,0	14,6
OUTROS	12.450,6	9.049,0	-27,3	101,5	63,3	164,8	53,2	37,8	91,0	-44,8
BRASIL	1.950.677,6	1.896.375,2	-2,8	43.382,2	7.987,0	51.369,2	35.013,1	8.637,0	43.650,1	-15,0

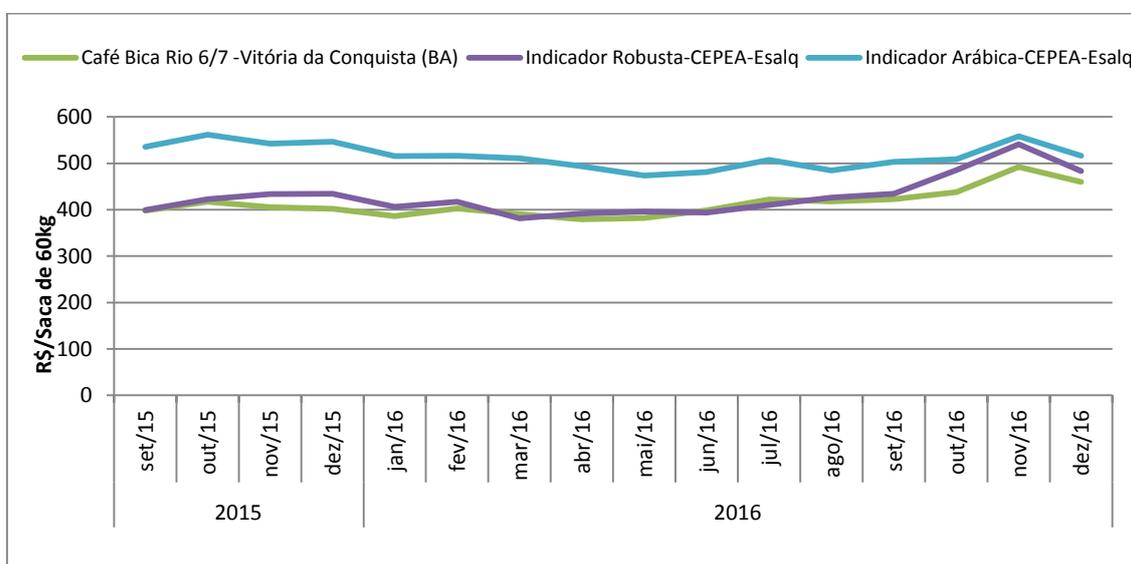
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da CONAB.

O café arábica, em dezembro de 2016, foi cotado por R\$ 516,07/saca de 60 kg, queda de 5,5% em relação à cotação média de dezembro de 2015, pelo índice CEPEA/ESALQ. A partir de março, começaram a cair, por conta da colheita a ser iniciada, e voltaram a subir em setembro por conta da expectativa de bialidade negativa para o ano-safra 2017/2018, que, somadas à

irregularidade das chuvas e ausência de floradas, preocupavam o setor, quadro que mudou no último bimestre do ano, com a volta das chuvas e valorização do dólar, gerando expectativa de boa safra e aumento do montante a exportar (CEPEA, 2016b). Em Vitória da Conquista-BA, o café Bica Rio teve valorização real de 14,5% ao longo de 2016, com a saca indo de R\$ 402,04 para R\$ 460, 24 (Gráfico 3).

Já o café robusta teve valorização de 11,2% durante 2016, subindo o valor da saca de R\$ 434,42 para R\$ 483,00. A alta observada entre março e novembro deste ano se deveu à baixa oferta da variedade no mercado nacional, atingindo o recorde de R\$ 552,28 em 14 de novembro. A safra 2016/17 de robusta foi prejudicada pelo clima seco tanto no Espírito Santo quanto em Rondônia. A menor produção brasileira nesta safra e as expectativas negativas quanto à próxima geram temores quanto à disponibilidade global do robusta (CEPEA, 2016b).

Gráfico 2 – Evolução dos preços da saca de 60 Kg, de setembro de 2015 a dezembro de 2016



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados de CEPEA e CMA.

Cana-de-açúcar

De acordo com o terceiro levantamento da CONAB (2016) para a safra 2016/2017, a produção nacional de cana-de-açúcar deverá alcançar 694,5 milhões de toneladas, incremento de 4,4% em relação à safra anterior. A área cultivada deverá ser expandida em 5,3%, alcançando 9,1 milhões de hectares, enquanto o rendimento médio deverá apresentar declínio de 0,9%, ou 76,2 t/ha. A Região Sudeste continua sendo a maior produtora nacional, concentrando dois terços da produção (467,6 milhões de toneladas), tendo São Paulo como o maior estado produtor, com 400,6 milhões de toneladas ou 57,7% do total do País (Tabela 4).

A Região Nordeste, mesmo com redução de área de 1,3% (904,6 mil hectares), deverá ter aumento em sua produção de 3,8%, alcançando 47,0 milhões de toneladas, em virtude da recuperação do rendimento médio em 5,2%, ocasionado pelas melhores condições climáticas previstas para esta safra. Os maiores produtores situam-se na Zona da Mata e apresentaram números positivos, com incremento de 17,8% em Pernambuco (13,4 milhões de toneladas) e

9,8% em Alagoas (17,8 milhões de toneladas). Espera-se melhorias de produtividade motivada pelas chuvas que ocorreram desde dezembro de 2015 até os dias atuais, ou seja, condição climática favorável à cultura. Soma-se a isto as boas expectativas de mercado para os seus derivados, o açúcar e o etanol.

A valorização do dólar frente ao real e melhores preços internacionais, devido aos problemas que outros países produtores passaram em suas produções, têm levado as usinas a direcionarem mais a cana-de-açúcar para a produção de açúcar em detrimento do etanol hidratado comparativamente à safra anterior, que vem apresentando demanda estagnada no cenário nacional (CONAB, 2016). O volume de cana-de-açúcar destinado à produção nacional de açúcar deverá alcançar 326,5 milhões de toneladas, com o Sudeste respondendo por 74,0% deste total, enquanto o Nordeste representa 8,5% ou 27,7 milhões de toneladas, 26,6% superior à safra anterior. A produção total de açúcar deverá alcançar 6,3 milhões de toneladas na safra 2016/2017 (ou +33,3%). Os maiores produtores regionais de açúcar são Alagoas e Pernambuco, com 1,6 milhão e 1,1 milhão de toneladas, respectivamente.

Quanto à cana-de-açúcar direcionada à produção de etanol, esta deverá alcançar o volume de 368,1 milhões de toneladas, ou 7,2% inferior à safra 2015/2016, o que representa a produção de 27,9 milhões de litros de etanol. A Região Nordeste deverá ter redução de 17,5%, chegando a 19,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, o que representa 1,45 milhão de litros de etanol ou 15,7% a menos que 2015/2016. Pernambuco, Alagoas e Paraíba são os principais produtores de etanol no Nordeste, com 356,4 milhões, 330,6 milhões e 301,0 milhões de litros, respectivamente.

Tabela 4 – Cana-de-açúcar: Comparativo de área, produtividade e produção - Safras 2015/16 e 2016/17

REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	PRODUÇÃO (mil t)
-----------	---------------	-----------------------	------------------

	Safra 15/16 (a)	Safra 16/17 (b)	Var% (b/a)	Safra 15/16 (a)	Safra 16/17 (b)	Var% (b/a)	Safra 15/16 (a)	Safra 16/17 (b)	Var% (b/a)
NORTE	51,0	52,5	2,9	69.438	63.126	-9,1	3.541,9	3.312,2	-6,5
NORDESTE	916,9	904,6	-1,3	49.376	51.947	5,2	45.274,8	46.992,0	3,8
MA	40,3	39,5	-2,0	60.921	48.576	-20,3	2.455,1	1.916,3	-21,9
PI	15,1	15,2	0,7	63.979	50.198	-21,5	967,4	760,5	-21,4
CE	2,7	2,7	0,0	77.273	27.395	-64,5	208,6	74,0	-64,5
RN	53,2	54,0	1,5	46.411	49.628	6,9	2.467,7	2.677,4	8,5
PB	124,8	125,5	0,6	44.327	46.119	4,0	5.532,5	5.787,1	4,6
PE	254,2	251,1	-1,2	44.655	53.257	19,3	11.349,0	13.370,1	17,8
AL	323,6	328,8	1,6	50.038	54.100	8,1	16.193,4	17.778,0	9,8
SE	49,8	48,0	-3,6	45.923	42.207	-8,1	2.284,7	2.026,3	-11,3
BA	53,3	40,0	-25,0	71.575	64.760	-9,5	3.816,4	2.592,4	-32,1
CENTRO-OESTE	1.715,3	1.821,1	6,2	81.049	73.353	-9,5	139.026,4	133.581,0	-3,9
SUDESTE	5.454,8	5.711,3	4,7	80.005	81.870	2,3	436.395,8	467.579,7	7,1
SUL	516,9	621,5	20,2	79.989	69.317	-13,3	41.347,3	43.079,9	4,2
BRASIL	8.654,8	9.110,9	5,3	76.903	76.232	-0,9	665.586,2	694.544,8	4,4

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da CONAB.

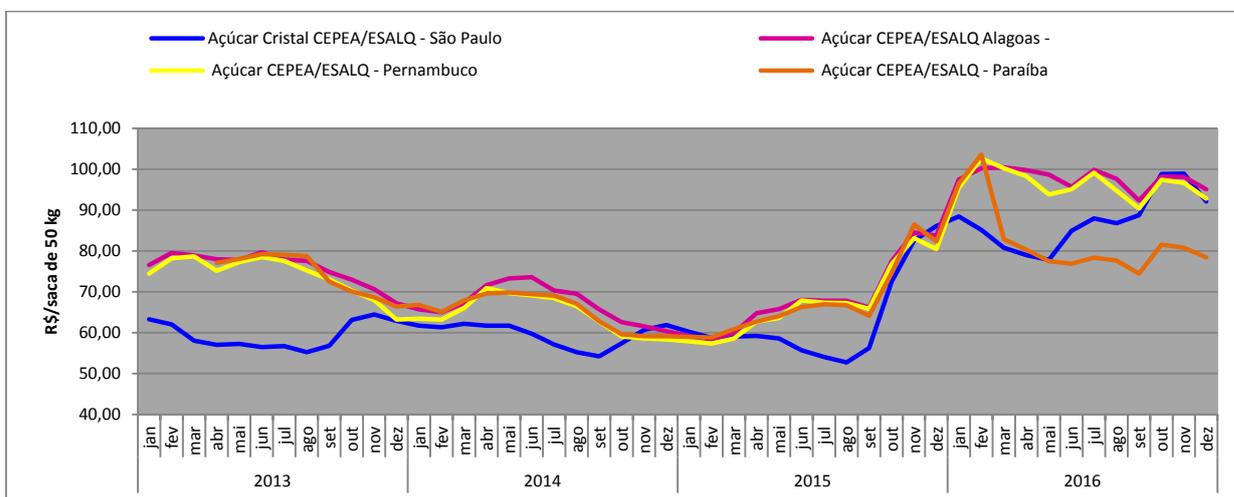
Os cinco anos de superávit de safras de açúcar, anteriores ao ano-safra 2015/2016, mantiveram preços mais baixos até setembro de 2015, conforme o gráfico a seguir. Neste ponto houve uma quebra de produção que induziu uma alta no preço do produto no mercado internacional, com adversidades climáticas afetando a produção dos principais participantes deste mercado, como Brasil, Índia e União Europeia. Além disso, os preços da gasolina em alta no País, houve maior direcionamento da cana-de-açúcar para produção de etanol, diminuindo a oferta de matéria-prima para a fabricação de açúcar.

A alta dos preços do açúcar continuou em 2016, superando R\$ 100/saca 50 kg, preço nominal recorde desde o início da série acompanhada pelo CEPEA (2016c), motivada pelo mercado internacional, onde o preço esteve em alta em boa parte do ano, influenciado por novas expectativas de déficit global na produção de açúcar. O Brasil, maior produtor e exportador mundial do produto, teve aumento nas exportações durante 2016, registrando o volume total de 28,9 milhões de toneladas contra 28 milhões em 2010. E a previsão da CONAB para a produção nacional em 2016/2017 é de novo recorde, 39,8 milhões de toneladas, 19% a mais que em 2015/2016 (CONAB, 2016).

No Nordeste, o déficit hídrico prejudicou a produção de cana e encerrou antecipadamente a moagem na safra 2015/2016, com muitas usinas encerrando esse trabalho em fevereiro, quando normalmente o encerram em março ou abril. A demanda se retraiu até maio, com entrada de açúcar do Centro-Sul no mercado nordestino, que também subiu de preço devido ao aquecimento da demanda nordestina e à alta na região de origem. Os indicadores do açúcar cristal CEPEA para Alagoas e Pernambuco, em dezembro de 2016, ficaram em R\$

95/saca e R\$ 93/saca, alta de 13,1% e 16,2% em relação a dezembro de 2015, respectivamente (CEPEA, 2016c).

Gráfico 3 – Açúcar cristal: evolução dos preços da saca de 50 Kg, de janeiro de 2013 a dezembro de 2016, em praças selecionadas

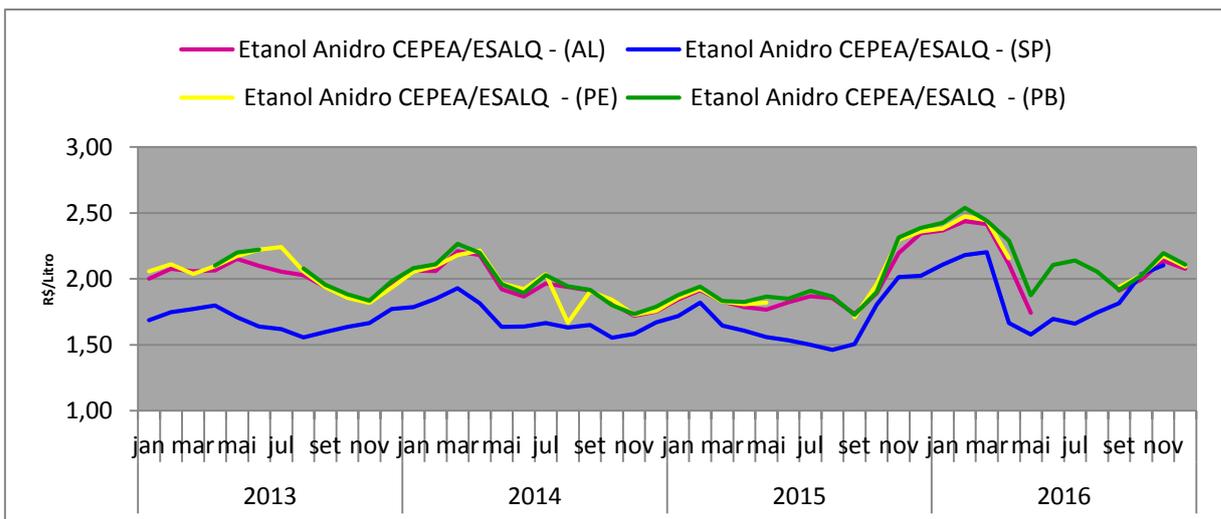


Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados de CEPEA e CMA (2017).

Com o maior direcionamento da produção canavieira para o açúcar, em 2016, o etanol teve valorização em poucas praças, como em São Paulo, onde o hidratado se valorizou 8,2%, pela menor oferta, e 8,8% para o anidro, em razão da demanda elevada. O hidratado vem perdendo espaço também para a gasolina, que, mais barata, ganha a preferência do consumidor (CEPEA, 2016d).

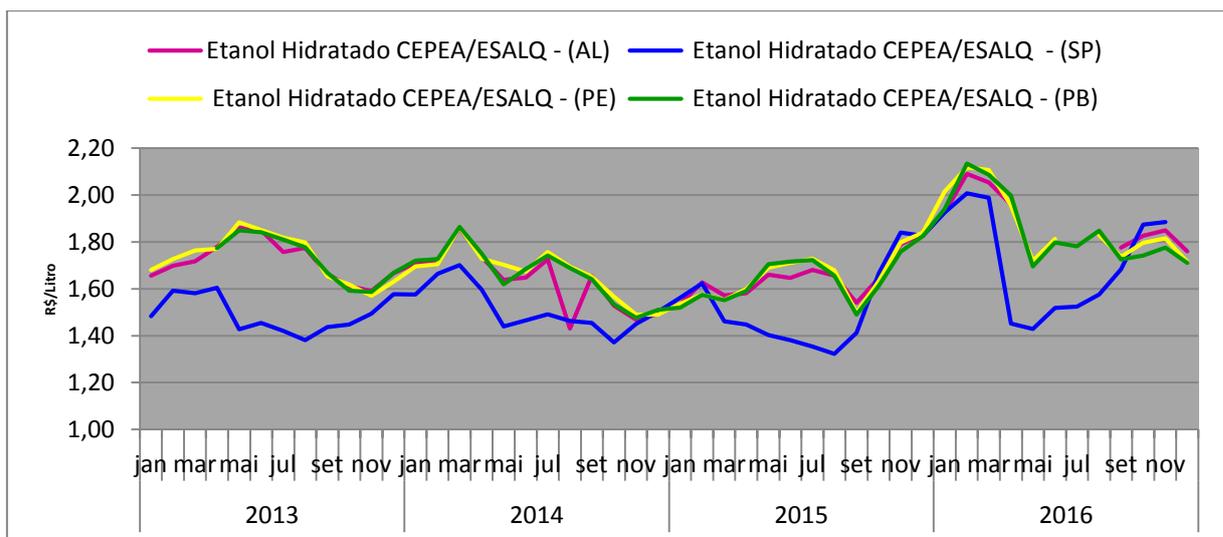
Os indicadores mensais de dezembro/2016, para o etanol anidro, em Alagoas e Pernambuco, estiveram cotados em torno de R\$ 2,09/l, redução de 11,5% em relação ao indicador de dezembro de 2015, que estava em R\$ 2,36/l. O preço do hidratado caiu menos nos dois estados, -4% em Alagoas e -6,7% em Pernambuco (CEPEA, 2016d).

Gráfico 4 – Etanol anidro: evolução dos preços do litro, de janeiro de 2013 a dezembro de 2016, em praças selecionadas



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados de CEPEA e CMA (2017).

Gráfico 5 – Etanol hidratado: evolução dos preços do litro, de janeiro de 2013 a dezembro de 2016, em praças selecionadas



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados de CEPEA e CMA.

Feijão

A produção nacional de feijão, na safra 2015/2016, segundo a CONAB (2017a), foi de 2,5 milhões de toneladas, distribuídos numa área de 3,02 milhões de hectares (no total da 1ª, 2ª e 3ª safras). No Nordeste, a área plantada alcançou praticamente a metade da área nacional, com 1,41 milhão de hectares, o que resultou em 338,4 mil toneladas (13,5% do total), o que dá 240 kg/ha, o menor rendimento entre as regiões. Este resultado se deve aos problemas climáticos que assolaram a região nos últimos anos. Bahia, Ceará e Pernambuco foram os principais produtores regionais, com 137,5 mil, 58,4 mil e 43,5 mil toneladas, respectivamente (Tabela 5).

De acordo com o levantamento da safra 2016/2017, a área plantada no Brasil deverá aumentar em 6,8%, para 3,03 milhões de hectares. Já a produção deverá subir para 3,3 milhões de toneladas, amparada principalmente no aumento de produtividade, que deverá ser de 22%. Na safra 2016/2017, mesmo com a maior área entre as regiões, a produtividade nordestina continuou a menor dentre as regiões, menos de um quarto da verificada no Sul do País, a maior região produtora, que, por sua vez, usou apenas 36,6% da área nordestina para produção (CONAB, 2017a).

No Nordeste, estima-se uma área de 1,51 milhão de hectares para a safra 2016/2017, aumento de 6,7% em relação à anterior, com uma produção de 629,5 mil toneladas, incremento de 86%, puxada principalmente pelos aumentos na Bahia (109,9%), o maior produtor, que tem previsão de produção de 288,6 mil toneladas, e Piauí (139,7%), cuja produção deverá alcançar 74,3 mil toneladas, alcançando a terceira posição entre os produtores regionais. O Estado do Ceará continua sendo o segundo maior produtor, com 99,7 mil toneladas, em 401,5 mil hectares, no entanto apresentando o menor rendimento regional, de 248 kg/ha (CONAB, 2017a).

Tabela 5 – Feijão total (1ª, 2ª e 3ª. safras): Comparativo de área, produtividade e produção - Safras 2015/2016 e 2016/2017

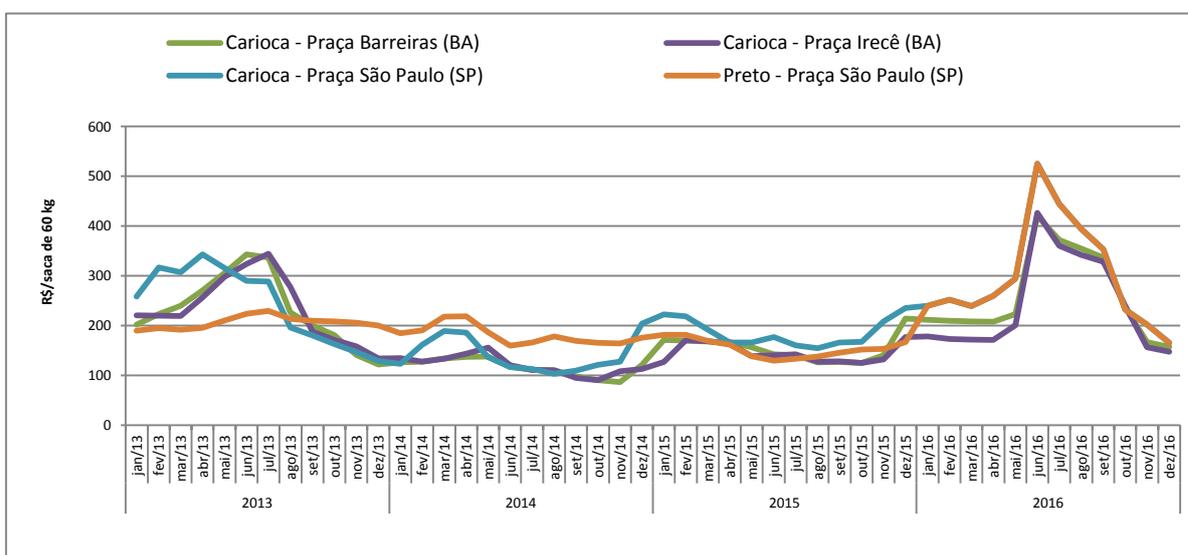
REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 15/16 (a)	Safra 16/17 (b)	Var% (b/a)	Safra 15/16 (a)	Safra 16/17 (b)	Var% (b/a)	Safra 15/16 (a)	Safra 16/17 (b)	Var% (b/a)
NORTE	91,6	90,3	-1,4	841	816	-3,0	77,1	73,8	-4,3
NORDESTE	1.412,9	1.507,9	6,7	240	418	74,2	338,4	629,5	86,0
MA	77,1	91,4	18,5	510	523	2,5	39,3	47,8	21,6
PI	214,5	224,0	4,4	145	332	129,0	31,0	74,3	139,7
CE	375,8	401,5	6,8	155	248	60,0	58,4	99,7	70,7
RN	29,9	29,9	0,0	213	304	42,7	6,4	9,1	42,2
PB	86,8	94,6	9,0	143	270	88,8	12,4	25,6	106,5
PE	197,1	197,1	0,0	221	305	38,0	43,5	60,0	37,9
AL	30,3	30,3	0,0	271	500	84,5	8,2	15,1	84,1
SE	12,7	12,7	0,0	135	736	445,2	1,7	9,3	447,1
BA	388,7	426,4	9,7	354	677	91,2	137,5	388,6	182,6
CENTRO-OESTE	386,6	409,6	5,9	1.445	1.803	24,8	558,8	738,4	32,1
SUDESTE	425,2	468,9	10,3	1.670	1.763	5,6	710,1	826,7	16,4
SUL	521,0	552,6	6,1	1.590	1.820	14,5	828,5	1.005,6	21,4
NORTE/NORDESTE	1.504,5	1.598,2	6,2	276	440	59,4	415,5	703,3	69,3
CENTRO/SUL	1.333,0	1.431,1	7,4	1.574	1.796	14,1	2.097,4	2.570,7	22,6
BRASIL	2.837,5	3.029,3	6,8	886	1.081	22,0	2.512,9	3.274,0	30,3

Fonte: Elaborado pelo BNB//ETENE, com dados da CONAB.

O impacto do clima sobre o preço do feijão foi duramente sentido durante o ano de 2016, principalmente em junho (Gráfico 7), em que os baixos estoques do produto, devido à estiagem em várias regiões produtoras, tornou-o muito caro nas prateleiras do varejo,

chegando a R\$ 16/kg em algumas capitais. Em razão dos efeitos de um fenômeno El Niño severo, a quebra da produção no Nordeste foi uma das maiores do País, principalmente na Bahia, o maior produtor regional, pela estiagem, atingindo também o Paraná, o maior produtor brasileiro, pelo efeito contrário, o excesso de chuvas. Considerando-se as especificidades desse grão, que não permite estocagem superior a dois meses, foi preciso importar de Argentina, Paraguai e Bolívia, a fim de suprir a demanda nacional. Em termos reais, o preço chegou a patamares superiores que o da primeira crise de abastecimento, ocorrida em 2013, um ano após as condições climáticas complicadas em 2012, atingindo R\$ 426/sc 60 kg em Irecê-BA.

Gráfico 6 - Evolução dos preços da saca de 60 kg de feijão carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e feijão preto em São Paulo (SP), de janeiro/2013 a dezembro/2016



Fonte: Elaborado pelo BNB//ETENE, com dados da CMA.

Laranja

Dados do IBGE referentes à safra de 2016, divulgados em janeiro de 2017, indicam aumento de área colhida de laranja no Brasil (0,35%), de 665,2 mil para 667,5 mil hectares, mas queda na produção e produtividade (-4,6% e -4,9%, respectivamente). Em 2016, a produção brasileira foi de 15,98 milhões de toneladas, contra 16,74 milhões no ano anterior, redução motivada pela substituição de área de laranja por cana, problemas climáticos e tratamentos culturais inadequados, em razão das dificuldades financeiras enfrentadas pelos produtores (CONAB, 2017d).

O maior produtor nacional é São Paulo, e, no Nordeste, os destaques são Bahia e Sergipe, em segundo e quinto lugares na produção brasileira, respectivamente. O primeiro teve produção

³ Valores referentes a dezembro de 2016.

de 986,6 mil toneladas, em 2016, acréscimo de 2,3% em relação a 2015. A de Sergipe foi de 489,2 mil toneladas, redução de 11,5% em relação ao ano anterior (CONAB, 2017d).

Apesar da redução na produção, Sergipe é destaque nas exportações de suco de laranja no Nordeste, sendo responsável por 99,6% do valor total exportado em 2016 (US\$ 56,3 milhões), com a mesma participação em volume (33,7 mil toneladas) (BRASIL, 2017).

Milho

A área plantada com milho no Brasil, no total de suas duas colheitas, deve se elevar em 5,3% no período 2016/2017 em relação a 2015/2016, sendo plantados 16,8 milhões de hectares. Em termos de produção, a expectativa é de forte recuperação, de 66,5 milhões para 89,0 milhões de toneladas (ou 33,7%). O Centro-Oeste é o maior produtor regional, com 47,7% da produção da safra 2016/2017, ou 42,5 milhões de toneladas. O Mato Grosso foi o maior produtor brasileiro entre os estados, com 23,7 milhões de toneladas previstas para a safra 2016/2017 (Tabela 6) (CONAB, 2017a).

No Nordeste, o comportamento dos produtores quanto a expansão de área deverá seguir a tendência nacional, com 3,8% de incremento, ou 2,5 milhões de hectares. A cultura do milho deverá apresentar um ótima recuperação na produção na região, de 75,8%, chegando a 6,0 milhões de toneladas, ocasionada em grande medida pelo incremento na produtividade de 69,3%, alcançando 2,4 t/ha, no entanto muito abaixo das observadas em outras regiões do País. Isto se dá na Região pela característica do plantio em sistema de sequeiro e baixa tecnologia, situação diferentemente observada apenas nos cerrados nordestinos e Sergipe, onde por exemplo, alcançou-se média de rendimento superior a 8,0 t/ha em safras anteriores em alguns municípios.

Tabela 6 – Milho total (1ª e 2ª safras) - Comparativo de área, produtividade e produção - Safras 2015/2016 e 2016/2017

REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	PRODUÇÃO (mil t)
-----------	---------------	------------------------	------------------

	Safra 15/16 (a)	Safra 16/17 (b)	Var% (b/a)	Safra 15/16 (a)	Safra 16/17 (b)	Var% (b/a)	Safra 15/16 (a)	Safra 16/17 (b)	Var% (b/a)
NORTE	573,2	669,1	16,7	3.431	3.877	13,0	1.966,8	2.594,2	31,9
NORDESTE	2.425,2	2.518,4	3,8	1.417	2.398	69,2	3.435,4	6.038,3	75,8
MA	354,3	432,2	22,0	2.468	3.599	45,8	874,4	1.555,6	77,9
PI	492,5	452,3	-8,2	1.502	2.702	79,9	739,5	1.222,0	65,2
CE	460,2	500,7	8,8	356	847	137,9	163,8	424,1	158,9
RN	25,0	25,0	0,0	309	448	45,0	7,7	11,2	45,5
PB	84,6	90,3	6,7	237	463	95,4	20,1	41,8	108,0
PE	184,6	184,6	0,0	120	359	199,2	22,2	66,3	198,6
AL	28,3	28,3	0,0	674	630	-6,5	19,1	17,8	-6,8
SE	177,0	177,0	0,0	795	4.390	452,2	140,7	777,0	452,2
BA	618,7	628,0	1,5	2.340	3.061	30,8	1.447,9	1.922,5	32,8
CENTRO-OESTE	7.067,4	7.472,8	5,7	3.996	5.684	42,2	28.244,4	42.475,3	50,4
SUDESTE	2.051,3	2.124,1	3,5	4.775	5.771	20,9	9.794,3	12.259,1	25,2
SUL	3.805,4	3.987,6	4,8	6.068	6.421	5,8	23.089,7	25.602,5	10,9
NORTE/NORDESTE	2.998,4	3.187,5	6,3	1.802	2.708	50,3	5.402,2	8.632,5	59,8
CENTRO/SUL	12.924,1	13.584,5	5,1	4.730	5.914	25,0	61.128,4	80.336,9	31,4
BRASIL	15.922,5	16.772,0	5,3	4.178	5.305	27,0	66.530,6	88.969,4	33,7

Fonte: Elaborado pelo BNB//ETENE, da CONAB.

Em 2013, a grande produção mundial de milho, com aumento dos estoques mundiais, pressionaram a baixa nas cotações do grão. No ano seguinte, atraso na colheita de verão e do plantio da segunda safra, devido à seca no Sul e Sudeste e chuvas intensas no Centro-Oeste motivaram o aumento do preço do milho no mercado interno. Em 2015, com a alta do dólar, a cotação voltou a se valorizar (Gráfico 8). As cotações do milho estiveram em alta durante o ano de 2016, conforme o Gráfico 5 a seguir, sendo muito influenciadas pelo baixo estoque inicial e a menor produção em cinco anos. Entre junho de 2015 e de 2016, houve alta nos preços em razão da quebra da safra, provocada pela estiagem ocorrida no Mato Grosso, maior produtor nacional. A região do Matopiba também teve queda na produção, em razão de veranicos nos três estados que são os maiores produtores regionais, Bahia, Maranhão e Piauí, nessa ordem, influenciando a alta do preço nas praças nordestinas (CONAB, 2016b).

Gráfico 7 - Evolução dos preços da saca de 60kg de milho em Barreiras (BA), Sorriso (MT), Cascavel (PR) e preço CIF São Paulo, de janeiro/2013 a dezembro/2016

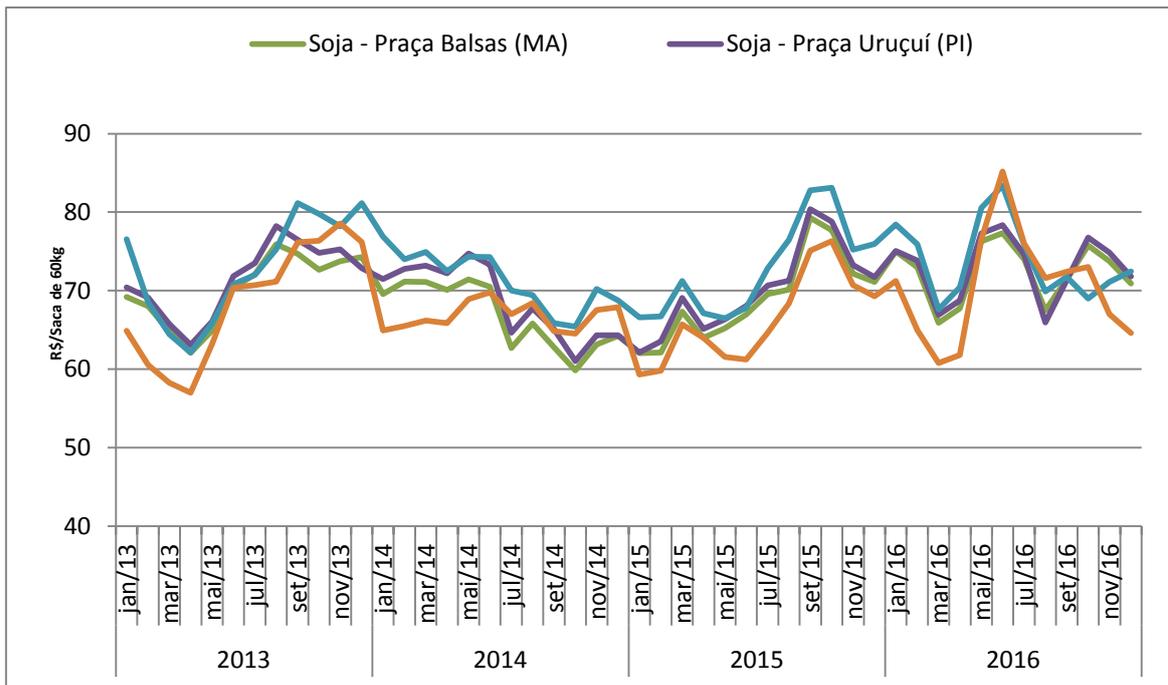
REGIÃO/UF	ÁREA (mil ha)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (mil t)		
	Safra 15/16 (a)	Safra 16/17 (b)	Var% (b/a)	Safra 15/16 (a)	Safra 16/17 (b)	Var% (b/a)	Safra 15/16 (a)	Safra 16/17 (b)	Var% (b/a)
NORTE	1.576,3	1.750,0	11,0	2.423	3.031	25,1	3.818,9	5.304,7	38,9
NORDESTE	2.878,2	3.214,9	11,7	1.774	2.926	64,9	5.107,1	9.405,9	84,2
MA	786,3	945,9	20,3	1.590	3.003	88,9	1.250,2	2.840,5	127,2
PI	565,0	686,5	21,5	1.143	2.980	160,7	645,8	2.045,8	216,8
BA	1.526,9	1.582,5	3,6	2.103	2.856	35,8	3.211,1	4.519,8	40,8
CENTRO-OESTE	14.925,1	15.131,0	1,4	2.931	3.211	9,6	43.752,6	48.588,7	11,1
SUDESTE	2.326,9	2.330,0	0,1	3.255	3.213	-1,3	7.574,9	7.486,0	-1,2
SUL	11.545,4	11.452,9	-0,8	3.047	3.216	5,5	35.181,1	36.829,3	4,7
NORTE/NORDESTE	4.454,5	4.964,9	11,5	2.004	2.963	47,9	8.926,0	14.710,6	64,8
CENTRO/SUL	28.797,4	28.913,9	0,4	3.004	3.213	7,0	86.508,6	92.904,0	7,4
BRASIL	33.251,9	33.878,8	1,9	2.870	3.176	10,7	95.434,6	107.614,6	12,8

Fonte: Elaborado pelo BNB//ETENE, com dados da CONAB.

Entre 2014 e 2015, os preços da soja caíram, com alguns meses de preços mais elevados, atribuídos às expectativas de safra recorde nos Estados Unidos. A forte alta do dólar, em 2015, a entressafra brasileira no segundo semestre e a demanda aquecida provocaram valorização da cultura no mercado interno. Nem o aumento da oferta mundial no fim desse ano impediu a alta de preço em relação a 2014 (CEPEA, 2016e).

Os preços da soja, ao longo de 2016, subiram de forma intensa até junho, atingindo recordes, com o impulso vindo principalmente da postura retraída de produtores, que negociaram antecipadamente parte da safra 2015/2016. A demanda interna e externa aquecida, favorecida pela valorização do dólar, elevou ainda mais as cotações (CEPEA, 2016e).

Gráfico 8 - Evolução dos preços da saca de 60 kg de soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Uruçuí (PI) e Sorriso (MT), de janeiro /2013 a dezembro /2016



Fonte: Elaborado pelo BNB//ETENE, com dados da CMA.

3.2. Pecuária

O ano de 2016 talvez tenha sido o último de alta nos preços da pecuária de corte brasileira, num ciclo que já vem desde 2013. O mercado doméstico sofreu com a crise econômica, desemprego recorde e inflação ainda elevada, fatores que limitaram o consumo de carne bovina. Depois dos preços recordes em 2015, os criadores perceberam a queda na demanda em 2016 e recuo nos valores de venda, e confinadores tiveram custos muito altos com ração. Ao longo de 2016, a valorização da arroba do boi gordo (índice ESALQ/BM&FBovespa) foi de 0,2%, encerrando o ano em R\$ 149,46/@, depois de atingir o pico de R\$ 159,49/@ em 04 de abril, com tendência de baixa desde então (CEPEA, 2016f).

A valorização do real em 2016 e a redução da demanda de alguns países, principalmente os dependentes do petróleo, reduziram as exportações brasileiras. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), o Brasil embarcou 1,076 milhão de toneladas de carne in natura, 0,3% abaixo do volume exportado em 2015. A receita em dólar caiu 6,8%, totalizando US\$ 4,3 bilhões (CEPEA, 2017a).

A Ásia ainda é a grande aposta para as exportações brasileiras de carne bovina, tendo a China comprado grandes volumes do Brasil em 2016. A dúvida ainda paira sobre o comportamento do mercado norte-americano, com a recente eleição de Donald Trump à presidência, que pode colocar em risco os esforços já realizados de abertura daquele mercado à carne bovina in natura brasileira, se vier a adotar medidas protecionistas, que podem, por outro lado, aumentar as exportações brasileiras para os países do Acordo de Parceria Transpacífico (Japão,

Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Peru, Malásia, México, Nova Zelândia, Cingapura e Vietnã), abandonado recentemente pelos Estados Unidos (CEPEA, 2017a).

O ano de 2016 também foi de alta no preço do leite, superando 2013, atingindo alta histórica de R\$ 1,6928/l em agosto, segundo dados do CEPEA (2016g). O preço bruto médio do litro pago ao produtor subiu 18,2% em termos reais no ano, em razão da baixa na captação de algumas das principais regiões produtoras. No último quadrimestre de 2016, mesmo com menor captação, os preços começaram a cair, refletindo os efeitos da demanda enfraquecida ao consumidor final.

3.3. Agronegócio

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) do Brasil totalizou, segundo dados de BRASIL (2017a), R\$ 530,6 bilhões, em 2016, queda de 1,7% em relação a 2015, fato que pode ser creditado principalmente à crise econômica e problemas climáticos em grandes regiões produtoras (Tabela 8). A agricultura perdeu 1% em relação a 2015, caindo de R\$ 348,6 bilhões para R\$ 345,2 bilhões, enquanto a pecuária, redução de R\$ 191 bilhões para R\$ 185,4 bilhões. No Nordeste, as perdas para a agricultura foram proporcionalmente maiores, da ordem de quase 20%, caindo de R\$ 37,1 bilhões para R\$ 29,7 bilhões. Entre os estados, as maiores reduções de VBP agrícola ocorreram no Piauí (-53%) e Maranhão (-32%), principalmente pela redução na produção de grãos, em razão de problemas climáticos. A pecuária nordestina teve redução de R\$ 13,6 bilhões para R\$ 13 bilhões (-4,1%), sendo as mais representativas as do Piauí (-11%).

No entanto, as expectativas são otimistas: o governo estima crescimento de 2,9% do VBP agropecuário para o Brasil, subindo de R\$ 530,6 bilhões para R\$ 545,9 bilhões, puxado principalmente pelo aumento do VBP agrícola (5,6%), já que a previsão para o VBP pecuário ainda é de redução (-2,2%), com recuperação representativa para o VBP agropecuário do Nordeste (22,6%). Este deverá passar de R\$ 42,7 bilhões para R\$ 52,4 bilhões, com crescimento expressivo do VBP agrícola exatamente onde houve as maiores reduções no biênio anterior: Piauí (184,5%) e Maranhão (69,3%), juntamente com Bahia (15,1%), que contribuiu com mais da metade do VBP agrícola regional (53,3%) (Tabela 8). Na agricultura as expectativas são positivas principalmente por conta da melhoria das condições climáticas, que deverá proporcionar nova safra recorde de grãos.

Os três maiores VBPs estaduais são Bahia, Pernambuco e Maranhão, nessa ordem, totalizando 73,2% do total regional (R\$ 31,3 bilhões), enquanto os outros estados somados, perfizeram R\$ 11,4 bilhões. A agricultura nordestina é o setor agropecuário predominante, com 69,5% do VBP, ao passo que a pecuária responde por 30,5%. O estado com a maior participação da agricultura no VBP agropecuário de 2016 foi o Piauí, com 80,9%, enquanto o estado com maior participação da pecuária foi o Ceará, com 57,5% (Tabela 9).

Tabela 8 – Nordeste – Valor Bruto da Produção agropecuária (VBP), por estado, e estimativas (valores em mil R\$).

VBP AGRICULTURA						
	2015	2016	2017 prev jan	%2016/2015	%2017/2016	%UF/NE 2016
NORDESTE	37.063.749,9	29.682.287,3	39.175.672,6	-19,9	32,0	100,0
MA	4.840.526,7	3.278.167,9	5.550.444,3	-32,3	69,3	11,0
PI	3.318.054,4	1.550.136,9	4.410.439,9	-53,3	184,5	5,2
CE	1.275.201,8	1.367.874,7	1.599.988,9	7,3	17,0	4,6
RN	597.293,7	677.561,6	776.407,0	13,4	14,6	2,3
PB	748.683,3	944.750,6	1.096.550,4	26,2	16,1	3,2
PE	3.254.424,8	3.408.951,9	4.209.312,7	4,7	23,5	11,5
AL	1.905.785,1	1.791.658,2	2.104.063,6	-6,0	17,4	6,0
SE	1.122.994,8	842.505,7	1.222.525,4	-25,0	45,1	2,8
BA	20.000.785,4	15.820.679,6	18.205.940,2	-20,9	15,1	53,3
BRASIL	348.681.268,8	345.238.267,7	364.513.258,5	-1,0	5,6	
NE/BR %	10,6	8,6	10,7			
VBP PECUÁRIA						
	2015	2016	2017 prev jan	%2016/2015	%2017/2016	%UF/NE 2016
NORDESTE	13.595.750,8	13.040.502,6	13.192.929,2	-4,1	1,2	100,0
MA	2.187.305,5	1.978.116,9	1.937.297,8	-9,6	-2,1	15,2
PI	412.683,0	367.108,8	361.399,3	-11,0	-1,6	2,8
CE	1.870.892,8	1.850.946,3	1.875.112,9	-1,1	1,3	14,2
RN	408.987,1	392.053,9	402.435,6	-4,1	2,6	3,0
PB	558.218,4	610.912,7	598.356,2	9,4	-2,1	4,7
PE	2.329.699,6	2.248.463,1	2.346.070,3	-3,5	4,3	17,2
AL	561.654,1	546.845,3	549.197,6	-2,6	0,4	4,2
SE	507.811,3	511.357,3	524.945,1	0,7	2,7	3,9
BA	4.758.498,9	4.534.698,0	4.598.114,2	-4,7	1,4	34,8
BRASIL	191.056.994,6	185.393.171,3	181.391.786,9	-3,0	-2,2	
NE/BR %	7,1	7,0	7,3			
VBP AGROPECUÁRIA						
	2015	2016	2017 prev jan	%2016/2015	%2017/2016	%UF/NE 2016
NORDESTE	50.659.500,7	42.722.789,9	52.368.601,8	-15,7	22,6	100,0
MA	7.027.832,2	5.256.284,8	7.487.742,1	-25,2	42,5	12,3
PI	3.730.737,4	1.917.245,7	4.771.839,2	-48,6	148,9	4,5
CE	3.146.094,6	3.218.821,0	3.475.101,8	2,3	8,0	7,5
RN	1.006.280,8	1.069.615,5	1.178.842,6	6,3	10,2	2,5
PB	1.306.901,7	1.555.663,3	1.694.906,6	19,0	9,0	3,6
PE	5.584.124,4	5.657.415,0	6.555.383,0	1,3	15,9	13,2
AL	2.467.439,2	2.338.503,5	2.653.261,2	-5,2	13,5	5,5
SE	1.630.806,1	1.353.863,0	1.747.470,5	-17,0	29,1	3,2
BA	24.759.284,3	20.355.377,6	22.804.054,4	-17,8	12,0	47,6
BRASIL	539.738.263,4	530.631.439,0	545.905.045,4	-1,7	2,9	
NE/BR %	9,4	8,1	9,6			

Fonte: BRASIL (2017a), com base em dados de produção do LSPA do IBGE de janeiro de 2017 e dados de preços da CONAB e FGV, atualizados pelo IGP-DI da FGV para janeiro/2017. Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 9 – Nordeste – Valor Bruto da Produção agropecuária (VBP) de 2016, por estado e

setores (valores em mil R\$).

Estado	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
MA	3.278.167,9	62,4	1.978.116,9	37,6	5.256.284,8	100,0
PI	1.550.136,9	80,9	367.108,8	19,1	1.917.245,7	100,0
CE	1.367.874,7	42,5	1.850.946,3	57,5	3.218.821,0	100,0
RN	677.561,6	63,3	392.053,9	36,7	1.069.615,5	100,0
PB	944.750,6	60,7	610.912,7	39,3	1.555.663,3	100,0
PE	3.408.951,9	60,3	2.248.463,1	39,7	5.657.415,0	100,0
AL	1.791.658,2	76,6	546.845,3	23,4	2.338.503,5	100,0
SE	842.505,7	62,2	511.357,3	37,8	1.353.863,0	100,0
BA	15.820.679,6	77,7	4.534.698,0	22,3	20.355.377,6	100,0
NORDESTE	29.682.287,3	69,5	13.040.502,6	30,5	42.722.789,9	100,0
BRASIL	345.238.267,7	65,1	185.393.171,3	34,9	530.631.439,0	100,0

Fonte: BRASIL (2017a), com base em dados de produção do LSPA do IBGE de janeiro de 2017 e dados de preços da CONAB e FGV, atualizados pelo IGP-DI da FGV para janeiro/2017. Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

Por produto, a variação do VBP de 2016 em relação a 2015 foi predominantemente negativa, com reduções de destaque, devido ao valor representativo em relação ao total, para algodão (-22,9%), café (-31,6%), cana-de-açúcar (-9,4%), feijão (-10,9%), milho (-43,2%), soja (-38%) e tomate (-60,1%), na agricultura, e carne bovina (-8,5%) e leite (-4,9%), na pecuária, a maioria commodities exportáveis que sofreram queda nos preços internacionais, influenciando preços internos, e para cuja produção o clima também não colaborou (Tabela 2). Houve aumentos no período de VBP da banana (57,3%), uva (18,4%), frango (2,6%) e ovos (6,2%).

Tabela 10 – Nordeste – Valor Bruto da Produção agropecuária (VBP), por produto, e estimativas (valores em mil R\$).

Produto	2015	2016	2017 prev janeiro	var % 2016/2015	var % 2017/2016
Algodão herbáceo	2.751.754,9	2.122.720,0	2.540.123,4	-22,9	19,7
Amendoim	23.905,9	21.643,2	27.648,3	-9,5	27,7
Arroz	449.111,6	266.658,2	494.029,9	-40,6	85,3
Banana	3.561.468,5	5.603.772,3	5.715.574,2	57,3	2,0
Batata	483.502,8	609.454,0	235.450,7	26,0	-61,4
Cacau	825.341,0	678.618,9	-	-17,8	-
Café	1.597.776,8	1.093.491,3	1.712.551,3	-31,6	56,6
Cana-de-açúcar	4.344.722,9	3.936.589,6	4.381.772,1	-9,4	11,3
Cebola	760.411,3	564.375,8	333.191,0	-25,8	-41,0
Feijão	2.004.052,4	1.785.924,9	4.211.446,8	-10,9	135,8
Fumo	156.173,1	56.304,6	102.898,8	-63,9	82,8
Laranja	1.170.871,3	1.088.765,6	1.004.362,3	-7,0	-7,8
Maçã	2.707,9	125,6	2.777,6	-95,4	2.111,5
Mamona	66.487,9	40.637,9	36.949,4	-38,9	-9,1
Mandioca	1.171.455,4	918.641,2	1.092.395,5	-21,6	18,9
Milho	4.552.024,2	2.586.795,9	4.634.269,7	-43,2	79,2
Pimenta do reino	136.853,9	140.065,3	122.916,4	2,3	-12,2
Soja	10.013.100,4	6.203.308,7	10.839.751,6	-38,0	74,7
Tomate	2.013.979,9	803.861,9	678.485,7	-60,1	-15,6
Trigo	-	2.215,9	1.684,8	-	-24,0
Uva	978.047,8	1.158.316,5	1.007.393,1	18,4	-13,0
Subtotal Agricultura	37.063.749,9	29.682.287,3	39.175.672,6	-19,9	32,0
Bovinos	7.685.712,6	7.030.693,4	7.066.447,7	-8,5	0,5
Suínos	135.345,8	121.216,0	124.501,9	-10,4	2,7
Frangos	2.177.514,0	2.234.468,7	2.013.792,9	2,6	-9,9
Leite	1.503.205,7	1.429.588,9	1.508.982,4	-4,9	5,6
Ovos	2.093.972,7	2.224.535,6	2.479.204,3	6,2	11,4
Subtotal Pecuária	13.595.750,8	13.040.502,6	13.192.929,2	-4,1	1,2
Total Agropecuária	50.659.500,7	42.722.789,9	52.368.601,8	-15,7	22,6

Fonte: BRASIL (2017a), com base em dados de produção do LSPA do IBGE de janeiro de 2017 e dados de preços da CONAB e FGV, atualizados pelo IGP-DI da FGV para janeiro/2017. Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

A Confederação Nacional de Agricultura (CNA), em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (CEPEA-USP), elabora o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro, que, até novembro de 2016 (relatório mais recente), deverá ficar em R\$ 1,47 trilhão, sendo R\$ 1,01 trilhão para a agricultura e R\$ 457,69 milhões para a pecuária, considerando os quatro subsetores (insumo, primário, indústria e serviços) de cada um dos ramos – o agrícola e o pecuário (CEPEA, 2016h).

Este resultado significa um aumento de 4,4% sobre R\$ 1,41 trilhão, em 2015, e, considerando apenas o setor primário, a alta da agricultura deve ser de 5,6%, e da pecuária, em 1,8%. No primeiro setor, o resultado positivo veio do aumento nos preços médios reais da agricultura, acompanhado do crescimento de faturamento anual de algumas lavouras, como cana (17%), milho (20,7%) e soja (3,2%). Na pecuária, o aumento se explica mais pelo aumento dos preços reais relacionados à avicultura, cujo faturamento deve se elevar em 3,8%, já que para a bovinocultura de corte e suinocultura houve queda no faturamento anual esperado, de -6,5% e -1,3%, respectivamente (CEPEA, 2016h).

No entanto, o IBGE divulgou em março que o PIB total do Brasil caiu 3,6% em 2016, e o maior recuo entre os setores da economia veio exatamente da agropecuária, cujo produto teria se reduzido 6,6%, a maior variação negativa desde o início da série, em 1996.

3.4. Balanço do agronegócio no Nordeste

O Brasil exportou, em 2016, US\$ 185,2 bilhões, 3,1% a menos que em 2015, que foi de US\$ 191,1 bilhões (Tabela 4). As importações nacionais também caíram, de US\$ 171,5 bilhões para US\$ 137,5 bilhões (-19,7%), fato que favoreceu aumento no saldo positivo total de US\$ 19,6 bilhões para R\$ 47,7 bilhões, maior superávit desde o início da série histórica, em 1980. Como razões pode-se citar que o dólar manteve-se relativamente alto durante o ano, apesar de tê-lo iniciado em torno de R\$ 4,00 e encerrado em R\$ 3,20/US\$ e o resultado positivo no comércio de petróleo e derivados, com menores importações de combustível e lubrificantes. A crise econômica brasileira também reduziu a demanda por produtos e serviços importados, o que, conjugado a um dólar alto, ajudou na queda das importações em maior escala que a das exportações (VALOR ECONÔMICO, 2017). O Nordeste teve exportações totais de US\$ 12,8 bilhões, 12,6% menos que em 2015, quando foram de US\$ 14,6 bilhões. As importações totais tiveram redução pouco superior, de US\$ 21,4 bilhões, para US\$ 17,5 bilhões (-18,1%) (BRASIL, 2017b).

O agronegócio nacional encerrou 2016 com redução de 3,7% nas exportações (de US\$ 88,2 bilhões para US\$ 84,9 bilhões) e aumento de importações em 4,2% (de US\$ 13,0 bilhões para US\$ 13,6 bilhões), em relação a 2015. O agronegócio nordestino seguiu a mesma tendência, porém em percentuais mais representativos: baixa de 24% nas exportações e aumento de quase 25% nas importações, o que reduziu o saldo positivo em 38,7%.

Entre 2015 e 2016, a participação das exportações do agronegócio nordestino sobre as totais do Nordeste caiu de 53,3% para 46,3%, ao passo que as importações tiveram aumento de 8,4% para 12,8%. O mesmo movimento se percebe comparando-se as exportações do agronegócio nordestino sobre as do agronegócio nacional (8,9% e 7%, respectivamente), em contraponto

às importações, que tiveram sua fatia aumentada de 13,8% para 16,5%. Nessa matemática, a participação do saldo do agronegócio nordestino no saldo do agronegócio nacional também se reduziu de 8% para 5,2%.

Os três maiores exportadores do agronegócio nordestino são, em ordem, Bahia, Maranhão e Ceará, respondendo por 80% do total do Nordeste em 2016, praticamente a mesma proporção obtida em 2015 (80,3%). Entre esses dois anos, o maior crescimento de exportações ocorreu no Rio Grande do Norte (14,6%), enquanto a maior redução deu-se no Piauí (-58,4%). Os dois primeiros exportam principalmente papel, celulose e soja, enquanto o Ceará é mais voltado para a exportação de frutas, como melão e castanha de caju.

Os maiores importadores do agronegócio nordestino são Pernambuco, Bahia e Ceará, nesta ordem, somando 67,4% das importações em 2016, contra 72,6% do total de 2014. A única redução de importações foi de Sergipe (-6,7%) e o maior aumento, o do Piauí (435,6%).

Tabela 11 – Nordeste – Balança comercial do agronegócio, por estado, em milhões de US\$ – 2015/2016

Região/Estado	2015			2016		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil - Total (a)	191.134,3	171.449,1	19.685,3	185.235,4	137.552,0	47.683,4
Brasil - Agronegócio (b)	88.224,1	13.073,1	75.151,0	84.934,6	13.627,5	71.307,1
Nordeste - Total (c)	14.655,4	21.427,0	-6.771,5	12.813,7	17.539,7	-4.726,0
Nordeste - Agronegócio (d)	7.811,3	1.804,4	6.006,9	5.937,0	2.252,8	3.684,3
Maranhão	1.626,9	172,1	1.454,8	1.069,9	366,0	703,8
Piauí	396,9	1,7	395,2	165,0	9,1	155,8
Ceará	661,7	387,5	274,2	672,2	396,7	275,5
Rio Grande do Norte	192,2	72,1	120,1	220,3	81,9	138,4
Paraíba	38,1	110,0	-71,9	41,7	117,6	-76,0
Pernambuco	337,5	509,5	-172,0	289,7	517,7	-228,0
Alagoas	489,8	101,0	388,8	375,9	123,2	252,7
Sergipe	84,1	38,1	46,0	92,2	35,5	56,7
Bahia	3.984,0	412,3	3.571,7	3.010,2	604,9	2.405,3
Variação % 2016/2015						
Brasil - Total (a)				-3,1	-19,8	142,2
Brasil - Agronegócio (b)				-3,7	4,2	-5,1
Nordeste - Total (c)				-12,6	-18,1	-30,2
Nordeste - Agronegócio (d)				-24,0	24,9	-38,7
Maranhão				-34,2	112,6	-51,6
Piauí				-58,4	435,6	-60,6
Ceará				1,6	2,4	0,5
Rio Grande do Norte				14,6	13,7	15,2
Paraíba				9,5	7,0	5,6
Pernambuco				-14,2	1,6	32,5
Alagoas				-23,3	22,0	-35,0
Sergipe				9,7	-6,7	23,3
Bahia				-24,4	46,7	-32,7
Relações (%)						
b/a	46,2	7,6	381,8	45,9	9,9	149,5
d/c	53,3	8,4	-88,7	46,3	12,8	-78,0
d/b	8,9	13,8	8,0	7,0	16,5	5,2

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados de BRASIL (2017b).

Em 2016, os principais produtos exportados pelo agronegócio nordestino foram os dos grupos: produtos florestais, complexo soja, frutas (inclui nozes e castanhas), complexo sucroalcooleiro, fibras e produtos têxteis e couros, produtos de couro e peleteria, totalizando 83,9% em valor (US\$ 4,9 bilhões), redução de 26% em relação ao ano de 2015, quando esses grupos somaram

US\$ 6,7 bilhões (Tabela 5). O total exportado reduziu-se de US\$ 7,8 bilhões para US\$ 5,9 bilhões (-24%).

Entre os principais produtos exportados, vale ressaltar a significativa redução ocorrida no complexo soja (-45,5%), que se deve principalmente a problemas climáticos e queda dos preços externos da commodity. Outra variação de destaque está no complexo sucroalcooleiro (-24,6%), cujo setor passar por uma reestruturação depois de uma das piores crises de sua história, causada pela queda dos preços internacionais do açúcar e pela política de preços dos combustíveis, que privilegiou a gasolina em detrimento do etanol, gerando aumento dos custos de produção, endividamento das usinas e falta de renovação dos canaviais.

O único entre os grandes grupos de produtos com crescimento das exportações nordestinas é o de frutas (2,7%), no qual são grandes produtores nordestinos Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Tabela 12 – Nordeste – Principais produtos exportados do agronegócio, em milhões de US\$ – 2015/2016

Produtos	2015			2016			Variação	
	Valor	Part. %	% Acumulado	Valor	Part. %	% Acumulado	Absoluta	%
1 PRODUTOS FLORESTAIS	2.099,8	26,9	26,9	1.736,3	29,2	29,2	-363,5	-17,3
2 COMPLEXO SOJA	2.362,9	30,2	57,1	1.288,0	21,7	50,9	-1.074,9	-45,5
3 FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	597,7	7,7	64,8	613,9	10,3	61,3	16,1	2,7
4 COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	686,0	8,8	73,6	517,5	8,7	70,0	-168,5	-24,6
5 FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	622,1	8,0	81,5	485,2	8,2	78,2	-136,9	-22,0
6 COURO, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA	359,2	4,6	86,1	339,8	5,7	83,9	-19,3	-5,4
7 CACAU E SEUS PRODUTOS	268,7	3,4	89,6	289,5	4,9	88,8	20,7	7,7
8 SUCOS	138,1	1,8	91,3	166,6	2,8	91,6	28,5	20,7
9 DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	133,9	1,7	93,0	119,3	2,0	93,6	-14,6	-10,9
10 PESCADOS	93,3	1,2	94,2	99,6	1,7	95,3	6,4	6,8
11 CAFÉ	101,0	1,3	95,5	62,6	1,1	96,3	-38,4	-38,0
12 CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	175,7	2,2	97,8	39,5	0,7	97,0	-136,2	-77,5
13 CHÁ, MATE E ESPECIARIAS	20,5	0,3	98,0	34,2	0,6	97,6	13,7	66,8
14 CARNES	35,1	0,4	98,5	33,4	0,6	98,1	-1,7	-4,9
15 FUMO E SEUS PRODUTOS	33,0	0,4	98,9	30,5	0,5	98,6	-2,5	-7,5
16 PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	26,7	0,3	99,3	22,2	0,4	99,0	-4,5	-16,8
Outros	58,0	0,7	100,0	59,0	1,0	100,0	1,0	1,7
Total	7.811,5	100,0		5.937,0	100,0		-1.874,5	-24,0

Fonte: Elaborado pelo BNB//ETENE, com dados de BRASIL (2017b).

Os principais grupos de produtos importados do agronegócio nordestino foram: cereais, farinhas e preparações (US\$ 857,9 milhões), complexo sucroalcooleiro (US\$ 342,2 milhões), cacau e seus produtos (US\$ 224,7 milhões), produtos oleaginosos (exclui soja) (US\$ 165,7 milhões), produtos florestais (US\$ 146,4 milhões), e produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos (US\$ 84,4 milhões), concentrando 80,8% (US\$ 1,4 bilhão) do valor total importado do agronegócio nordestino em 2016, somando US\$ 1,8 bilhão, 34,5% a mais que em 2015 (US\$ 1,3 bilhão). As importações totais do agronegócio nordestino ficaram em US\$ 2,2 bilhões, 24,9% a mais que em 2015 (US\$ 1,8 bilhão) (Tabela 6).

Altas significativas entre os seis maiores grupos de importações estão em cacau e seus produtos (256,9%) e complexo sucroalcooleiro (132,8%). A única baixa ocorreu nos produtos florestais (-11,2%).

Tabela 13 – Nordeste – Principais produtos importados do agronegócio, em milhões de US\$ – 2015/2016

Produtos	2015			2016			Variação	
	Valor	Part. %	% Acumulado	Valor	Part. %	% Acumulado	Absoluta	%
1 CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	783,5	43,4	43,4	857,9	38,1	38,1	74,4	9,5
2 COMPLEXO SUCROALCOOLEIRO	147,0	8,1	51,6	342,2	15,2	53,3	195,2	132,8
3 CACAU E SEUS PRODUTOS	62,9	3,5	55,1	224,7	10,0	63,2	161,7	256,9
4 PRODUTOS OLEAGINOSOS (EXCLUI SOJA)	150,1	8,3	63,4	165,7	7,4	70,6	15,6	10,4
5 PRODUTOS FLORESTAIS	164,9	9,1	72,5	146,4	6,5	77,1	-18,5	-11,2
6 PRODUTOS HORTÍCOLAS, LEGUMINOSAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS	45,8	2,5	75,1	84,4	3,7	80,8	38,6	84,3
7 FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	88,3	4,9	79,9	77,3	3,4	84,3	-11,0	-12,5
8 FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	76,6	4,2	84,2	72,5	3,2	87,5	-4,0	-5,3
9 PESCADOS	89,1	4,9	89,1	68,4	3,0	90,5	-20,8	-23,3
10 BEBIDAS	70,9	3,9	93,1	53,8	2,4	92,9	-17,1	-24,1
11 COMPLEXO SOJA	13,5	0,7	93,8	34,5	1,5	94,4	21,0	154,9
12 PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS	21,4	1,2	95,0	30,6	1,4	95,8	9,2	43,1
13 DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	16,6	0,9	95,9	17,3	0,8	96,6	0,7	4,0
14 LÁCTEOS	9,4	0,5	96,4	16,7	0,7	97,3	7,2	76,6
15 CARNES	23,5	1,3	97,7	15,8	0,7	98,0	-7,7	-32,8
16 COUROS, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA	4,8	0,3	98,0	10,5	0,5	98,5	5,7	120,8
Outros	36,0	2,0	100,0	34,2	1,5	100,0	-1,8	-5,1
Total	1.804,3	100,0		2.252,8	100,0		448,5	24,9

Fonte: Elaborado pelo BNB//ETENE, com dados de BRASIL (2017b).

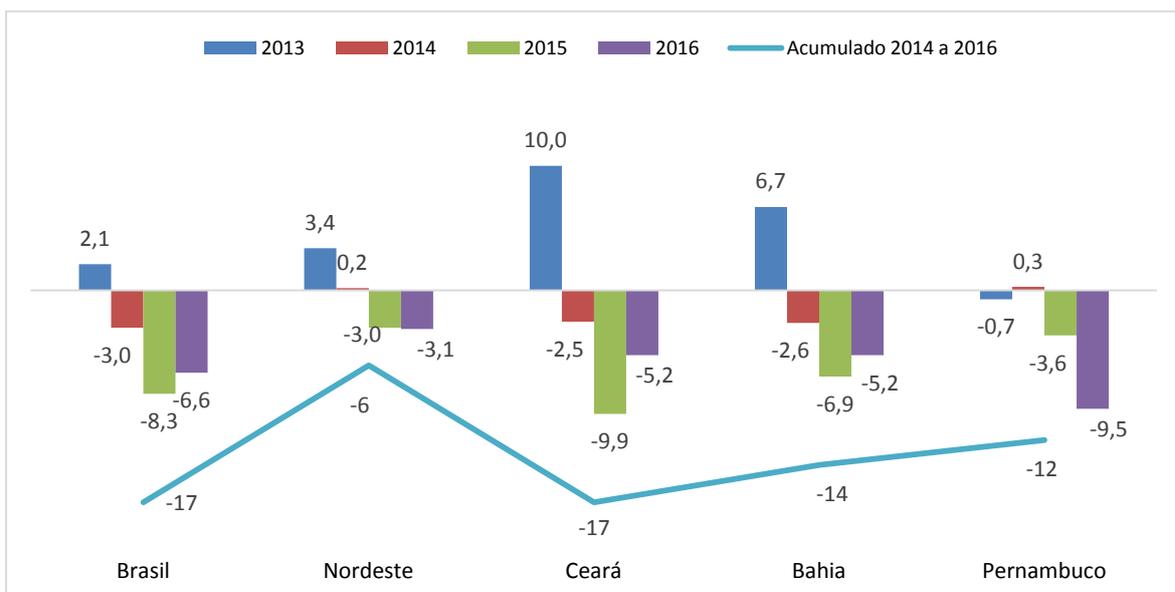
4. PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A indústria da região Nordeste (-3,1%), assim como a do País (-6,6%), fechou o ano de 2016 no vermelho, frente ao ano de 2015, embora com taxa negativa inferior à nacional. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal Produção Física Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dentre os Estados nordestinos divulgados pela pesquisa, Ceará e Bahia recuaram menos que a média nacional (-6,6%), ambos com -5,2%, em 2016, enquanto Pernambuco (-9,5%) foi responsável pelo terceiro pior resultado dentre os locais publicados pelo IBGE. Note-se que estes três Estados apresentaram desempenho abaixo da média do Nordeste (-3,1%), sugerindo que outros Estados da Região registraram melhores taxas.

Tendo em vista a atual crise do setor industrial no País, é possível identificar que enquanto no Brasil a taxa de crescimento da produção da indústria ficou negativa desde 2014, no Nordeste tal retração foi registrada apenas a partir de 2015, conforme se pode observar no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Taxa de crescimento da produção industrial (%) - Brasil, Nordeste e Estados selecionados - 2013 a 2016 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

No detalhamento por estados (Gráfico 1), porém, as taxas negativas já se fizeram presentes a partir de 2014 no Ceará (-2,5%) e na Bahia (-2,6%). Para estes, o ano de 2015 foi de agravamento da crise, com queda no nível de atividade industrial da ordem de -9,9% e -6,9%, respectivamente. Houve também forte retração em 2016 nestes Estados (-5,2% para ambos), mas em intensidade inferior à do ano de 2015. Para Pernambuco, o ano de 2016 assinalou o pior desempenho industrial (-9,5%), dentre os anos especificados no Gráfico 1, contribuindo para que este fosse também o pior ano na média da Região (-3,1%).

O Gráfico 1 também apresenta o percentual acumulado de queda na produção industrial ocorrida nos últimos 3 anos (de 2014 a 2016), de forma a proporcionar uma melhor avaliação das perdas durante esse período. No Brasil, esta redução foi de 17%, mesma proporção

atingida pelo Ceará (estado com pior desempenho da Região e o quarto pior do País, dentre os locais divulgados, perdendo apenas para Rio Grande do Sul, -19%, São Paulo, -21% e Amazonas, -29%). Em seguida, aparece a Bahia (-14%) e Pernambuco (-12%), o qual teve a situação mais agravada apenas em 2016. A média mais amena para o Nordeste (-6%) pode ser explicada, em parte, pelo desempenho dos demais Estados da Região, caracterizados, em geral, por um parque industrial menos dinâmico do que o dos Estados acima citados.

No período de janeiro a dezembro de 2016, o setor industrial da Região Nordeste que recuou 3,1%, assinalou queda na produção em doze das quinze atividades pesquisadas (Gráfico 2). O crescimento ocorreu apenas nos setores de veículos automotores, reboques e carrocerias (13,3%); celulose, papel e produtos de papel (2,0%) e preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigo para viagens e calçados (0,6%).

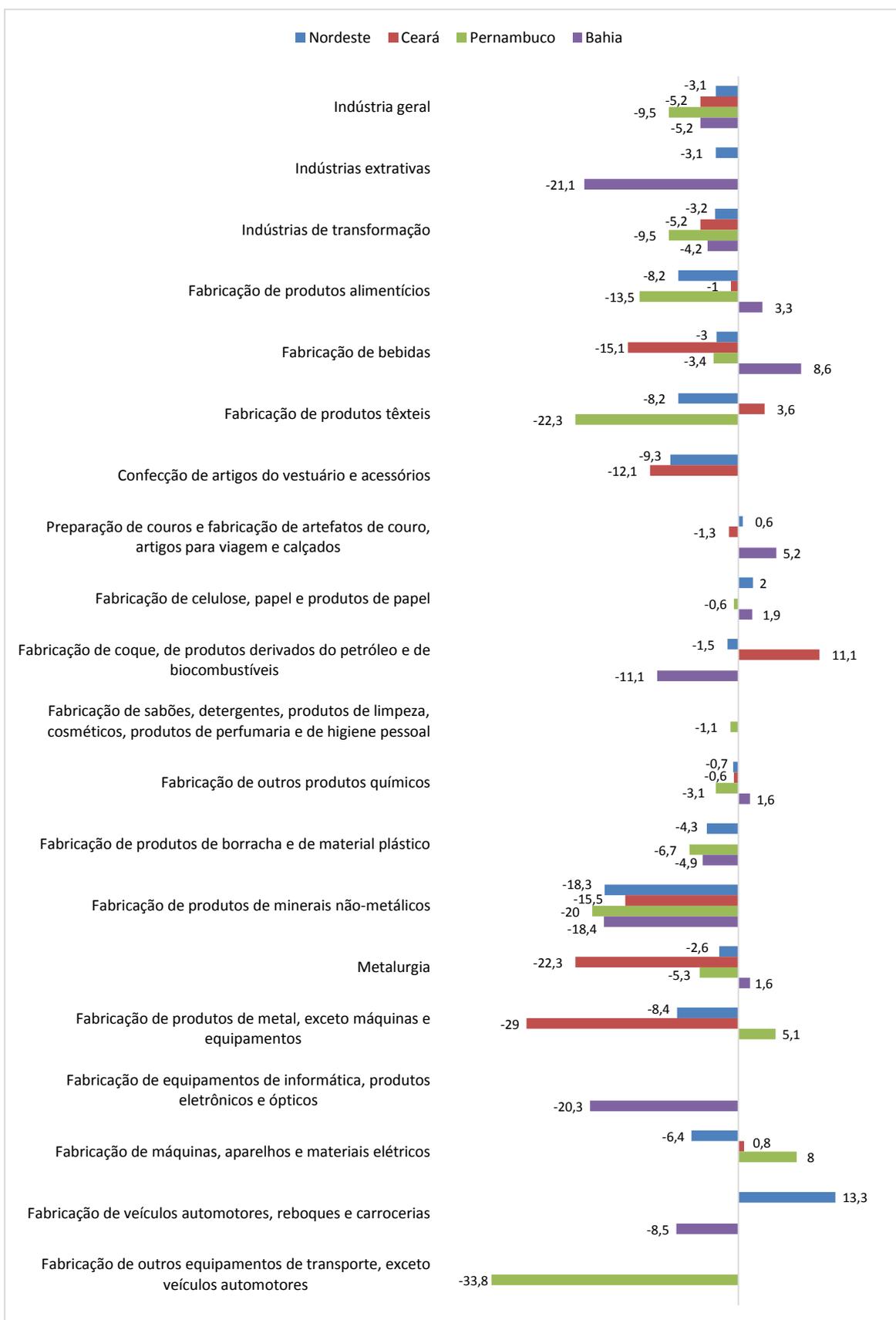
Os principais impactos negativos ocorreram em produtos alimentícios (-8,2%), pressionados, especialmente, pela menor fabricação de açúcar, e em produtos de minerais não-metálicos (-18,3%), tais como cimentos; massa de concreto para construção; garrafas e frascos de vidro para embalagem; tijolos; cerâmica para pavimentação ou revestimento, dentre outros.

O Ceará (-5,2%) apontou aumento em três das onze atividades industriais pesquisadas em 2016 (Gráfico 2). Contribuíram positivamente: coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (11,1%), impulsionados, em grande medida, pela fabricação de óleos combustíveis, asfalto de petróleo e óleo diesel; produtos têxteis (3,6%), tais como tecidos de algodão tintos ou estampados e fios de algodão retorcidos, e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (0,8%). Os recuos mais importantes se deram em bebidas (-15,1%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-12,1%), metalurgia (-22,3%), produtos de minerais não-metálicos (-15,5%) e de produtos de metal (-29,0%).

Em Pernambuco (-9,5%), apenas duas das doze atividades assinalaram aumento na produção em 2016 (Gráfico 2): máquinas, aparelhos e materiais elétricos (8,0%) e produtos de metal (5,1%), influenciados, principalmente, pela maior fabricação de ventiladores para uso doméstico, máquinas de lavar ou secar roupa, baterias ou acumuladores elétricos para veículos e eletroportáteis domésticos; e de latas de alumínio e de ferro e aço para embalagem e esquadrias de alumínio, respectivamente. Os setores que atingiram mais negativamente a média do Estado foram: produtos alimentícios (-13,5%), afetados principalmente pela menor produção de açúcar; outros equipamentos de transporte (-33,8%); produtos de minerais não-metálicos (-20,0%); bebidas (-3,4%); produtos de borracha e material plástico (-6,7%), de produtos têxteis (-22,3%) e de metalurgia (-5,3%).

Na Bahia (-5,2%) os resultados intersetoriais foram mais equilibrados, em 2016, com seis dos doze setores pesquisados registrando aumento na produção (Gráfico 2). Destacaram-se produtos alimentícios (3,3%) e outros produtos químicos (1,6%), impulsionados, em grande medida, pela maior produção de açúcar cristal, leite em pó, carnes de bovinos frescas ou refrigeradas e massas alimentícias secas, no primeiro; e de amoníaco (amônia), ureia e policloreto de vinila (PVC), no segundo. Os principais impactos negativos foram em coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-11,1%), indústrias extrativas (-21,1%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-8,5%), produtos de minerais não-metálicos (-18,4%) e produtos de borracha e de material plástico (-4,9%).

Gráfico 2 - Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades industriais (%) – Nordeste e Estados selecionados - Acumulado de 2016 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaborado pelo ETENE/BNB, com dados do IBGE.

A pesquisa Sondagem Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) avaliou, dentre outros aspectos, a atual conjuntura da indústria no Nordeste. Os resultados referentes ao mês de dezembro de 2016, frente a novembro do mesmo ano, apontaram que houve queda na produção industrial na Região, no nível mais intenso dos últimos três meses do ano. Da mesma forma, observou-se queda no número de empregados na passagem de novembro para dezembro, neste caso, no nível mais acentuado desde julho de 2016.

Quanto a Utilização da Capacidade Instalada (UCI), houve manutenção do nível de utilização em 70% durante todos os meses do quarto trimestre de 2016. Este patamar é mais elevado do que a média para o País, cuja UCI foi de 63%, em dezembro de 2016, assinalando grau de ociosidade maior que o do Nordeste.

Foi avaliado, a partir de índices trimestrais, a situação financeira das empresas da Região. Em relação ao 4º trimestre de 2016, os empresários se declararam insatisfeitos, praticamente mantendo o nível de insatisfação apresentado no trimestre anterior. Em compensação, a insatisfação relativa ao lucro operacional deste 4º trimestre de 2016 foi a mais amena desde o 4º trimestre de 2014. A dificuldade de acesso ao crédito, porém, foi apontada como um aspecto que se agravou neste último trimestre de 2016, em relação ao trimestre anterior.

Os melhores resultados da pesquisa estão associados aos questionamentos, captados em janeiro de 2017, sobre as expectativas dos empresários nordestinos para os próximos seis meses. Estes se mostraram otimistas quanto a expectativa de demanda e de exportação, além de menos desanimados do que o identificado em dezembro de 2016, em relação a expectativa de compra de matérias primas, embora, neste caso, ainda não se tenha atingido o nível de otimismo.

O pessimismo ainda está presente em relação a expectativa do número de empregados, o qual imagina-se que deva cair nos próximos seis meses. Esta perspectiva se alinha com a permanência da baixa intenção de investimento em compras, construção, pesquisa e inovações, cujo índice que mede a intenção dos empresários nordestinos ficou em 47,8 pontos, em janeiro de 2017, 1,4 ponto abaixo da média dos últimos trinta e nove meses (49,2 pontos) e 4,8 pontos abaixo da média para os meses de janeiro dos últimos 4 anos (52,6 pontos).

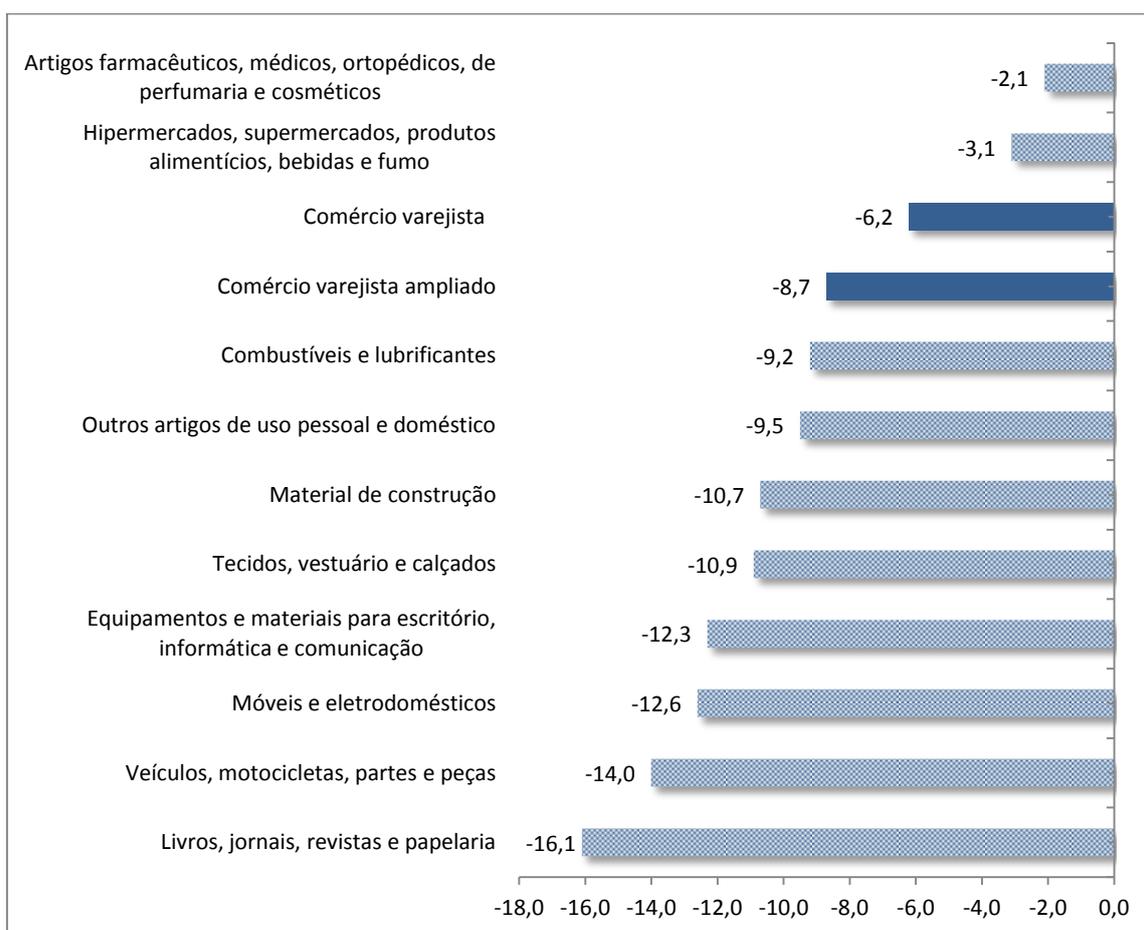
5. COMÉRCIO

Em dezembro de 2016, o comércio varejista nacional registrou queda de 2,1% no volume de vendas em comparação com o mês anterior. Dessa forma, os resultados para o volume de vendas foi negativo em 2016 (-6,2%), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda em termos nacionais, o comércio varejista ampliado, que inclui o varejo somado com a venda de veículos e de material de construção, apresentou queda de 0,1% em dezembro, em comparação com o mês anterior. Para a taxa acumulada em 2016, o resultado foi um declínio de -8,7% no ano.

As vendas de todos os grupos que compõem a atividade comercial apresentaram recuo em 2016 no Brasil, em especial a comercialização de livros, jornais, revistas e papelaria (-16,1%), venda de veículos e motos, partes e peças (-14,0%) e o comércio de móveis e eletrodomésticos (-12,6%). A atividade que se manteve com o menor recuo diz respeito ao comércio de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, composto por produtos de uso essencial, obtendo variação de -2,1% em relação a igual período do ano anterior (Gráfico 1).

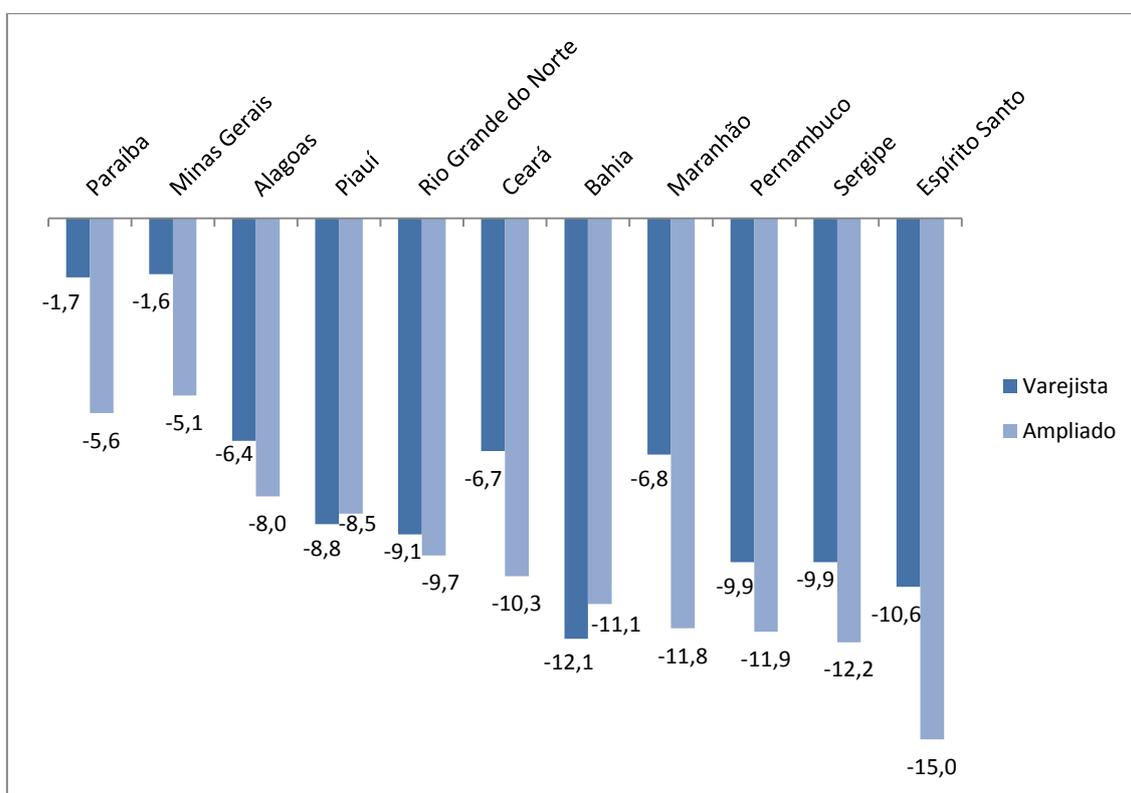
Gráfico 1 - Variação no volume de vendas do comércio no Brasil - Em 2016



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Em termos regionais, o comércio varejista dos estados do Nordeste apresentou trajetória de queda no ano de 2016, quando comparado ao ano anterior. A maioria dos estados da área de atuação do BNB registrou resultados inferiores em comparação com a média nacional (-6,2%), com exceção de Minas Gerais (-1,6%) e Paraíba (-1,7%). Quanto ao comércio varejista ampliado, apenas em Minas Gerais (-5,1%), na Paraíba (-5,6%), em Alagoas (-8,0%) e no Piauí (-8,5%) o declínio não superou o recuo médio nacional (-8,7%), conforme especificado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Variação no volume de vendas do comércio - Estados selecionados e Brasil - Em 2016



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O IBGE detalha o desempenho do comércio para os grupos de atividades em três Estados do Nordeste, ou seja, Bahia, Pernambuco e Ceará (Tabela 1).

Na Bahia, o comércio varejista e o ampliado recuaram -12,1% e -11,1% em 2016, respectivamente. Na verdade, todos os grupos de atividades do comércio apresentaram recuo no ano em análise, em especial eletrodomésticos (-19,6%), combustíveis e lubrificantes (-15,5%), equipamentos e materiais de escritório (-14,7%) e móveis (-14,5%). O menor recuo ocorreu no setor de livros, jornais, revistas e papelaria (-3,4%), conforme especificado na Tabela 1.

O varejo em Pernambuco apresentou fraco desempenho em 2016, com recuo de 9,9% e 11,9% no varejo e no varejo ampliado, respectivamente. Também, verificou-se expressivo recuo no volume de vendas em móveis (-30,4%), eletrodomésticos (-27,7%), equipamentos e materiais

para escritório (-19,7%) e veículos (-18,4%). O único grupo de atividade que apresentou reduzido recuo diz respeito a artigos farmacêuticos (-1,8%) e artigos de uso pessoal e doméstico (-1,2%), vide Tabela 1.

No Ceará, o comércio varejista e o ampliado recuaram -6,7% e -10,3% em 2016, respectivamente. Além disso, todos os grupos de atividades registraram recuo em 2016, em especial eletrodomésticos (-28,2%), livros, jornais, revistas e papelaria (-21,6%), material de construção (-21,4%), bem como veículos, motocicletas, partes e peças (-16,7%). Os menores recuos foram segmentos associados a produtos essenciais, a exemplo de móveis (-1,9%), hiper e supermercados (-2,8%), além de tecidos, vestuário e calçados (-3,3%), conforme especificado na Tabela 1.

Tabela 1 - Variação de volume de vendas do comércio - Em 2016

Setores	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia
Comércio Varejista	-6,2	-6,7	-9,9	-12,1
Combustíveis e lubrificantes	-9,2	-4,6	-5,5	-15,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-3,1	-3,1	-9,5	-8,5
Hipermercados e supermercados	-3,1	-2,8	-10,8	-4,6
Tecidos, vestuário e calçados	-10,9	-3,3	-12,7	-13,3
Móveis e eletrodomésticos	-12,6	-17,7	-28,7	-18
Móveis	-12,1	-1,9	-30,4	-14,5
Eletrodomésticos	-12,8	-28,2	-27,7	-19,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-2,1	-5,2	-1,8	-8,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	-16,1	-21,6	-9,7	-3,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-12,3	-10,9	-19,7	-14,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-9,5	-11,6	-1,2	-12,4
Comércio Ampliado	-8,7	-10,3	-11,9	-11,1
Veículos, motocicletas, partes e peças	-14,0	-16,7	-18,4	-8,6
Material de construção	-10,7	-21,4	-8,2	-11,3

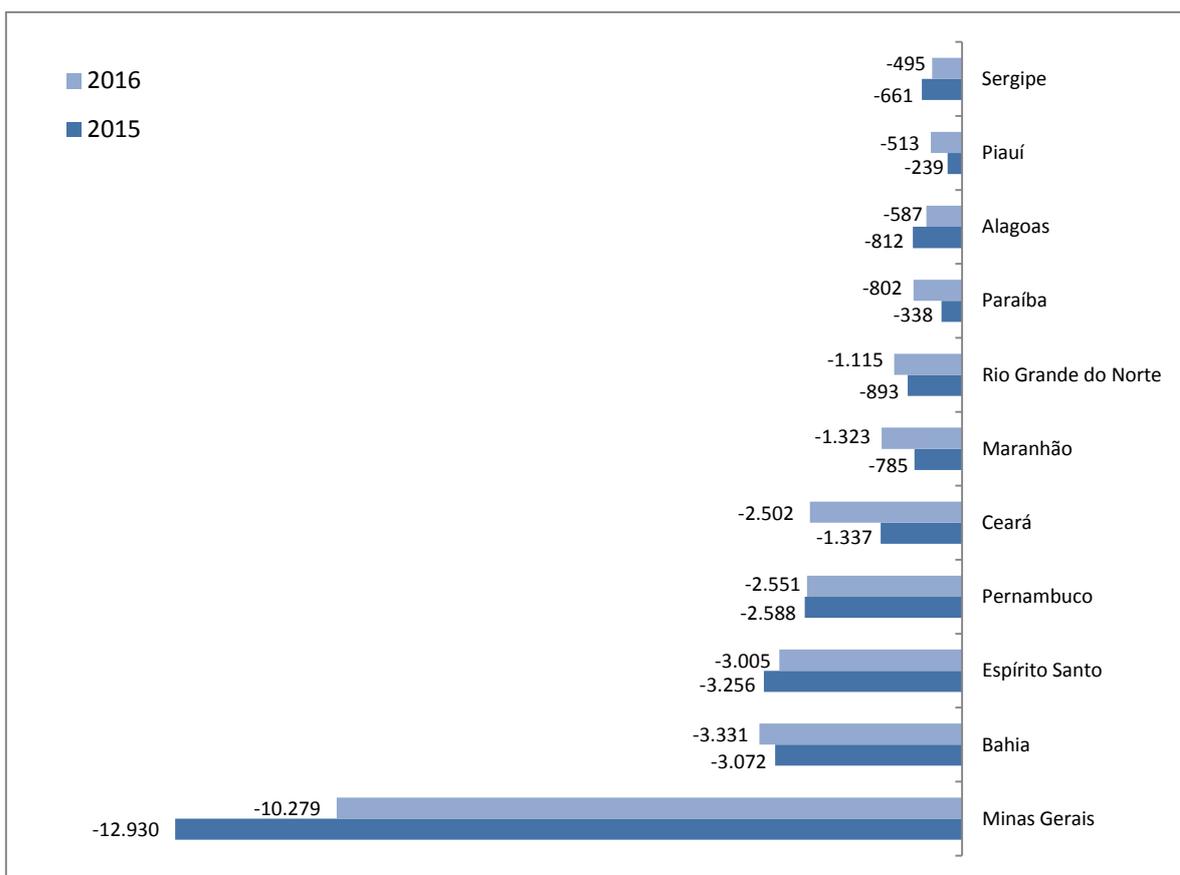
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

De acordo com levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o número de estabelecimentos comerciais registrou fechamento líquido de 108,7 mil lojas e 182,0 mil postos de trabalho no Brasil em 2016. Lideraram os encerramentos de lojas os ramos de hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-34,8 mil lojas), lojas de vestuário, calçados e acessórios (-20,6 mil) e lojas de materiais de construção (-11,5 mil). Enquanto os hiper e supermercados sofreram com a escalada dos preços no atacado em 2016, todos os segmentos analisados foram atingidos pelo encarecimento do crédito, tanto para consumidores como para a obtenção de capital de giro por parte dos varejistas.

As micro (-32,7 mil) e pequenas empresas (-39,6 mil), que empregam até 9 pessoas e de 10 a 49 funcionários, respectivamente, foram as mais afetadas. Em 2015, este segmento respondia por 98,6% dos pontos de venda do varejo nacional e empregava 76,5% da força de trabalho do setor. Lojas de médio porte, com 50 a 99 empregados, perderam 12,9 mil pontos de venda. Os grandes varejistas, com mais de 99 funcionários, fecharam 23,5 mil lojas.

O estudo revela, ainda, que todos os estados do País apresentaram queda no número de lojas, fato inédito em 12 anos de pesquisa. Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo apresentaram os maiores declínios na área de atuação do BNB (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Abertura líquida de estabelecimentos varejistas - Estados selecionados



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da CNC.

A CNC avalia que, após dois anos de fechamento líquido de pontos de venda, o número de lojas deverá apresentar estabilidade em 2017. Além do fechamento de pontos de venda vir acontecendo em um ritmo menos intenso a partir do segundo semestre de 2016, a tendência de queda nas taxas de juros para consumidores e varejistas bem como o declínio da inflação poderão contribuir para a estabilidade ou mesmo recuperação do setor.

6. SERVIÇOS

Conforme a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), coordenada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de crescimento do volume de serviços no Brasil declinou 5,0% em 2016, após ter recuado 3,6% em 2015 (Tabela 1).

Tabela 1- Variação (1) % do volume de serviços por atividade - Brasil - 2012 a 2016

Atividades	2012	2013	2014	2015	2016
Serviços prestados às famílias	1,0	0,4	-1,8	-5,3	-4,4
Serviços de informação e comunicação	4,9	6,2	4,8	0	-3,2
Serviços profissionais, administrativos e complementares	4,6	-0,2	0,2	-4,3	-5,5
Transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio	4,7	6,5	3,1	-6,1	-7,6
Outros serviços	0,7	-2,3	-1,7	-9,0	-2,8
Atividades turísticas	-2,0	3,8	2,3	-2,1	-2,6
Total	4,3	4,1	2,5	-3,6	-5,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota: (1) em relação a igual período do ano anterior.

Os cinco grupamentos de atividades pesquisados apresentaram recuos em 2016, sendo a maior retração em transportes (-7,6%), atividade que depende do setor industrial, maior demandante do transporte de cargas, tanto para a compra de insumos como para a distribuição da produção. Dessa forma, a retomada dos transportes está relacionado com a recuperação da indústria, que tende a ser modesta nos próximos dois anos, conforme especificado no Diário Econômico de 14.02.2017.

Também registraram declínio em 2016 os serviços profissionais (-5,5%), serviços prestados às famílias (-4,4%), serviços de informação e comunicação (-3,2%) e outros serviços (-2,8%), conforme especificado na Tabela 2.

Todas as subatividades pesquisadas registraram decréscimos em 2016, em especial serviços técnico-profissionais (-11,4%) e transporte terrestre (-10,4%). A exceção ficou por conta de transporte aéreo, com modesta expansão de 1,3% (Tabela 2).

Todas as unidades federativas apresentaram variações negativas em termos de volume de serviços em 2016, com exceção de Roraima (+0,55%). Os piores resultados foram registrados no Amapá (-15,0%), Amazonas (-13,8%) e Mato Grosso (-12,1%).

Tabela 2 - Variação (1) % do volume de serviços por atividade e subatividades - Brasil – Em 2016

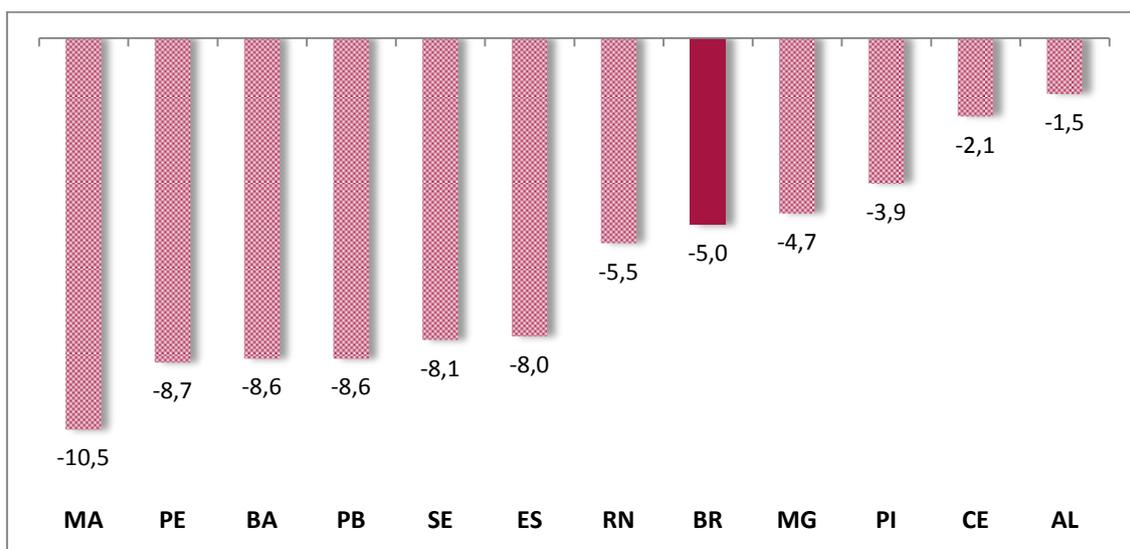
Atividades e subatividades	Variação
Serviços prestados às famílias	-4,4
Serviços de alojamento e alimentação	-4,6
Outros serviços prestados às famílias	-2,9
Serviços de informação e comunicação	-3,2
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	-2,6
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	-7,1
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-5,5
Serviços técnico-profissionais	-11,4
Serviços administrativos e complementares	-3,6
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	-7,6
Transporte terrestre	-10,4
Transporte aquaviário	-9,5
Transporte aéreo	1,3
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	-4,9
Outros serviços	-2,8
Total	-5,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior.

Na área de atuação do Banco do Nordeste, embora com desempenho desfavorável, somente Alagoas (-1,5%), Ceará (-2,1), Piauí (-3,9%) e Minas Gerais (-4,7%) registraram resultados superiores à média nacional (-5,0%). Por sua vez, Maranhão (-10,5%), Pernambuco (-8,7%), Bahia (-8,6%), Paraíba (-8,6%), Sergipe (-8,1%), Espírito Santo (-8,0%) e Rio Grande do Norte (-5,5%) tiveram as maiores retrações em seus respectivos volumes de serviços, conforme especificado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Variação (1) percentual do volume de serviços - Brasil e estados selecionados – Em 2016



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior.

Dentre as unidades federativas cujos dados são apresentados de forma desagregada, cabe destacar que, no Ceará, a variação no volume de serviços apresentou recuo de 2,1% no acumulado no ano de 2016 quando comparado a 2015. A maior retração ocorreu nos serviços prestados às famílias (-13,4%) que envolvem principalmente alojamento e alimentação. Os serviços profissionais, administrativos e complementares (+3,2%) registraram variação positiva, enquanto que transporte (0,1%) ficou praticamente estagnado, conforme especificado na Tabela 3.

Em Pernambuco, os serviços declinaram 8,7% em 2016, em especial as atividades profissionais, administrativos e complementares, cuja retração em 2016 foi de -17,8%. Os serviços prestados às famílias cresceram modestamente (+0,7%), vide Tabela 3.

A Bahia apresentou recuo em todas as atividades, sendo o menor em serviços profissionais, administrativos e complementares (-2,3%) e o maior em serviços de transportes (-14,4%). No total, os serviços caíram 8,6% nesse Estado em 2016 (Tabela 3).

Em Minas Gerais, os serviços declinaram 4,7% em 2016, sendo que as atividades de serviços prestados às famílias apresentaram variação negativa de 10,0%. Por outro lado, as atividades de serviços de informação apresentaram variação positiva de 1,3% (Tabela 3).

Tabela 3 - Variação (1) % do volume de serviços por atividade e estados selecionados – Em 2016

Atividades de Serviços	CE	PE	BA	MG	ES
Serviços prestados às famílias	-13,4	0,7	-6,0	-10,0	-12,2
Serviços de informação e comunicação	-2,2	-8,2	-5,3	1,3	1,9
Serviços profissionais, administrativos e complementares	3,2	-17,8	-2,3	-8,5	-23,9
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	0,1	-4,7	-14,4	-7,7	-8,1
Outros serviços	-11,5	-3,3	-13,3	-2,8	-22,5
Total	-2,1	-8,7	-8,6	-4,7	-8,0

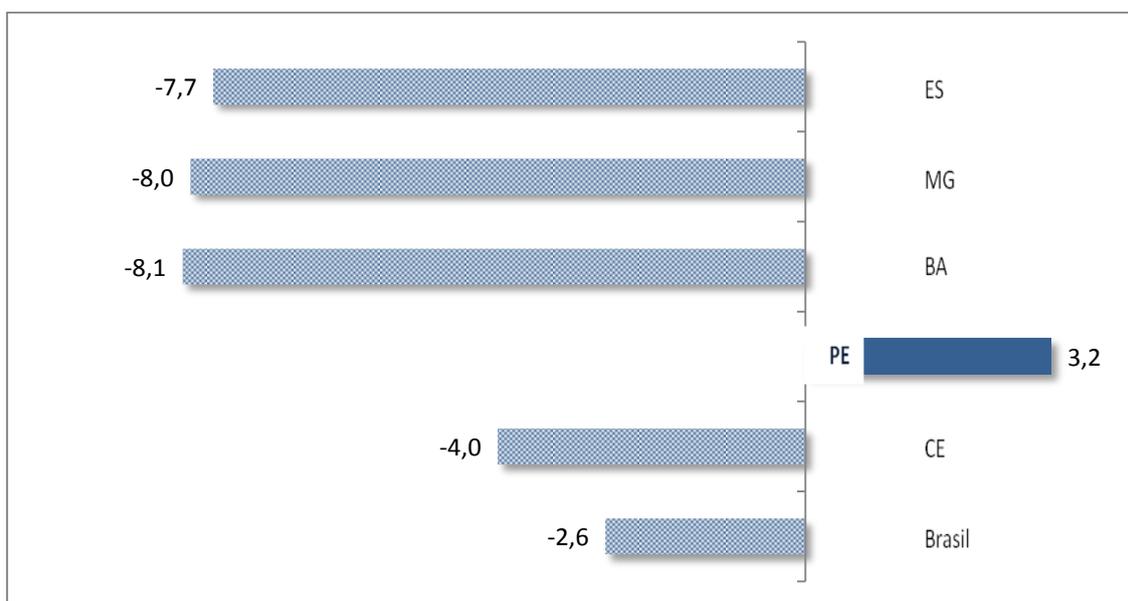
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota: (1) Em relação à igual período do ano anterior.

No Espírito Santo, as atividades com maior retração foram serviços profissionais (-23,9%), outros serviços (-22,5%), e serviços prestados às famílias (-12,2%). Os serviços de informação e comunicação apresentaram variação de +1,9% em 2016, não sendo suficiente para reverter a queda do segmento (-8,0%) no ano em análise (Tabela 3).

Especificamente em relação à variação do volume de atividades turísticas, apenas Pernambuco (+3,2%) apresentou crescimento na área de atuação do BNB em 2016. O Gráfico 2 apresenta os resultados para Estados selecionados nos quais o IBGE realiza a pesquisa.

Gráfico 2 – Variação(1) % do volume de serviços das atividades turísticas – Em 2016



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior.

7. TURISMO

O cenário econômico restritivo em curso no Brasil tem gerado impactos negativos na demanda turística. Assim, os dados de 2016 mostraram queda na demanda doméstica pelo serviço de transporte aéreo, que é utilizado como um indicador para se estimar o fluxo turístico. No período analisado, o Nordeste apresentou redução de 8,6% no número de passageiros e 12,3% no número de voos quando comparado com 2015 (Tabelas 1 e 2).

Os Estados com os maiores recuos na movimentação de passageiros na Região foram: Bahia (-17,1%), Maranhão (-12,2%) e Piauí (-12,0%), enquanto Pernambuco (+1,4%) e Alagoas (+0,3%) foram os únicos que mantiveram variação positiva nesse período comparativo (Tabela 1).

Tabela 1 - Movimento (1) de passageiros em aeroportos por estados do Nordeste

Estados	2015	2016	Var. %	Part. % - 2016
Bahia	9.681.774	8.028.120	-17,1	25,6
Pernambuco	7.155.932	7.255.148	1,4	23,1
Ceará	6.791.793	6.230.215	-8,3	19,9
Rio Grande do Norte	2.584.355	2.316.349	-10,4	7,4
Alagoas	1.982.393	1.988.606	0,3	6,3
Maranhão	2.029.768	1.782.693	-12,2	5,7
Paraíba	1.580.461	1.444.028	-8,6	4,6
Sergipe	1.280.236	1.224.250	-4,4	3,9
Piauí	1.227.528	1.079.747	-12	3,4
Nordeste	34.314.240	31.349.156	-8,6	100

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Infraero e Aeroporto de Natal.

Nota: (1) Embarques e desembarques.

Em relação ao movimento de aeronaves, somente Alagoas registrou incremento (+1,1%). Dentre os estados com os maiores declínios estão Maranhão (-22,9%), Sergipe (-18,3%) e Rio Grande do Norte (-18,0%), conforme especificado na Tabela 2.

Vale enfatizar que os aeroportos da Bahia, Ceará e Pernambuco são os mais movimentados no Nordeste. Referidos terminais concentraram 68,6% no número de passageiros e 67,1% do número de voos da Região em 2016.3

Atualmente, o Nordeste possui 16 aeroportos com voos regulares, sendo 15 administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) e um deles concedido à iniciativa privada, o Aeroporto de Natal.

Em 2016, apenas os aeroportos de Juazeiro do Norte-CE (+20,3%), Campina Grande-PB (+9,4%), Recife-PE (+1,6%) e Maceió-AL (+0,3%) apresentaram incremento no movimento de passageiros, enquanto que os demais apresentaram recuos. Dentre estes, estão os aeroportos de Paulo Afonso-BA (-49,3%), Parnaíba-PI (-41,3%) e Salvador-BA (-17,7%) com as maiores reduções.

Tabela 2 - Movimento (1) de aeronaves por estados do Nordeste

Estados	2015	2016	Var. %	Part. % - 2016
Bahia	108.242	89.454	-17,4	26,5
Pernambuco	77.712	75.320	-3,1	22,3
Ceará	69.479	61.615	-11,3	18,3
Maranhão	32.647	25.171	-22,9	7,5
Alagoas	19.542	19.748	1,1	5,8
Rio Grande do Norte	22.625	18.553	-18	5,5
Paraíba	18.225	17.260	-5,3	5,1
Piauí	20.060	17.191	-14,3	5,1
Sergipe	16.249	13.281	-18,3	3,9
Nordeste	384.781	337.593	-12,3	100

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Infraero e Aeroporto de Natal.

Nota: (1) Pousos e decolagens.

É importante salientar que o aeroporto de Salvador, que obteve participação de 23,7% na movimentação de passageiros do Nordeste em 2016, registrou significativa redução no número de passageiros (-17,7%) no citado ano, impactando negativamente no fluxo turístico do Nordeste (Tabela 3).

Tabela 3 - Movimento (1) de passageiros por aeroportos do Nordeste

Aeroportos	2015	2016	Var. %	Part. % - 2016
Salvador - BA	9.041.483	7.439.417	-17,7	23,7
Recife - PE	6.700.694	6.807.397	1,6	21,7
Fortaleza - CE	6.347.403	5.695.502	-10,3	18,2
Natal - RN	2.584.355	2.316.349	-10,4	7,4
Maceió - AL	1.982.393	1.988.606	0,3	6,3
São Luís - MA	1.700.839	1.498.828	-11,9	4,8
João Pessoa - PB	1.463.315	1.315.879	-10,1	4,2
Aracaju - SE	1.280.236	1.224.250	-4,4	3,9
Teresina - PI	1.209.552	1.069.187	-11,6	3,4
Ilhéus - BA	616.665	576.718	-6,5	1,8
Juazeiro do Norte - CE	444.390	534.713	20,3	1,7
Petrolina - PE	455.238	447.751	-1,6	1,4
Imperatriz - MA	328.929	283.865	-13,7	0,9
Campina Grande - PB	117.146	128.149	9,4	0,4
Paulo Afonso - BA	23.626	11.985	-49,3	0
Parnaíba - PI	17.976	10.560	-41,3	0
Nordeste	34.314.240	31.349.156	-8,6	100

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Infraero e Aeroporto de Natal.

Nota: (1) Embarques e desembarques.

Já a movimentação de aeronaves registrou aumento nos aeroportos de Petrolina-PE (+10,3%), Juazeiro do Norte-CE (+7,1%) e Maceió –AL (+1,1%), com os maiores recuos ocorrendo em Paulo Afonso-BA (-32,4%), seguido por Imperatriz-MA (-31,4%) e Parnaíba-PB (-28,5%), conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - Movimento (1) de aeronaves por aeroportos do Nordeste

Aeroportos	2015	2016	Var. %	Part. % - 2016
Salvador - BA	97.139	79.489	-18,2	23,5
Recife - PE	72.080	69.109	-4,1	20,5
Fortaleza - CE	61.556	53.133	-13,7	15,7
Maceió - AL	19.542	19.748	1,1	5,8
São Luís - MA	23.470	18.880	-19,6	5,6
Natal - RN	22.625	18.553	-18	5,5
Teresina - PI	18.193	15.856	-12,8	4,7
João Pessoa - PB	14.635	13.855	-5,3	4,1
Aracaju - SE	16.249	13.281	-18,3	3,9
Ilhéus - BA	9.684	9.006	-7	2,7
Juazeiro do Norte - CE	7.923	8.482	7,1	2,5
Imperatriz - MA	9.177	6.291	-31,4	1,9
Petrolina - PE	5.632	6.211	10,3	1,8
Campina Grande - PB	3.590	3.405	-5,2	1
Parnaíba - PI	1.867	1.335	-28,5	0,4
Paulo Afonso - BA	1.419	959	-32,4	0,3
Nordeste	384.781	337.593	-12,3	100

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da Infraero e Aeroporto de Natal.

Nota: (1) Pousos e decolagens.

Por sua vez, a Sondagem do Consumidor - Intenção de Viagem, pesquisa elaborada mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Ministério do Turismo (MTur) e que busca sinalizações quanto aos gastos futuros com turismo, mostra que a intenção do consumidor em relação aos gastos com serviços de turismo apresentam sinais de melhora. O estudo é realizado em nove cidades, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador e considera a intenção de consumo nos próximos seis meses. Vale ressaltar que as cidades escolhidas possuem os maiores fluxos de turismo do País.

A Sondagem de Intenção de Viagem apresentou um aumento na intenção de viagem dos brasileiros em 2016. Em dezembro de 2016, a intenção de viagens foi de 29,0% ante 26,7% em dezembro de 2015. Ao final de 2016, 83,3% têm intenção de realizar viagens dentro do País, 16,1% consideram viajar para o exterior e 0,6% não decidiram ainda o destino. Quanto aos que têm intenção de percorrer o País, 30,3% esperam realizar viagens dentro do seu próprio Estado, enquanto que 69,7% intencionam viajar para outras regiões. O avião continua sendo o

principal meio de transporte utilizado nas viagens com 48,1%, seguido por automóvel (34,2%), conforme especificado na Tabela 5.

Tabela 5 – Resultados da pesquisa de Intenções de Viagem - Brasil - Dezembro /2016 - Em %

Questão	Resposta	dez/15	dez/16
Intenção de viagem	Sim	26,7	29,0
	Não ou incerto	73,3	71,0
Destino	Brasil	86,4	83,3
	Exterior	10,9	16,1
	Não optaram ainda pelo destino	2,7	0,6
Viagem dentro do país	Dentro do estado	34,9	30,3
	Outra região	65,1	69,7
Viagem para outra região	Nordeste	36,9	49,4
	Sul	17,3	19,2
	Sudeste	36,8	26,0
	Centro-Oeste	6,4	3,1
	Norte	2,6	2,3
Meios de transporte	Avião	38,8	48,1
	Automóvel	38,8	34,2
	Ônibus	15	14,1
	Outros/Não decidiram	7,4	3,6

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da FGV e MTur.

O Nordeste se mantém como o principal destino dentre aqueles que desejam viajar para outras regiões, totalizando 49,4% dos entrevistados na pesquisa, seguido pela Região Sudeste com 26,0% das intenções de viagem (Tabela 5).

No Nordeste, as cidades pesquisadas são Recife e Salvador. Em Recife, 17,0% têm intenção de viajar, o menor percentual entre as capitais pesquisadas. Destes, 85,5% pretendem viajar dentro do País, contra 10,9% que desejava viajar para fora do País; os indecisos, quanto ao destino, são 3,6%. Entre os que planejam viajar dentro do País, a preferência é para outras regiões (Tabela 6).

Tabela 6 - Resultados da pesquisa de Intenção de Viagem por cidades pesquisadas - Dezembro / 2016 - Em %

Cidade	Intenção de Viagem		Destino			Viagem dentro do país	
	Sim	Não e Incerto	Brasil	Fora do País	Não decidiram	Dentro do estado	Outra região
Belo Horizonte	33,2	66,8	93	7	0	22,8	77,2
Brasília	38,8	61,2	94,1	5,9	0	4,3	95,7
Porto Alegre	38,5	61,5	87,2	11,3	1,5	47,7	52,3
Recife	17	83	85,5	10,9	3,6	0	100
Rio de Janeiro	25,1	74,9	77,4	21,3	1,3	22	78
Salvador	21,3	78,7	68,5	31,5	0	15,6	84,4
São Paulo	28,6	71,4	83,8	16	0,2	44,7	55,3

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados da FGV e Mtur.

Em Salvador, as intenções de viagem são de 21,3%. Sendo que, 68,5% planejam viajar dentro do País, destes 15,6% projetam viajar dentro do próprio estado e 84,4% pretendem viajar para outra região (Tabela 6).

8. MERCADO DE TRABALHO

8.1. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil encerrou o quarto trimestre de 2016 com taxa de desocupação em 12,0%, apresentando variação de 3,1 pontos percentuais (p.p.) em relação ao mesmo trimestre de 2015 (6,9%). Nesse mesmo período, o contingente de pessoas desocupadas de 9,07 milhões em 2015 transpôs para 12,34 milhões em 2016, ou seja, aumento de 2,95 milhões de desocupados em apenas um ano (incremento de 32,5%).

No 4º trimestre de 2016, houve crescimento da taxa de desocupação em todas as Grandes Regiões para o confronto anual: Nordeste (de 10,5% para 14,4%); Norte (de 8,6% para 12,7%), Sudeste (de 9,6% para 12,3%), Centro-Oeste (de 7,4% para 10,9%) e Sul (de 5,7% para 7,7%), conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNAD Contínua elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Tabela 1.

Tabela 1 – Brasil, Nordeste e Estados: Taxa de desocupação (%) — 4º Trimestre- 2012 a 2016

Unidade Territorial	2012.IV	2013.IV	2014.IV	2015.IV	2016.IV
Norte	7,3	6,5	6,8	8,6	12,7
Nordeste	9,3	7,9	8,3	10,5	14,4
Sudeste	6,6	6,2	6,6	9,6	12,3
Sul	4,0	3,8	3,8	5,7	7,7
Centro-Oeste	5,7	4,9	5,3	7,4	10,9
Brasil	6,9	6,2	6,5	9,0	12,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O Nordeste (14,4%) permanece apresentando a maior taxa de desocupação entre as cinco Regiões brasileiras desde o início da série, iniciada em 2012. A Bahia (16,6%) encerrou o quarto trimestre com a maior taxa de desocupação entre todas as unidades federativas pesquisadas no Brasil. Comparativamente ao mesmo trimestre de 2015, cresceu 4,5 pontos percentuais, Tabela 2. Dessa forma, cerca de 1.214 mil pessoas passaram a procurar emprego na Bahia somente neste último trimestre de 2016, registrando incremento de 323 pessoas desocupadas (aumento de 7% no período de um ano). No quarto trimestre de 2016, as atividades econômicas com maior contingente de pessoas ocupadas na Bahia foram: comércio, agricultura, administração pública e construção civil. No entanto, administração pública, construção civil, comércio e serviços domésticos foram as atividades econômicas que mais perderam postos de trabalho no quarto trimestre de 2016 comparativamente ao mesmo trimestre de 2015.

Conforme o IBGE, a segunda maior taxa de desocupação entre todas as unidades federativas foi registrada em Pernambuco (15,6%), Tabela 2, com incremento de 187 mil pessoas no contingente de desocupados em relação ao mesmo trimestre de 2015 (aumento de 41,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior), cerca de 634 mil pessoas estavam à procura de

emprego no último trimestre do ano. Na Tabela 2 tem-se a sequência das taxas de desemprego para todos os Estados na Região Nordeste.

Tabela 2 – Brasil, Nordeste e Estados: Taxa de desocupação (%) — 4º Trimestre- 2012 a 2016

Unidade Territorial	2012.IV	2013.IV	2014.IV	2015.IV	2016.IV
Maranhão	7,5	5,5	7,0	8,2	13,0
Piauí	6,9	6,9	5,9	7,2	8,8
Ceará	7,5	6,9	6,6	9,0	12,4
Rio Grande do Norte	11,5	9,8	10,4	12,2	14,7
Paraíba	9,0	8,4	8,1	9,5	11,9
Pernambuco	9,2	7,3	7,6	11,0	15,6
Alagoas	11,0	9,3	9,4	11,3	14,8
Sergipe	9,5	8,7	8,9	9,9	15,0
Bahia	10,8	9,0	9,7	12,2	16,6
Nordeste	9,3	7,9	8,3	10,5	14,4
Brasil	6,9	6,2	6,5	9,0	12,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Quanto à população desocupada na Região, no último trimestre de 2016, cerca de 3,57 milhões de pessoas passaram a procurar emprego, resultado superior em 35,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, ou seja, crescimento do contingente de pessoas desocupadas em 943 mil pessoas. Enquanto isso, na mesma base de comparação, a força de trabalho no Nordeste apresentou retração, passando de 25,16 milhões de pessoas em 2015 para 24,87 milhões de pessoas no quarto trimestre de 2016. Nesse sentido, o aumento acelerado da taxa de desocupação no Nordeste foi reflexo da situação da conjuntura econômica do País, que provocou impactos adversos nos setores-chave da economia nas cinco Grandes Regiões e, conseqüentemente, ocasionou a deterioração do mercado de trabalho com maior intensidade na Região Nordeste.

Por sua vez, a população ocupada no Nordeste alcançou 21,29 milhões de pessoas no último trimestre de 2016, representando decréscimo de 1,23 milhões de pessoas em relação ao quarto trimestre de 2015. Diante desse quadro de arrefecimento da economia regional no fim do ano de 2016, a deterioração do mercado de trabalho foi sentida principalmente nos grandes setores de maior importância econômica no Nordeste.

Por agrupamento das atividades econômicas, comércio (4.549 mil pessoas), administração pública (3.687 mil pessoas), agricultura (3.146 mil pessoas) e indústria geral (2.003 mil pessoas) foram as atividades econômicas que apresentaram maior contingente populacional de ocupados no último trimestre de 2016 (Tabela 3).

Entre o quarto trimestre de 2016 e o de 2015, verificou-se significativa redução da população ocupada para Nordeste nas categorias: Agricultura, pecuária, produção de florestas, pesca e aquicultura, com redução de 363 mil pessoas, seguida pela Construção, decréscimo de 257 mil pessoas, Administração pública, com redução de 230 mil pessoas e Comércio, com menos 119 mil pessoas no contingente de pessoas ocupadas, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Brasil e Nordeste: População ocupada segundo atividades econômicas (Estimativa em milhares) - 4º Trimestre de 2015 e 2016

Atividades Econômicas	Nordeste				Brasil			
	2015.IV	2016.IV	Variação.	Var. (%)	2015.IV	2016.IV	Variação	Var. (%)
Comércio	4.668	4.549	-119	-2,5	17.727	17.652	-75	-0,4
Adm. pública	3.917	3.687	-230	-5,9	15.660	15.551	-109	-0,7
Agricultura	3.509	3.146	-363	-10,3	9.339	8.922	-417	-4,5
Indústria geral	2.102	2.003	-99	-4,7	12.367	11.412	-955	-7,7
Construção	2.051	1.794	-257	-12,5	7.935	7.078	-857	-10,8
Ind. de transformação	1.807	1.698	-109	-6,0	11.127	10.121	-1.006	-9,0
Informação	1.620	1.585	-35	-2,2	9.565	9.739	174	1,8
Serviços Domésticos	1.574	1.477	-97	-6,2	6.396	6.158	-238	-3,7
Alojamento	1.203	1.203	0	0,0	4.582	4.829	247	5,4
Outros serviços	939	943	4	0,4	4.146	4.310	164	4,0
Transporte	950	911	-39	-4,1	4.507	4.606	99	2,2
Total	24.340	22.996	-1.344	-5,5	103.351	100.378	-2.973	-2,9

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Quanto ao rendimento médio real no Nordeste, ocorreu um leve ajuste de 0,9% no quarto trimestre de 2016 em comparação com igual período do ano anterior, na análise de todos os trabalhos (Tabela 4).

Ainda no contexto regional, no quarto trimestre de 2016, os maiores rendimentos foram observados nas atividades da administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais (média equivalente a R\$ 2.370), seguido por informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, média de R\$ 2.103 mensais. Já a atividade da agricultura, pecuária e produção florestal (R\$ 531) e serviços domésticos (R\$ 552) apresentaram os menores rendimentos médios reais, correspondendo a cerca de 38,3% e 439,8%, respectivamente, do rendimento médio da Região (R\$ 1.387), conforme dados da Tabela 4.

Na comparação entre o quarto trimestre de 2016 em relação ao de 2015, a atividade de transporte apresentou a maior queda, com desvalorização de 10,9%, seguida pelos rendimentos do pessoal ocupado da indústria geral, (-3,3%). As maiores variações positivas nos rendimentos nessa base de comparação, ocorreram nas atividades econômicas da administração pública (+5,1%) e comércio (+3,5%), Tabela 4.

Nesse sentido, o aumento acelerado da taxa de desocupação no Nordeste foi reflexo da situação da conjuntura econômica do País, que provocou impactos adversos nos setores-chave da economia nas cinco Grandes Regiões e, conseqüentemente, ocasionou a deterioração do mercado de trabalho com maior intensidade na Região Nordeste.

Tabela 4 - Brasil e Nordeste: Rendimento médio real (em R\$) segundo atividades econômicas, todos os trabalhos - 4º Trimestre de 2015 e 2016

Atividades Econômicas	Nordeste			Brasil			
	2015.IV	2016.IV	Var. (%)	2015.IV	2016.IV	Var. (%)	
Trabalho Principal	Adm. pública	2.256	2.370	5,1	2.939	2.972	1,1
	Informação	2.057	2.103	2,2	2.906	3.000	3,2
	Transporte	1.500	1.336	-10,9	2.095	2.034	-2,9
	Comércio	1.187	1.229	3,5	1.667	1.695	1,7
	Indústria geral	1.260	1.218	-3,3	2.076	1.980	-4,6
	Construção	1.166	1.159	-0,6	1.689	1.682	-0,4
	Outros serviços	1.129	1.117	-1,1	1.587	1.524	-4
	Alojamento	1.032	1.053	2	1.452	1.401	-3,5
	Serv. domésticos	548	552	0,7	812	818	0,7
	Agricultura	533	531	-0,4	1.142	1.159	1,5
Rendimento médio real habitual (R\$) (Todos os Trabalhos)	1.375	1.387	0,9	2.033	2.043	0,5	

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

8.2. Dados do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS

Conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), verifica-se que em dezembro de 2016 a perda de empregos com carteira de trabalho assinada no Brasil foi de 462.366 vagas (resultado dos 869.439 admitidos subtraídos dos 1.331.805 demitidos).

Em 2016, a perda de postos de emprego aumentou para 1.321.994 postos (proveniente dos 14.738.646 admitidos deduzidos dos 16.060.640 demitidos), o que corresponde a uma retração de 3,33% do contingente de trabalhadores formais do País em relação ao ano anterior, como disposto na Tabela 5.

De acordo com o CAGED, na série histórica dos últimos 15 anos (2002-2016), somente ocorreram resultados negativos em 2015 e 2016. E, o auge na geração de empregos nesse intervalo ocorreu em 2010 (2.223.597 novos postos de trabalho).

Todas as atividades econômicas no Brasil apresentaram cenário adverso no mercado de trabalho, com perdas de vagas em 2016. Serviços (29,5%), Construção Civil (27,1%) e Indústria de Transformação (24,4%) foram responsáveis pela perda de 1.071.314 postos de empregos formais no País, ou seja, 81% do saldo negativo (Tabela 1). Entre os setores mais dinâmicos, a agropecuária foi o que menos sentiu os impactos da crise econômica, perda de 13.089 empregos formais no País (Tabela 5).

Tabela 5 – Brasil: Movimentação dos admitidos e desligados por setor da atividade econômica - Número de trabalhadores

Setores	dez/2016 ⁽¹⁾				2016 ⁽²⁾			
	Admissão	Desligamento	Saldo	(%)	Admissão	Desligamento	Saldo	(%)
Serviços	366.377	524.031	-157.654	-0,94	6.018.895	6.409.004	-390.109	-2,28
Construção civil	63.701	146.268	-82.567	-3,47	1.503.045	1.861.724	-358.679	-13,48
Indústria de transformação	101.639	232.238	-130.599	-1,76	2.354.799	2.677.325	-322.526	-4,23
Comércio	289.534	308.507	-18.973	-0,21	3.704.430	3.908.803	-204.373	-2,22
Agricultura	40.740	89.005	-48.265	-3,05	987.748	1.000.837	-13.089	-0,84
S I U P	4.038	6.091	-2.053	-0,51	68.936	81.623	-12.687	-3,07
Extrativa mineral	1.571	4.222	-2.651	-1,32	33.618	45.506	-11.888	-5,67
Administração pública	1.839	21.443	-19.604	-2,18	67.175	75.818	-8.643	-0,97
Brasil	869.439	1.331.805	-462.366	-1,19	14.738.646	16.060.640	-1.321.994	-3,33

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED/MTPS.

As cinco regiões brasileiras apresentaram perda de postos de trabalho no acumulado de 2016. Sudeste (-788.558 postos) registrou a maior perda de empregos formais, seguido por Nordeste (-239.239 postos), Sul (-146.472 postos), Norte (-80.415 postos) e Centro-Oeste (-67.310 postos), conforme especificado na Tabela 6.

No Nordeste, a construção civil foi o setor que mais perdeu postos de trabalho em 2016, tendo sido eliminados 86.107, resultado que deriva, sobretudo, dos impactos negativos da redução na fabricação de bens de capital, bens intermediários, bens de consumo duráveis e bens de consumo semi e não duráveis. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no acumulado de janeiro a novembro de 2016, a produção industrial do Nordeste recuou 3,4%, alcançando maiores proporções de queda em Pernambuco (-10,8%), Ceará (-4,8%) e Bahia (-4,7%).

Tabela 6 - Brasil, Regiões e Estados selecionados: Movimentação dos admitidos e desligados por nível geográfico - Número de trabalhadores

Local	dez/2016 ⁽¹⁾				2016 ⁽²⁾			
	Admissão	Desligamento	Saldo	(%)	Admissão	Desligamento	Saldo	(%)
Norte	35.253	56.042	-20.789	-1,17	635.530	715.945	-80.415	-4,36
Nordeste	122.666	179.067	-56.401	-0,88	2.091.393	2.330.632	-239.239	-3,63
Maranhão	8.366	13.113	-4.747	-1,03	151.551	169.587	-18.036	-3,77
Piauí	5.204	7.172	-1.968	-0,68	93.837	106.730	-12.893	-4,3
Ceará	23.354	30.060	-6.706	-0,57	400.591	438.090	-37.499	-3,13
Rio Grande do Norte	8.992	12.313	-3.321	-0,77	140.958	156.764	-15.806	-3,57
Paraíba	6.826	10.684	-3.858	-0,95	122.402	134.212	-11.810	-2,85
Pernambuco	24.228	38.867	-14.639	-1,14	400.118	448.604	-48.486	-3,68
Alagoas	5.441	7.434	-1.993	-0,55	115.396	127.161	-11.765	-3,16
Sergipe	4.725	7.622	-2.897	-0,99	85.720	101.373	-15.653	-5,13
Bahia	35.530	51.802	-16.272	-0,95	580.820	648.111	-67.291	-3,83
Sudeste	454.540	712.939	-258.399	-1,27	7.616.200	8.404.758	-788.558	-3,78
Sul	177.890	263.419	-85.529	-1,19	2.989.363	3.135.835	-146.472	-2,03
Centro-Oeste	79.090	120.338	-41.248	-1,31	1.406.160	1.473.470	-67.310	-2,12
Brasil	869.439	1.331.805	-462.366	-1,19	14.738.646	16.060.640	-1.321.994	-3,33

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED/MTPS.

Os setores de serviços e comércio perderam 55.546 e 48.214 profissionais com carteira assinada, respectivamente, no acumulado de 2016 como mostra a Tabela 7, devido ao fraco desempenho do varejo, bem como do varejo ampliado. Segundo o IBGE, no acumulado entre janeiro e novembro de 2016, as vendas do comércio varejista e comércio varejista ampliado recuaram em todos os estados da área de atuação do Banco do Nordeste.

Tabela 7 – Nordeste: Movimentação dos admitidos e desligados por setor da atividade econômica - Número de trabalhadores

Setores	2016 ⁽¹⁾		
	Admissão	Desligamento	Saldo
Extrativa mineral	5.664	8.087	-2.423
Indústria de transformação	309.098	348.691	-39.593
SIUP	13.658	21.219	-7.561
Construção civil	283.968	370.075	-86.107
Comércio	495.529	543.743	-48.214
Serviços	817.132	872.678	-55.546
Administração pública	6.696	6.606	90
Agropecuária	159.648	159.533	115
Nordeste	2.091.393	2.330.632	-239.239

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED/MTPS.

Para o recorte das unidades federativas, com exceção de Roraima, que apresentou geração de empregos, todos os estados registraram perda de postos de emprego formal no acumulado de 2016. Bahia, Pernambuco e Ceará ficaram entre os dez estados do Brasil que mais eliminaram postos de trabalho (Tabela 8).

Tabela 8 – Brasil e Unidades Federativas: Movimentação dos admitidos e desligados - Número de trabalhadores

Local	dez/2016 ⁽¹⁾				2016 ⁽²⁾			
	Admissão	Desligamento	Saldo	(%)	Admissão	Desligamento	Saldo	(%)
São Paulo	257.016	416.296	-159.280	-1,32	4.406.323	4.801.611	-395.288	-3,21
Rio de Janeiro	83.728	123.574	-39.846	-1,13	1.276.106	1.513.467	-237.361	-6,36
Minas gerais	94.476	146.299	-51.823	-1,30	1.641.563	1.759.506	-117.943	-2,91
Bahia	35.530	51.802	-16.272	-0,95	580.820	648.111	-67.291	-3,83
Paraná	63.065	93.522	-30.457	-1,16	1.080.413	1.140.241	-59.828	-2,26
Rio Grande do Sul	62.341	91.084	-28.743	-1,12	1.026.892	1.081.276	-54.384	-2,09
Pernambuco	24.228	38.867	-14.639	-1,14	400.118	448.604	-48.486	-3,68
Pará	14.579	25.175	-10.596	-1,43	262.289	302.158	-39.869	-5,14
Espírito Santo	19.320	26.770	-7.450	-1,03	292.208	330.174	-37.966	-5,05
Ceará	23.354	30.060	-6.706	-0,57	400.591	438.090	-37.499	-3,13
Santa Catarina	52.484	78.813	-26.329	-1,34	882.058	914.318	-32.260	-1,63
Distrito Federal	17.941	24.095	-6.154	-0,79	262.724	291.567	-28.843	-3,60
Goiás	31.022	46.293	-15.271	-1,27	557.337	576.691	-19.354	-1,60
Amazonas	7.606	12.638	-5.032	-1,20	136.414	154.462	-18.048	-4,17
Maranhão	8.366	13.113	-4.747	-1,03	151.551	169.587	-18.036	-3,77
Mato Grosso	17.745	29.771	-12.026	-1,85	350.970	368.960	-17.990	-2,74
Rio Grande do Norte	8.992	12.313	-3.321	-0,77	140.958	156.764	-15.806	-3,57
Sergipe	4.725	7.622	-2.897	-0,99	85.720	101.373	-15.653	-5,13
Piauí	5.204	7.172	-1.968	-0,68	93.837	106.730	-12.893	-4,30
Rondônia	5.596	7.592	-1.996	-0,84	102.390	114.726	-12.336	-4,93
Paraíba	6.826	10.684	-3.858	-0,95	122.402	134.212	-11.810	-2,85
Alagoas	5.441	7.434	-1.993	-0,55	115.396	127.161	-11.765	-3,16
Tocantins	3.578	5.251	-1.673	-0,96	66.575	70.618	-4.043	-2,28
Amapá	1.317	1.677	-360	-0,51	19.547	23.234	-3.687	-4,95
Acre	1.320	1.962	-642	-0,79	25.651	28.167	-2.516	-3,00
Mato Grosso do Sul	12.382	20.179	-7.797	-1,50	235.129	236.252	-1.123	-0,22
Roraima	1.257	1.747	-490	-0,95	22.664	22.580	84	0,16
Brasil	869.439	1.331.805	-462.366	-1,19	14.738.646	16.060.640	-1.321.994	-3,33

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED/MTPS.

Bahia, Pernambuco e Ceará foram responsáveis por 66,1% dos admitidos no Nordeste, ou seja, 1.381.529 admitidos no acumulado de 2016. No entanto, as três economias finalizaram o mesmo período com 1.534.805 desligamentos (65,8% dos demitidos na Região), implicando perda de 153.276 postos de trabalho.

A Bahia registrou a maior perda de empregos formais em 2016, com redução de 67.291 postos de trabalho, em razão, principalmente, do baixo desempenho dos setores de serviços (-25.377 postos), da construção civil (-19.783) e comércio (-14.518 postos). Apenas agropecuária (+421 postos) e administração pública (+63 postos) apresentaram crescimento na geração de empregos formais em 2016, com variação de 0,44% e 0,14%, respectivamente (Tabela 9).

Em Pernambuco, o quadro de perda de postos de trabalho foi similar ao da Bahia. A redução dos postos de trabalho ficou em 48.486, decorrente principalmente do saldo negativo de emprego dos setores de serviços (-18.579) postos, construção civil (-12.144 postos) e comércio (-11.588 postos). Apenas o setor serviços industriais de utilidade pública (SIUP) apresentou geração de postos de trabalho, com saldo positivo em 476 empregos, crescimento de 2,54 em relação ao ano de 2015, conforme dados da Tabela 9.

O Ceará apresentou saldo negativo de 37.499 postos de trabalho, explicado em parte pelo desempenho desfavorável dos do comércio (-10.858 postos), construção civil (-8.613 postos) e indústria de transformação (-7.473 postos). Diferente do quadro de saldo de empregos formais da Bahia e Pernambuco, todos os setores da atividade econômica do Ceará registraram perda de postos de emprego.

Tabela 9 – Estados Selecionados: Movimentação dos admitidos e desligados por setor da atividade econômica - Número de trabalhadores

Setor	Ceará			Pernambuco			Bahia		
	Admitido	Desligado	Saldo	Admitido	Desligado	Saldo	Admitido	Desligado	Saldo
Extrativa mineral	818	1.049	-231	418	682	-264	1.963	3.102	-1.139
Indústria de transformação	68.903	78.591	-9.688	71.726	80.087	-8.361	60.900	66.175	-5.275
SIUP	2.363	4.786	-2.423	3.915	3.442	473	2.448	4.131	-1.683
Construção civil	56.679	71.529	-14.850	41.785	53.929	-12.144	79.546	99.329	-19.783
Comércio	93.913	100.857	-6.944	90.789	102.377	-11.588	133.650	148.168	-14.518
Serviços	165.100	166.241	-1.141	155.768	174.347	-18.579	232.907	258.284	-25.377
Administração pública	519	624	-105	205	247	-42	4.913	4.850	63
Agropecuária	12.296	14.413	-2.117	35.512	33.493	2.019	64.493	64.072	421
Total	400.591	438.090	-37.499	400.118	448.604	-48.486	580.820	648.111	-67.291

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do CAGED/MTPS.

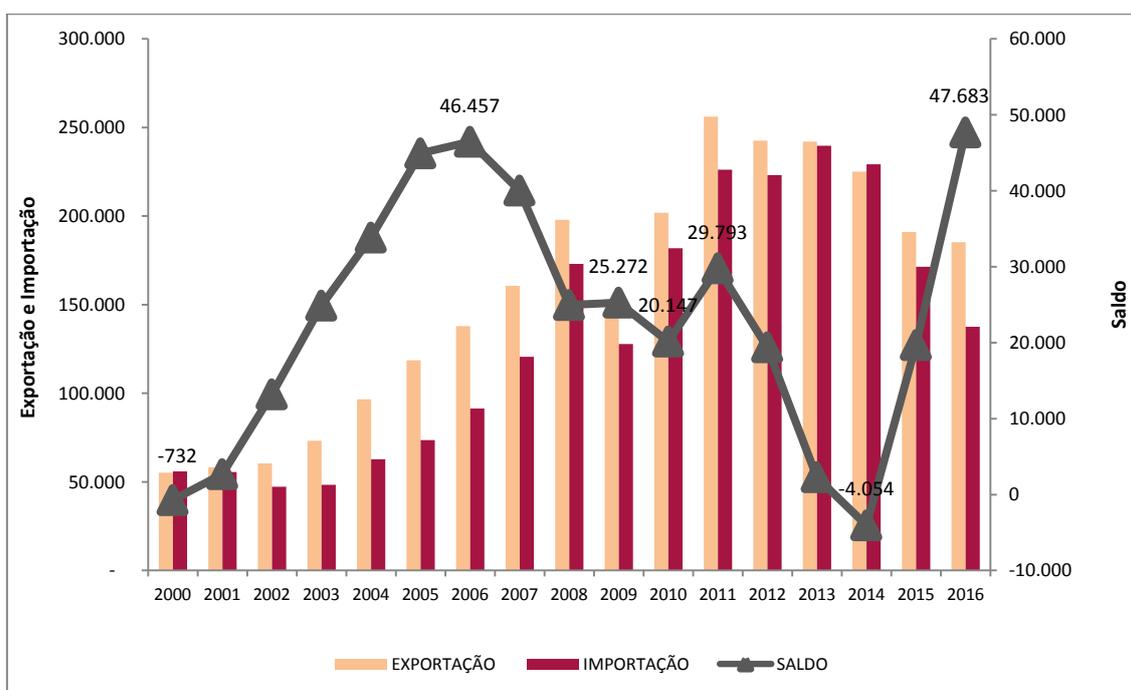
9. COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial brasileira apresentou superavit recorde de US\$ 47.683 milhões em 2016, o melhor resultado da série histórica iniciada em 1980, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). As exportações atingiram, no ano, US\$ 185.235 milhões, registrando queda de 3,1% enquanto as importações somaram US\$ 137.552 milhões, com retração mais expressiva ainda de 19,8%, relativamente a 2015.

Como resultado do comportamento declinante das exportações e importações, a corrente de comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo país, alcançou US\$ 322.787 milhões, redução de quase 11,0% comparativamente a 2015.

O gráfico a seguir mostra o comportamento das exportações, importações e do saldo da balança comercial no período 2000 a 2016.

Gráfico 1: Brasil – Exportações, Importações e Saldo da Balança Comercial – 2000 a 2016 (em US\$ milhões FOB)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

A análise por fator agregado (Tabela 1) mostra que, no acumulado do ano, as vendas dos produtos básicos representaram 42,7% da pauta, seguida dos manufaturados (39,9%) e semimanufaturados (15,1%). Em relação a 2015, as exportações de produtos básicos caíram 9,2%, enquanto os embarques de produtos semimanufaturados e manufaturados aumentaram 5,7% e 1,6%, respectivamente.

A queda dos preços das principais commodities comercializadas no mercado internacional (soja, petróleo e milho) e a redução da quantidade embarcada, principalmente de produtos

agrícolas que sofreram com os efeitos climáticos, contribuíram para o fraco desempenho das vendas externas dos produtos básicos. As maiores reduções de receita, em valores absolutos, foram nos seguintes produtos: minério de ferro (-US\$ 1.984 milhões), petróleo em bruto (-US\$ 1.707 milhões), soja em grão (-US\$ 1.654 milhões), milho em grão (-US\$ 1.281 milhões), café em grão (-US\$ 712 milhões) e farelo de soja (-US\$671 milhões).

No grupo dos manufaturados, plataforma para extração de petróleo (+ US\$ 2.136 milhões) e automóveis de passageiros (+US\$ 1.109 milhões) foram os principais destaques em incremento de receita. Enquanto que no grupo dos semimanufaturados, açúcar em bruto foi responsável por acréscimo de US\$ 2.380 milhões no volume de vendas. A oferta mundial do produto caiu provocando aumento no preço o que estimulou o incremento da quantidade exportada pelos produtores.

Tabela 1: Brasil - Exportação por fator agregado - 2016/2015 - US\$ milhões FOB

Fator Agregado	2016		2015		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Básicos	79.159	42,7	87.188	45,6	-9,2
Industrializados	101.883	55,0	99.254	51,9	2,6
Semimanufaturados	27.963	15,1	26.463	13,8	5,7
Manufaturados	73.921	39,9	72.791	38,1	1,6
Op. especiais	4.193	2,3	4.692	2,5	-10,6
TOTAL	185.235	100,0	191.134	100,0	-3,1

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

A recessão econômica e a desvalorização do real contribuíram para a queda das compras externas do Brasil em 2016. A decomposição das importações por categoria de uso (Tabela 2) revela que a aquisição de Bens Intermediários respondeu por 47,5% do total importado, apresentando redução de 13,1% relativamente a 2015, devido à queda da atividade industrial no País. Por seu turno, a queda de 20,4% nas importações de bens de capital (27,3% do total) mostra a retração nos investimentos das empresas. Já a expressiva redução de 38,9% na importação de combustíveis e lubrificantes foi derivada da redução da cotação internacional do petróleo, da retração da demanda interna e do aumento das exportações. Esses fatos concorreram para que a conta petróleo (exportações menos importações de petróleo e derivados) apresentasse seu primeiro saldo positivo de US\$ 410 milhões da história da conta.

Tabela 2- Brasil - Importação por categoria de uso - 2016/2015 - US\$ milhões FOB

Categoria de uso	jan - dez/2016		jan-dez/2015		Var. %
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	
Bens de capital	37.571	27,3	47.205	27,5	-20,4
Bens intermediários	65.272	47,5	75.087	43,8	-13,1
Bens de consumo	19.713	14,3	24.603	14,4	-19,9
Bens de consumo não duráveis	15.033	10,9	17.097	10,0	-12,07
Bens de consumo duráveis	4.680	3,4	7.507	4,4	-37,65
Combustíveis e lubrificantes	14.996	10,9	24.550	14,3	-38,9
Demais Operações			3		-
TOTAL	137.552	100,0	171.449	100,0	-19,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Os principais parceiros comerciais do Brasil, China, Estados Unidos e Argentina (Tabela 3) responderam por 46,9% das exportações e por 48,8% das importações do País em 2016. A China foi o principal destino das exportações brasileiras, sobretudo de commodities como soja em grão (41,0%), minério de ferro (20,5%), óleos brutos de petróleo (11,1%), parta química de madeira (5,0%) e frango (2,5%). O superavit comercial com Argentina foi devido à retomada do acordo automotivo que possibilitou o aumento dos embarques de automóveis de passageiros e de veículos de carga.

Tabela 3: Brasil – Principais Parceiros Comerciais – 2016/2015 - US\$ milhões FOB

Principais parceiros	Exportação			Importação			Saldo
	Valor Exportado	%	Var. % 2016/2015	Valor Importado	%	Var. % 2016/2015	
China	35.134	19,0	-1,3	23.364	17,0	-23,9	11.770
Estado Unidos	23.156	12,5	-3,8	23.803	17,3	-10,1	-646
Argentina	13.418	7,2	4,8	9.084	6,6	-11,7	4.333
Países Baixos	10.323	5,6	2,8	1.791	1,3	-27,6	8.532
Alemanha	4.861	2,6	-6,1	9.131	6,6	-12,0	-4.270
Demais Parceiros	98.344	53,1	12,1	70.379	51	- 22,8	27.965
TOTAL	185.235	100,0	-3,1	137.552	100,0	-19,8	47.683

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

No País, a Região Sudeste, responsável pela maior parte das exportações e importações do País, acumulou superávit de US\$ 17.273 milhões no ano (Tabela 4). As demais regiões, com exceção do Nordeste, também registraram superávit na balança comercial em 2016.

Tabela 4: Brasil – Exportação, Importação e saldo por regiões – 2016/2015 - US\$ milhões FOB

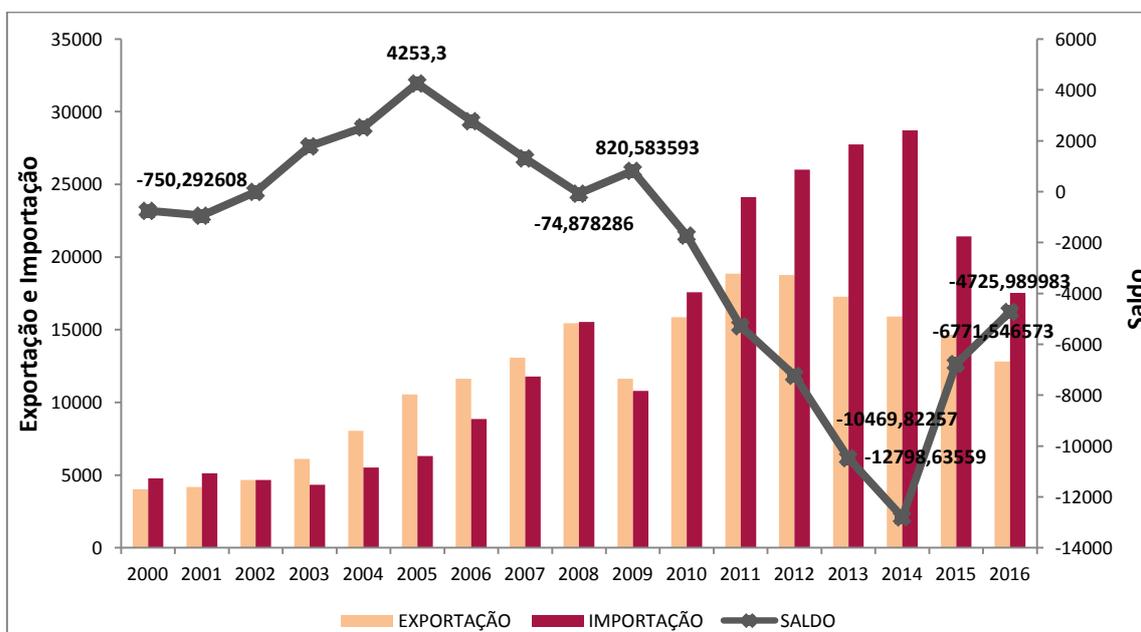
Regiões	Exportação		Importação		Saldo
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Sudeste	91.843	49,6	74.570	54,2	17.273
Sul	39.343	21,2	29.774	21,6	9.569
Centro-oeste	22.755	12,3	7.621	5,5	15.134
Norte	12.888	7,0	8.048	5,9	4.840
Nordeste	12.814	6,9	17.540	12,8	-4.726
Não declarada	5.593	3,0	-	0,0	5.593
Total	185.235	100,0	137.552	100,0	47.683

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do MDIC.

Entretanto, o déficit balança comercial nordestina de US\$ 4.726 milhões em 2016 foi bem menor do que o apresentado no final de 2015 (- US\$ 6.771). Este resultado decorreu do decréscimo de 12,6% no valor exportado (US\$ 12.814 milhões) e da queda ainda maior de 18,1% das importações (US\$ 17.540 milhões) no período em comparação. Vale ressaltar que as exportações nordestinas representaram 6,9% do total das vendas externas brasileiras e as importações 12,7% das aquisições.

O gráfico a seguir mostra o comportamento das exportações, importações e do saldo da balança comercial nordestina no período 2000 a 2016.

Gráfico 2-Nordeste: Exportação, Importação e Saldo – 2000 a 2016 (em US\$ milhões FOB)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

A desagregação das exportações nordestinas por fator agregado (Tabela 5) mostra que, no

período em análise, as vendas dos produtos básicos (22,4% da pauta) recuaram 31,9% ou US\$ 1.343 milhões, em valores absolutos. Essa queda expressiva foi causada, principalmente, pela redução dos embarques de soja (7,6% do total da pauta regional) que registraram retração de 50,9% ou US\$ 1.011 milhões no volume de vendas. A quantidade embarcada do grão recuou 49,2% ou 2.522 mil toneladas a menos, resultado da longa estiagem que assola a Região. A Bahia, responsável por 53,6% das vendas externas do grão apresentou queda de 48,1% na receita. Já o Maranhão (36,3%) e Piauí (10,0%) registraram diminuição de 48,7% e 66,0%, respectivamente.

As vendas de produtos semimanufaturados recuaram 9,9% em 2016 frente a 2015. Pasta química de madeira de não conífera, principal produto exportado pela Região (11,2%) no ano, registrou queda nas vendas de 19,1%. Os estados produtores de celulose, Bahia e Maranhão, com participação de 59,7% e 40,3%, registraram retração de 18,8% e 19,5%, respectivamente.

O embarque de produtos manufaturados apresentou decréscimo de 0,5 % devido, principalmente, à redução de 20,8% nas vendas de óleos combustíveis. Por outro lado, o setor automotivo nordestino com fabricas na Bahia (Ford) e Pernambuco (Fiat Chrysler Automobiles – FCA) registrou incremento nas vendas tanto de veículos de passageiros (+ US\$ 57,1 milhões) quanto de carga (+ US\$ 186,5 milhões).

Tabela 5 - Nordeste - Exportação por fator agregado - 2016/2015 - US\$ milhões FOB

Fator Agregado	2016		2015		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Básicos	2.872	22,4	4.215	28,8	- 31,9
Industrializados	9.820	76,6	10.284	70,2	- 4,5
Semimanufaturados	3.971	31,0	4.408	30,1	- 9,9
Manufaturados	5.849	45,6	5.876	40,1	- 0,5
Op. especiais	121	0,9	156	1,1	- 22,3
TOTAL	12.814	100,0	14.655	100,0	- 12,6

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Segundo a categoria de uso das importações (Tabela 6), o segmento de Bens de capital (maquinas e equipamentos) foi o único que apresentou crescimento nas aquisições, em 2016 relativamente ao ano anterior. Entretanto, esse resultado foi devido, principalmente, aos investimentos feitos pela Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), no Ceará.

Por outro lado, a redução das compras de bens intermediários (-16,0%) e bens de consumo (-29,8%) reflete o desaquecimento da atividade industrial e a retração do consumo das famílias. Já a expressiva queda de 36,8% no grupo de combustíveis e lubrificantes ocorreu tanto pela retração nos preços como pela diminuição da quantidade importada.

Tabela 6 - Nordeste - Importação por categoria de uso - 2016/2015 - US\$ milhões FOB

Categoria de Uso	2016		2015		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	4.255	24,26	3.328	15,53	27,85
Bens intermediários	6.925	39,48	8.245	38,48	-16,01
Bens de consumo	1.309	7,46	1.866	8,71	-29,85
Bens não duráveis	733	4,18	864	4,03	-15,17
Bens duráveis	576	3,29	1.002	4,68	-42,50
Combustíveis e lubrificantes	5.051	28,80	7.988	37,28	-36,77
TOTAL	17.540	100,00	21.427	100,00	-18,14

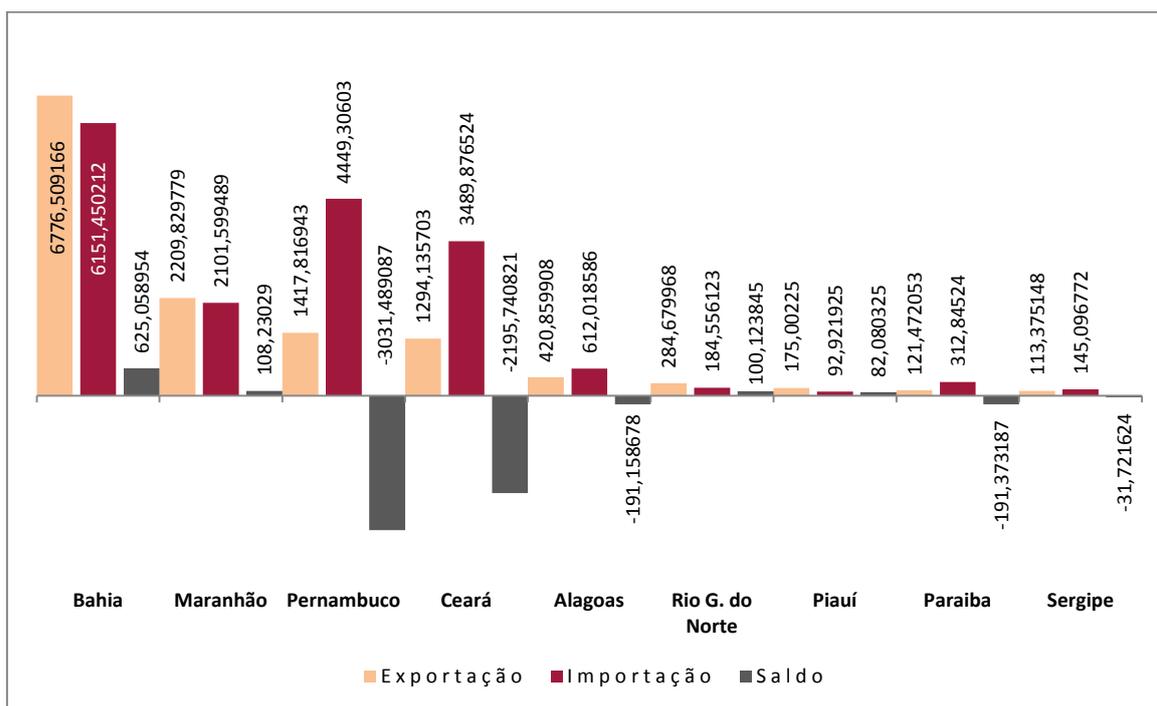
Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Os principais parceiros comerciais do Nordeste, China, Estados Unidos e Argentina responderam por 42,3% das exportações e 39,1% das importações da Região. No acumulado de 2016 frente a 2015, os embarques para os Estados Unidos e Argentina aumentaram 14,2% e 31,6%, respectivamente, e as vendas para China caíram 46,2%. Por seu turno, os desembarques dos produtos oriundos da China (-13,4%), Estados Unidos (-7,9%) e Argentina (-3,9%) retrocederam. A balança comercial nordestina apresentou déficit com os três parceiros: Estados Unidos (-US\$ 1.132 milhões), Argentina (-US\$ 1242 milhões) e China (-US\$ 59 milhões).

A Bahia foi o estado que registrou o maior volume de vendas externas (52,9%) do Nordeste em 2016 (Tabela 7). O Maranhão ocupou a segunda posição com 17,2% das exportações no período em análise, vindo em seguida Pernambuco (11,1%) e Ceará (10,1%). Do lado das importações, Bahia concentrou 35,1% do total das compras externas da Região seguida por Pernambuco (25,4%), Ceará (19,9%) e Maranhão (12,0%).

Dos estados nordestinos, apenas Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Bahia registraram saldo positivo na balança comercial em 2016 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial - 2016/2015 - US\$ milhões FOB



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Vale destacar, entretanto, os incrementos de exportação em Pernambuco (+35,5%), devido às vendas de "Fuel-oil", Tereftalato de polietileno e de veículos. No Ceará ocorreu incremento de 23,7%, em função, principalmente, das vendas de placas de aço. Em Sergipe, o incremento foi de 18,5%, em razão da comercialização de sucos de laranja e de abacaxi e de latas de alumínio e outros recipientes. Os principais produtos exportados e importados por estado da Região em 2016 estão discriminados na Tabela 8.

Tabela 7 – Nordeste e Estados - Exportação, Importação e Saldo da Balança Comercial - 2016/2015 - US\$ milhões FOB

Estados	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var % 2016/2015	Valor	Part. (%)	Var % 2016/2015	
Maranhão	2.210	17,2	-27,6	2.102	12,0	-42,0	108
Piauí	175	1,4	-56,5	93	0,5	-16,3	82
Ceará	1.294	10,1	23,7	3.490	19,9	29,8	-2.196
Rio G. do Norte	285	2,2	-10,5	185	1,1	-25,4	100
Paraíba	121	0,9	-14,2	313	1,8	-45,1	-191
Pernambuco	1.418	11,1	35,5	4.449	25,4	-12,2	-3.031
Alagoas	421	3,3	-37,4	612	3,5	-1,4	-191
Sergipe	113	0,9	18,5	145	0,8	-32,1	-32
Bahia	6.777	52,9	-14,0	6.151	35,1	-25,8	625
NORDESTE	12.814	100,0	-12,6	17.540	100,0	-18,1	-4.726

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Quadro 1 – Brasil, Nordeste e Estados - Principais Produtos Exportados e Importados - 2016 –
Em %

Brasil, Nordeste e Estados	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Alumina calcinada (40,7%), Pasta química madeira de n/conif. (26,3%), Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira (16,1%)	"Gasóleo" (óleo diesel) (28,4%), Outras gasolinas, exceto para aviação (24,1%), Álcool etílico (14,4%)
Piauí	Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira (55,8%), Ceras vegetais (24,5%), Mel natural (6,5%)	Laminado de ferro/aço, l>=6dm, galvan. (9,7%), Células solares em módulos ou painéis (8,5%), Laminado de ferro/aço, a frio (8,0%)
Ceará	Outros produtos semimanufaturados de ferro/aço (13,8%), Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (8,0%), Calçados de borracha/plast. c/parte superior em tiras, etc. (6,6%)	Gás natural, liquefeito (7,2%), Outros trigos e misturas de trigo c/centeio (5,4%), Hulha betuminosa, não aglomerada (4,5%)
Rio G. do Norte	Melões frescos (26,5%), Sal marinho, a granel, sem agregados (9,0%), Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca (8,8%)	Outros trigos e misturas de trigo c/centeio (28,9%), Caixas de papel ou cartão, ondulados (canelados) (3,7%), Outros fornos n/eletr.p/ustulacao, etc. de minérios/metals (3,6%)
Paraíba	Calçados de borracha/plast. c/parte super. em tiras, etc. (50,1%), Sucos (sumo) de outras frutas, n/fermen.s/adicção de açúcar (6,8%), Fio algodão >=85% (4,8%)	Outros trigos e misturas de trigo c/centeio (14,3%), Malte não torrado, inteiro ou partido (11,2%), Calçados p/esportes, etc. e matéria têxtil e sola borracha/plástico (7,8%),
Pernambuco	"Fuel-oil" (16,9%), Tereftalato de polietileno em forma primária (13,2%), Outros veículos automóveis c/motor diesel, p/carga (13,2%)	"Gasóleo" (óleo diesel) (8,1%), Outros propanos liquefeitos (7,8%), Querosenes de aviação (6,6%)
Alagoas	Outros açucares de cana (83,7%), Policloreto de vinila, obt. proc. suspensão, forma primária (8,6%), Outros açucares de cana (3,0%)	Óleos brutos de petróleo (19,2%), Outras naftas, exceto para petroquímica (8,0%), Naftas para petroquímica (4,5%)
Sergipe	Sucos de laranjas, congelados, não fermentados (47,6%), Outros sucos de abacaxi (13,5%), Outros recipientes tubulares, de alumínio (9,3%)	Diidrogeno-ortofosfato de amônio, incl. mist. hidrogen. etc. (17,8%), Outros trigos e misturas de trigo c/centeio (17,0%), Sulfato de amônio (6,4%)
Bahia	Pasta química de madeira de n/conif. (12,7%), Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira (7,7%), Catodos de cobre refinado/seus elementos, em forma bruta (7,0%)	Naftas para petroquímica (20,2%), Sulfetos de minérios de cobre (11,2%), Gás natural, liquefeito (7,0%)
Nordeste	Pasta química madeira de n/conif. (11,2%), Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira (7,6%), Alumina calcinada (7,0%)	Naftas para petroquímica (7,2%), "Gasóleo" (óleo diesel) (6,0%), Outras gasolinas, exceto para aviação (4,0%)
Brasil	Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira (10,4%), Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados (6,2%), Óleos brutos de petróleo (5,4%)	Óleos brutos de petróleo (2,1%), "Gasóleo" (óleo diesel) (2,1%), Naftas para petroquímica (1,7%)

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do MDIC.

10. FINANÇAS PÚBLICAS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) é um tributo estadual, fundamental para compor as receitas das unidades federativas brasileiras. Em 2016, a arrecadação total com esse tributo alcançou R\$ 415,4 bilhões, representando um crescimento nominal de 3,5%, implicando porém em uma perda real de 4,8% (Tabela 1).

O ICMS é um tributo de aplicação complexa, que cria burocracia para as empresas e animosidade nas relações entre os estados. As alíquotas internas são diferenciadas com base no tipo de fato gerador (produto ou serviço) e variam de uma unidade federativa para outra. A discrepância nas alíquotas interestaduais criaram condições desiguais de competição e levaram o País a chamada guerra fiscal.

Parte do ICMS é pago na origem, ou seja, a empresa que vende realiza o recolhimento, beneficiando assim os estados produtores, mais desenvolvidos economicamente, que conseguem maior arrecadação. A outra parcela do imposto é recolhida no estado comprador.

A concentração do ICMS é refletida na distribuição do tributo em termos regionais. O Sudeste respondeu por mais da metade do ICMS arrecadado em 2016, precisamente 50,3%. A seguir, ficaram o Sul (17,6%); Nordeste (16,6%); Centro-Oeste (9,4%); e Norte (6,0%), conforme especificado na Tabela 1.

Especificamente no Nordeste, o ICMS cresceu 6,6% em termos nominais em 2016. Descontada a inflação, implicou uma perda real de 2,0%. As demais regiões apresentaram recuo de arrecadação em termos reais, sendo o mais expressiva no Norte (-7,5%); seguido do Sudeste (-6,9%); Centro-Oeste (-3,4%); e Sul (-1,1%).

Tabela 1: Arrecadação de ICMS – 2015 e 2016 – R\$ Milhões

Estado/Região/País	2015	Part.%	2016	Part.%	Var.% ⁽¹⁾	Var. Real % ⁽²⁾
Alagoas	3.121	0,8	3.520	0,8	12,8	3,7
Bahia	18.635	4,6	19.508	4,7	4,7	-3,7
Ceará	9.859	2,5	10.436	2,5	5,9	-2,7
Maranhão	5.019	1,3	6.008	1,4	19,7	10,1
Paraíba	4.540	1,1	4.833	1,2	6,4	-2,1
Pernambuco	12.840	3,2	13.350	3,2	4	-4,4
Piauí	3.223	0,8	3.415	0,8	6	-2,6
Rio Grande do Norte	4.526	1,1	4.938	1,2	9,1	0,3
Sergipe	2.918	0,7	2.944	0,7	0,9	-7,2
Nordeste	64.681	16,1	68.952	16,6	6,6	-2
Norte	24.847	6,2	24.980	6	0,5	-7,5
Sudeste	206.444	51,4	209.104	50,3	1,3	-6,9
Sul	68.139	17	73.287	17,6	7,6	-1,1
Centro-Oeste	37.208	9,3	39.084	9,4	5	-3,4
Brasil	401.319	100	415.407	100	3,5	-4,8

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda. Notas: (1) Variação nominal, ano de 2016 em relação a 2015. (2) Variação real, descontado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, ano de 2016 em relação a 2015.

Apenas três estados nordestinos tiveram crescimento real em 2016, Maranhão (10,1%), Alagoas (3,7%) e Rio Grande do Norte (0,3%). Os maiores recuos ocorreram em Sergipe (-7,2%), Pernambuco (-4,4%) e Bahia (-3,7%). Seguem Ceará (-2,7%), Piauí (-2,6%) e Paraíba (-2,1%), conforme especificado na Tabela 1.

Em termos setoriais, é importante ressaltar que a arrecadação somada dos setores secundário, terciário, energia além de petróleo, combustíveis e lubrificantes alcançou 95,4% da arrecadação total do ICMS no Nordeste (Tabela 2).

Tabela 2 - ICMS: Participação setorial na arrecadação estadual - Em %

Estado/Região	Primário	Secundário	Terciário	Energia	Petróleo	Dívida Ativa e Outras
	Part. %	Part. %	Part. %	Part. %	Part. %	Part. %
Alagoas	0,1	30,3	42,5	10,1	14,7	2,3
Bahia	0,5	24,9	37,6	10,9	23,2	2,7
Ceará	0,1	20,2	40,2	13,4	23,2	2,9
Maranhão	0,6	12,6	39,7	9,4	19,6	18,1
Paraíba	0,1	13,6	46,1	12,0	23,2	4,9
Pernambuco	0,04	14,7	53,7	11,3	18,8	1,3
Piauí	6,8	15,2	33,0	12,5	32,3	0,1
Rio Grande do Norte	2,0	17,9	47,3	10,6	22,2	0,0
Sergipe	4,7	20,5	42,6	10,3	20,5	1,4
Nordeste	0,9	19,5	42,8	11,3	21,9	3,6

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda.

Vale registrar que a arrecadação do setor terciário apresentou a maior participação média na arrecadação do ICMS do Nordeste, 42,8%. A arrecadação do referido setor decresceu 2,7% em termos reais.

A arrecadação no setor secundário, que representou 19% do total obtido no Nordeste, declinou 2,7% em termos reais. Em contrapartida, o setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes, que obteve uma participação relativa de 21,9% na arrecadação total do Nordeste, cresceu 3,0% em termos reais. O segmento de energia, com 11,3% de participação no total arrecadado do Nordeste, apresentou incremento real de 5,2% em 2016.

Em termos estaduais, vale registrar que o crescimento obtido pelo Maranhão (10,1%) deveu-se, principalmente, ao crescimento da arrecadação na dívida ativa e outras fontes de receitas,

que passaram a ter uma participação relevante no total da arrecadação (18,1%). Os setores secundário, terciário e de energia também apresentaram crescimento.

Alagoas obteve incremento real no setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes (36,6%), com participação de 14,7% na arrecadação do estado.

No Rio Grande do Norte cabe destacar o setor de petróleo, com variação real de 104,9% e cuja participação alcançou 22,2% do total estadual. O setor secundário, por sua vez, obteve crescimento real de 39,8% , implicando uma participação de 17,9% na arrecadação estadual.

Sergipe e Pernambuco foram os estados com os maiores decréscimos. Em Sergipe, observou-se queda real em todos os setores, com destaque para a redução no secundário (-13,8%) e cuja participação representou 20,5% da arrecadação estadual.

Em Pernambuco, o único crescimento real ocorreu no setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes (7,1%) cuja participação alcançou 18,8% do total estadual.

A perda real da arrecadação do ICMS advém da desaceleração da economia do país e regiões. No entanto, essas perdas não são uniformes nos grandes setores da economia regional.

Tabela 2 - ICMS: Variação (1) por setor em 2016 – Em %

Estado/Região	Primário	Secundário	Terciário	Energia	Petróleo	Dívida Ativa e Outras
	Var. Real	Var. Real	Var. Real	Var. Real	Var. Real	Var. Real
Alagoas	65,7	-1,1	1,7	7,4	36,6	3,0
Bahia	-24,5	-5,8	-0,9	-9,6	-1,6	-9,8
Ceará	-19,5	0,0	-8,6	2,1	2,6	7,1
Maranhão	111,0	2,7	6,9	1,6	-30,2	371,6
Paraíba	6,2	-8,1	-2,8	-9,9	5,4	11,5
Pernambuco	-10,6	-8,6	-4,7	-5,9	7,1	-43,9
Piauí	0,3	1,0	-8,3	-7,3	4,3	-52,7
Rio Grande do Norte	-89,4	39,8	1,9	-0,3	104,9	-
Sergipe	-12,9	-13,8	-5,0	-6,4	-0,7	-32,4
Nordeste	-58,0	-2,7	-2,7	-5,2	3,0	38,0

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda. Nota: (1) Variação real, descontado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, ano de 2016 em relação a 2015.

11. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Conforme o Banco Central (BACEN), o saldo de crédito do sistema financeiro no Brasil, incluindo operações com recursos livres e direcionados, alcançou R\$ 3.107 bilhões ao final de 2016, registrando queda de 3,5% no ano. A relação crédito/PIB declinou para 49,3% ao final de 2016, em comparação com 53,7% em dezembro de 2015 (Tabela 1).

Tabela 1 - Saldo de crédito do sistema financeiro brasileiro ao final de 2016 - R\$ bilhões

Ano	Pessoa Jurídica		Pessoa Física		Total	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
2015	1.707,20	53,0	1.512,20	47,0	3.219,40	100,0
2016	1.545,70	49,8	1.560,80	50,2	3.106,50	100,0

Fonte: Elaborado pelo BNB / ETENE, com dados do BACEN.

O recuo do saldo de crédito em 2016 está relacionado com a retração econômica no País, que gerou impactos negativos na demanda de consumo das famílias e no nível de investimento das empresas. Além disso, o aumento da percepção de risco por parte do sistema financeiro contribuiu para frear as concessões de crédito.

Considerando-se o cenário macroeconômico restritivo, que inclusive gerou liquidações e renegociações de contratos de diversas empresas, o crédito para pessoas jurídicas somou R\$ 1.546 bilhões ao final de 2016, representando declínio de 9,5% no ano.

Por outro lado, o saldo de crédito para pessoas físicas alcançou R\$ 1.561 bilhões em 2016, crescimento de 3,2% no ano. Referido saldo ultrapassou portanto o de pessoas jurídicas.

Sob a ótica das origens dos recursos, o saldo das operações que utilizam os recursos livres, que correspondem aos contratos com taxas de juros livremente pactuadas entre instituições financeiras e mutuários (taxas de mercado), somou R\$ 1.556 bilhões ao final de 2016, significando declínio de 4,9% no ano.

Os recursos direcionados representam as operações de crédito regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) ou vinculadas a recursos orçamentários, destinadas, basicamente, à produção e ao investimento de médio e longo prazos aos setores imobiliário, habitacional, industrial, comercial, rural, serviços e de infraestrutura. Nessa modalidade, o saldo atingiu R\$ 1.550 bilhões ao final de 2016, representando retração de 2,0% no ano.

Em termos de atividades econômicas, os saldos atingiram os montantes, em seguida especificados, ao término de 2016: indústria (R\$ 747,2 bilhões); serviços (R\$ 740,9 bilhões); outros (R\$ 33,2 bilhões); e agropecuária (R\$ 24,4 bilhões), conforme detalhado na Tabela 2.

Tabela 2 - Crédito do sistema financeiro - Saldo por atividade econômica ao final de 2016 - R\$ milhões

Setor	Atividade	Saldo	Varição (%)
			No ano
Agropecuária	-	24.384	-3,4
	Extrativa	31.677	-30,7
	Transformação	410.587	-13
Indústria	Construção	100.804	-10,2
	SIUP (1)	204.169	0,7
	Total	747.238	-10,3
	Comércio	274.524	-10,5
	Transporte	140.603	-16,7
Serviços	Administração Pública	128.539	4,1
	Outros	197.239	-4,8
	Total	740.905	-8,1
Outros	-	33.187	-22,8
Total	-	1.545.715	-9,5

Fonte: Elaborado pelo BNB / ETENE, com dados do BACEN.

Nota: (1) SIUP corresponde aos Serviços Indústrias de Utilidade Pública.

Vale registrar que todos os grandes setores apresentaram declínio em termos de saldo de crédito no ano: Indústria (-10,3%); serviços (-8,1%); outros (-4,8%); e agropecuária (-3,4%), de acordo com a Tabela 2.

Somente os segmentos de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), com +0,7% e Administração Pública (+4,1%) registraram expansão no saldo de crédito em 2016 (Tabela 2).

Em termos regionais, o saldo de crédito em todas as regiões do País apresentou declínio. Especificamente no Nordeste, o saldo alcançou R\$ 397 bilhões ao final de 2016, o terceiro maior entre as regiões, com decréscimo de 1,9% no ano (Tabela 3).

Tabela 3 - Crédito do sistema financeiro por região geográfica - Ao final de 2016

Região/Brasil	Saldo - R\$ bilhões	% do Saldo	Var. % no ano
Norte	116,2	3,8	-2,1
Nordeste	397,3	13,0	-1,9
Centro-Oeste	329,2	10,8	-0,8
Sudeste	1.650,00	54,2	-4,7
Sul	553,0	18,2	-0,5
Brasil ⁽¹⁾	3.045,70	100,0	-3,2

Fonte: Elaborado pelo BNB / ETENE, com dados do BACEN.

Nota: (1) A soma dos saldos de créditos das regiões somou R\$ 3.045,7 bilhões em dezembro de 2016, enquanto que no Brasil o total atingiu R\$ 3.106,5 bilhões. A diferença de R\$ 60,8 bilhões refere-se a recursos aplicados em projetos que beneficiam diferentes unidades federativas e/ou aplicações em que não foi possível precisar a localização geográfica do tomador do empréstimo ou ainda operações com valor inferior a R\$ 1 mil. (2) Dados preliminares.

O saldo de crédito com pessoas jurídicas no Nordeste atingiu R\$ 155 bilhões em 2016, representando recuo de 9,9% no ano. Por outro lado, o saldo de crédito com pessoas físicas atingiu R\$ 242 bilhões no final de 2016, representando acréscimo de 4,1% no ano.

Apesar do declínio da Taxa Selic nos últimos meses de 2016, a taxa média de juros das operações de crédito do sistema financeiro aumentou em 2016, tendo alcançado 32,0% a.a. no final do exercício (Tabela 4). No crédito livre, a taxa média de juros atingiu 52,0% a.a., enquanto no direcionado ficou em 10,7% a.a.

Nos empréstimos às empresas, ocorreu um declínio nas taxas médias de juros, tendo finalizado o ano em 20,1% a.a. (Tabela 4). Nas contratações com recursos livres, o declínio da taxa para 28,2% a.a. foi influenciado pelas reduções em diversas modalidades, a exemplo de desconto de duplicatas e capital de giro. No crédito direcionado, o custo médio das empresas decresceu para 11,0% a.a.

Nas contratações com pessoas físicas, o custo médio situou-se em 41,5% a.a, tendo incrementado em 2016, conforme especificado na Tabela 4. No crédito livre, a taxa alcançou 71,5% a.a. e no direcionado, a taxa atingiu 10,4% a.a.

O spread bancário referente às operações com recursos livres e direcionados alcançou 22,5 p.p. ao final de 2016, aumento de 3,9 p.p. no ano. Os indicadores relativos aos segmentos de pessoas físicas e jurídicas situaram-se em 31,9 p.p. (+5,3 p.p. no ano) e 10,9 p.p. (+1,2 p.p. no ano), respectivamente. No crédito livre, o spread declinou para 40,2 p.p., enquanto no direcionado permaneceu estável em 3,8 p.p. (Tabela 4).

A inadimplência das operações de crédito do sistema financeiro, referente a atrasos superiores a noventa dias, situou-se em 3,7% em dezembro de 2016, ante 3,4% em dezembro de 2015. Nas operações com recursos livres e direcionados, o nível de atrasos alcançou 5,7% e 1,8%, respectivamente.

Nas empresas, a inadimplência aumentou para 3,5% em dezembro de 2016 em comparação com 2,6% em dezembro de 2015. No segmento das famílias, a inadimplência declinou, situando-se em 3,9% em dezembro de 2016, ante 4,2% em dezembro de 2015 (Tabela 4).

Tabela 4 - Crédito do sistema financeiro - ao final de 2016

Período	Taxas de juros (% a.a.)			Spreads (p.p)			Inadimplência (%)		
	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
2016	20,1	41,5	32	10,9	31,9	22,5	3,5	3,9	3,7
Variação %									
No ano	-0,6	3,6	2,2	1,2	5,3	3,9	0,9	-0,3	0,3

Fonte: Elaborado pelo BNB / ETENE, com dados do BACEN.

11.1. Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional⁴ registrou, ao final de 2016, um estoque de R\$ 3.105,2 bilhões em operações de crédito, ocasionando em retração nominal de 3,5%, quando comparado com o ano anterior, conforme o Banco Central (BACEN).

As operações financiadas com recursos direcionados, que sinalizavam em grande medida o ritmo do crédito no Brasil nos últimos anos, apresentam menor dinamismo, sobretudo em razão do ajuste fiscal em curso, de forma que assinalou recuo de 2,1% para a referida variável em 2016, frente a 2015, e também no campo negativo, as operações financiadas com recursos livres retrocederam em 5,0%, na mesma base de comparação, em decorrência do cenário econômico desafiador.

A participação do estoque de crédito em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), em sentido oposto do verificado em anos anteriores, apresentou trajetória descendente, passando de 53,7%, em dezembro de 2015, para 49,5%, em dezembro de 2016.

⁴ O Sistema Financeiro Nacional aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento), além do segmento constituído pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. Vale ressaltar que no saldo relativo ao Sistema Financeiro Nacional, não estão inclusos os recursos dos fundos constitucionais (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE).

Tabela 1 – Brasil: Saldo das operações de crédito do sistema financeiro – usos e fontes dos recursos e controle de capital – 2015 e 2016 (R\$ milhões correntes)

Discriminação	Dezembro	Dezembro	Variação Nominal	Participação Dez/16, %	Crédito/PIB (¹), em %	
	2015	2016			Dez/15	Dez/16
1. Destinação por Tomador	3.219.330	3.105.268	-3,5	100,0	53,7	49,4
1.1. Pessoas Físicas	1.512.163	1.560.476	3,2	50,3	25,2	24,8
1.2. Pessoas Jurídicas	1.707.167	1.544.792	-9,5	49,7	28,5	24,6
2. Fontes dos Recursos	3.219.330	3.105.268	-3,5	100,0	53,7	49,4
2.1. Livres	1.637.140	1.555.845	-5,0	50,1	27,3	24,7
2.2. Direcionados (²)	1.582.190	1.549.423	-2,1	49,9	26,4	24,6
3. Controle de Capital	3.219.330	3.105.268	-3,5	100,0	53,7	49,4
3.1. Inst. Fin. Públicas	1.796.704	1.729.653	-3,7	55,7	29,9	27,5
3.2. Inst. Fin. Priv. Nacionais	947.891	976.900	3,1	31,5	15,8	15,5
3.3 Inst. Fin. Estrangeiras	474.735	398.715	-16,0	12,8	7,9	6,3

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do BACEN.

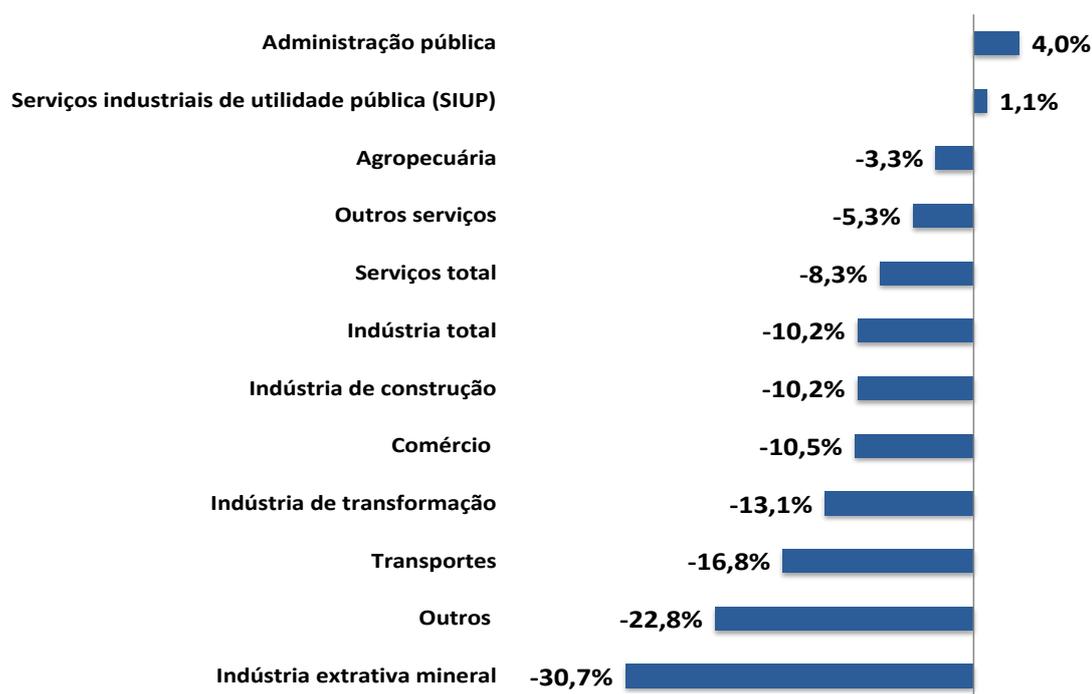
Notas: (1) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.

(2) Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

A desaceleração na taxa de crescimento das operações de crédito ocorre desde 2011. Nos meses de maio e outubro de 2016, o saldo das operações de recursos livres e direcionados, respectivamente, alcançaram valores negativos na comparação interanual pela primeira vez, desde o início da série histórica divulgada pelo Banco Central.

Os bancos públicos que avançaram no mercado de crédito, sobretudo devido a crise chamada de subprime, continuam apresentando maior participação relativa, 55,7%, muito embora já demonstrem sinais de perda de fôlego, como foi o encerramento do ano de 2016, quando assinalou queda de 3,7%, na comparação do mesmo período do ano passado. O retrocesso do saldo de crédito foi resultado, em grande medida, do aumento das incertezas macroeconômicas, a exemplo do comportamento do nível de atividade econômica; do desemprego e suas repercussões no nível de comprometimento da renda das famílias, do arrefecimento do consumo e da elevação da taxa básica de juros; além do cenário político turbulento e desafiador.

Gráfico 1 - Brasil: Evolução do saldo das operações de crédito do sistema financeiro – Pessoa Jurídica - Por Atividade Econômica – Variação % - 2016 em relação a 2015.



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do BACEN.

Sob a ótica das atividades econômicas, especificamente do crédito das pessoas jurídicas, voltadas essencialmente para a produção de bens e oferta de serviços, percebe-se que apenas Administração pública (+4,0%) e Serviços industriais de utilidade pública – SIUP (+1,1%) apresentaram avanços, enquanto que todas as outras atividades econômicas registraram retrocesso no saldo de crédito, sendo o segmento da indústria extrativa mineral aquele de pior desempenho, haja vista ter recuado em mais de 30% no saldo de crédito no final de 2016, quando comparado a 2015.

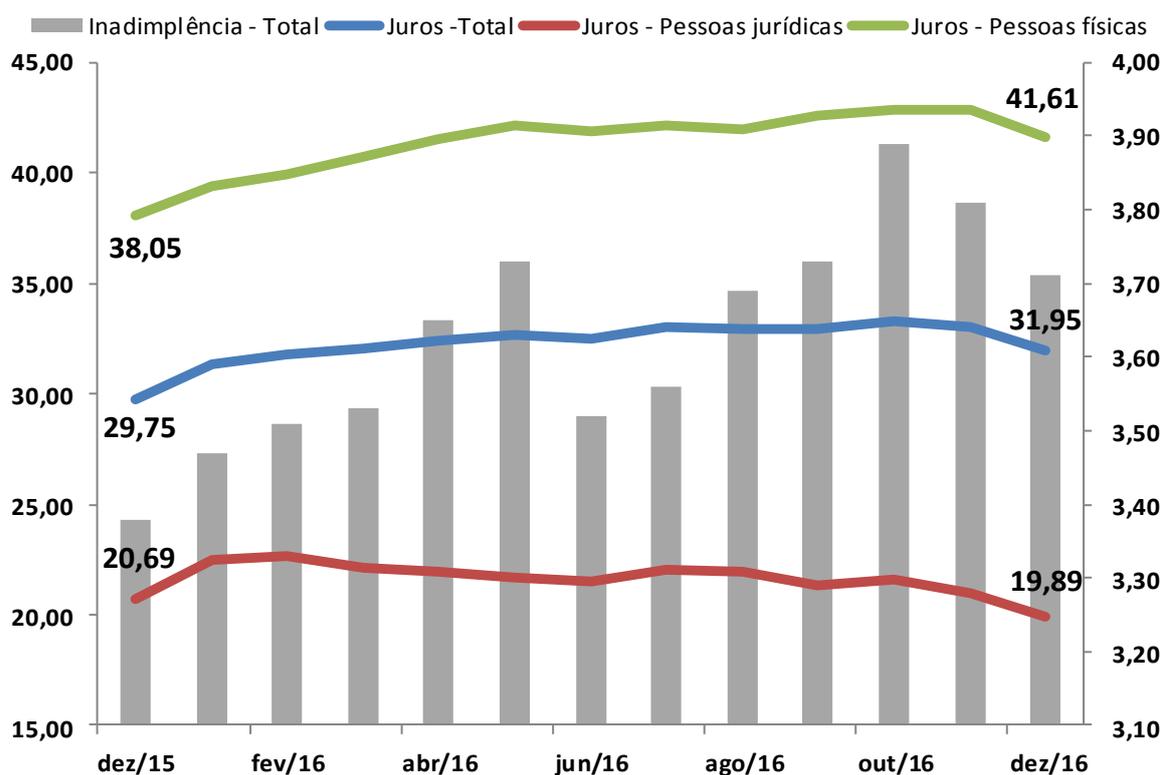
Quanto às condições de concessão de crédito, observa-se uma elevação das taxas de juros total, 31,95% em dezembro de 2016, tanto em razão do crescimento das taxas para pessoa física, quanto para a pessoa jurídica, que alcançaram 41,61% e 19,89%, respectivamente. A taxa de inadimplência, que representa a proporção das operações vencidas há mais de 90 dias em relação ao total do crédito, acompanhou a elevação dos custos financeiros e registrou trajetória de alta, de forma que aumentou de 3,38%, em dezembro de 2015 para 3,71%, em dezembro de 2016, sobretudo devido à elevação na taxa de inadimplência das empresas, que subiu de 2,62% para 3,50%. Vale ressaltar que neste mesmo período, a taxa de inadimplência das pessoas físicas recuou de 4,23% para 3,98%.

A taxa de spread, ou seja, a diferença de juros entre a captação e aplicação de recursos, que representam em grande medida as margens de rentabilidade dos bancos, apresentou elevação de 18,6% em 2015 para 22,5% em 2016, fundamentalmente em razão da percepção maior de risco nas operações, motivada pelo cenário econômico recessivo e seus impactos nas margens de lucros dos empresários e renda das famílias.

Conforme o Banco Central, o comportamento de crédito brasileiro continua a refletir o ambiente adverso da economia real, resultando na manutenção da cautela na concessão de crédito e na baixa demanda por parte dos tomadores de recursos, especialmente devido a variáveis conjunturais e redução da confiança dos consumidores e empresários, acompanhado pela manutenção de práticas e critérios de concessão mais conservadores nas novas operações de crédito. As renegociações e reestruturações de dívidas mantiveram-se em alta no período, como forma de ajuste dos fluxos financeiros esperados à capacidade de pagamento de famílias e empresas. Ainda de acordo com o BACEN, a rentabilidade do sistema bancário apresentou queda, influenciada pela deterioração da qualidade do crédito e pelo consequente aumento das despesas com provisões.

Em contrapartida, as instituições direcionaram esforços na contenção de custos administrativos e na busca por outras fontes de receita, com incremento das rendas de tarifas, seguros e cartões na formação do lucro líquido. As análises de cenários e de sensibilidade desenvolvidas pelo BACEN sinalizam que o sistema bancário brasileiro apresenta capacidade de suportar os efeitos de choques, mesmo diante de possíveis mudanças bruscas de taxas de juros, câmbio, inadimplência ou preços dos imóveis residenciais.

Gráfico 2 – Inadimplência, Taxas de Juros Total, Pessoas Físicas e Jurídicas

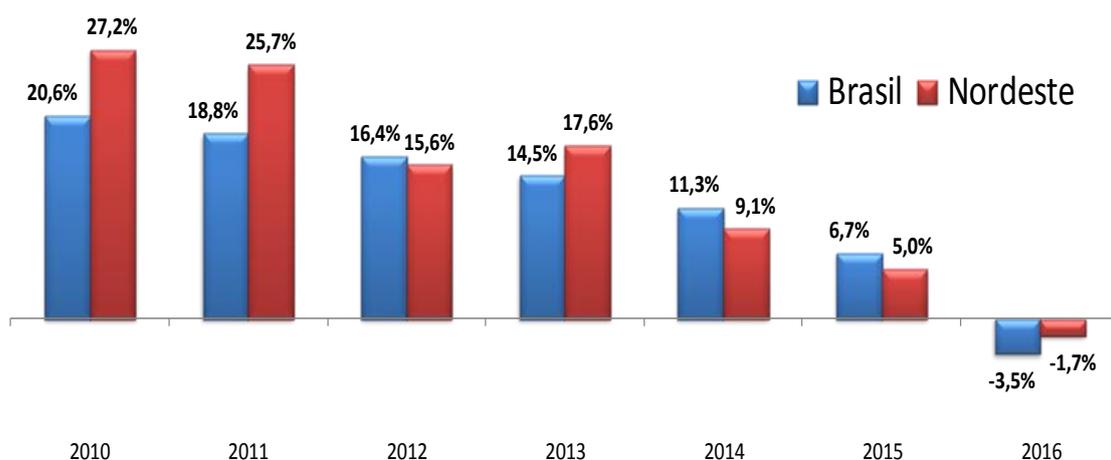


Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do BACEN.

11.2. Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro no Nordeste

O saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro no Nordeste alcançou R\$ 398,0 bilhões⁵, no final de 2016, representando queda de 1,7%, quando comparado com o ano anterior, conforme aponta os dados do BACEN.

Gráfico 3 – Brasil e Nordeste: Evolução do saldo das operações de crédito do sistema financeiro – % – 2010 a 2016



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do BACEN.

Entre os estados nordestinos, a maior elevação no saldo das operações de crédito ocorreu no Ceará (+2,3%), acompanhado pelo Piauí (+1,6%), Maranhão (+1,5%) e Paraíba (+1,2%). Todos os outros estados apresentaram resultados negativos. Em termos de participação, apenas três estados (Bahia, Pernambuco e Ceará) concentravam cerca de dois terços do estoque de crédito da Região, reproduzindo assim o peso que os referidos estados detêm na composição do PIB do Nordeste.

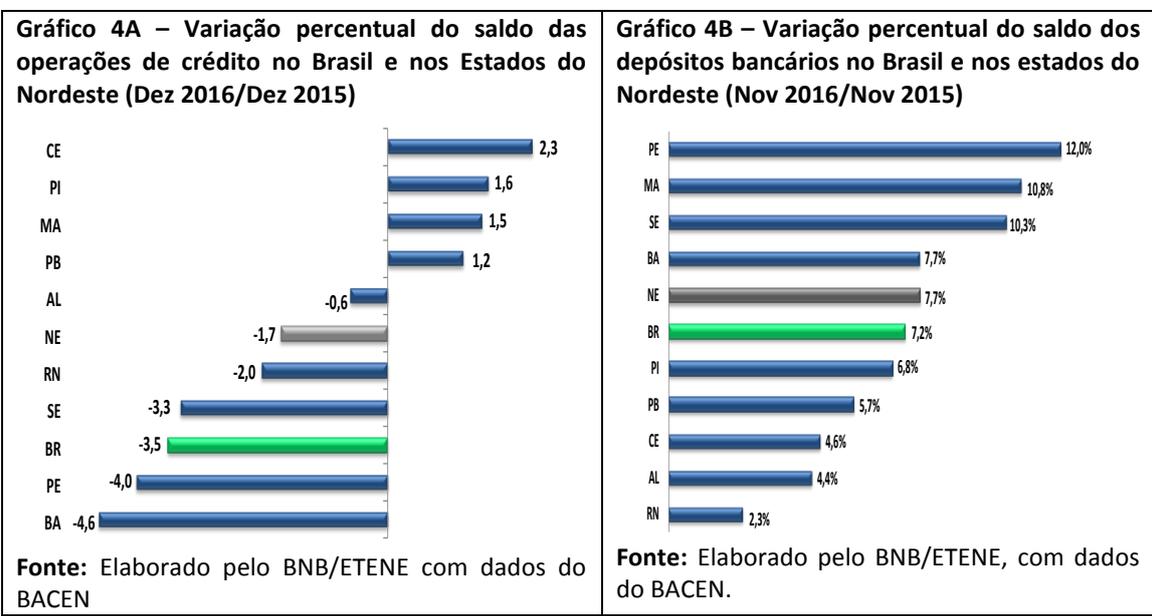
O crédito, em nível regional, que permanece sustentado pelo comportamento das operações de crédito das pessoas físicas, voltado fundamentalmente para o consumo, tendo registrado avanço de 4,2% em 2016, embora já demonstre sinais de arrefecimento. No que se refere as operações de crédito para pessoas jurídicas, essencialmente direcionado para a produção, verificou-se queda de 9,6% no saldo de crédito no final de 2016, quando comparado com 2015. Em termos de participação, ao final de dezembro de 2016, o saldo das operações de

⁵ O Sistema Financeiro Nordestino aqui considerado compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. Este valor representa aproximadamente 94,0% de todas as operações.

crédito do Nordeste destinado às famílias representava 61,4% do total, cabendo à parcela restante de 38,6% às empresas, diferente da composição média brasileira, que apresenta índices de participação mais equilibrados, em razão das pessoas físicas registrarem participação de 50,9%, ao passo que as pessoas jurídicas possuem 49,1% do crédito total.

A inadimplência da Região, em trajetória diferente da observada em nível nacional, apresentou redução, na medida em que registrou 4,05% em dezembro de 2016, ante 4,26% em dezembro de 2015, principalmente em decorrência da diminuição da inadimplência das pessoas físicas. Embora apresente as famílias registrem índice de inadimplência em 4,24%, portanto, superior ao observado para pessoa jurídica (+3,97%), esta última apresenta maior crescimento ao longo dos últimos períodos.

O saldo dos depósitos captados pelo sistema bancário no Nordeste atingiu R\$ 206,3 bilhões, em novembro de 2016, representando crescimento nominal de 7,7%, comparativamente com o mesmo mês do ano anterior, de forma que apresentou trajetória semelhante aos depósitos em nível nacional (7,2%), consoante informações do Banco Central (2014e). Pode-se inferir que este resultado moderado, sobretudo quando analisado em termos reais⁶, está relacionado com o maior endividamento das famílias, inflação resiliente, queda do poder aquisitivo (massa salarial e emprego), além da retração do nível de atividade econômica, levando as famílias a recorrer a suas reservas financeiras no intuito de alcançar o equilíbrio orçamentário. Contudo, vale salientar a elevação no saldo dos depósitos bancários da Região superior ao Brasil ocorreu em quatro estados, com destaque para Pernambuco (+12,0%), maior em variação percentual, e também, registrou a maior variação absoluta na captação de depósitos, R\$ 4,6 milhões nos últimos doze meses.



Notas: (1) Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. (2) Para o saldo dos depósitos, foram considerados os saldos dos depósitos a vista, do governo e setor privado, depósitos em caderneta de poupança e os depósitos interfinanceiros. (3) Os

⁶ A inflação do Nordeste em 2016, calculada pelo ETENE, foi de 7,2%. Portanto, em termos reais, o saldo dos depósitos na região cresceu apenas 0,47% no ano.

dados dos depósitos referentes ao mês de dezembro não estavam disponibilizados no momento da elaboração deste documento.

11.3 Empréstimos e financiamentos realizados pelo BNDES/FINAME

Os empréstimos e financiamentos concedidos pelo BNDES no Nordeste, no acumulado de 2016, alcançaram R\$ 13,4 bilhões, registrando-se uma queda de 61,4% em relação a igual período de 2015 (BRASIL, 2017). Do referido valor, 87,3% correspondeu a operações realizadas diretamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ficando a parcela restante (12,7%) repassada a outras instituições financeiras via Financiamento de Máquinas e Equipamentos (FINAME). Em nível regional observou-se queda tanto nas operações do BNDES (-61,8%), quanto nas aplicações da FINAME (-58,2%) na modalidade de máquinas e equipamentos.

No Nordeste, o recuo das aplicações totais do BNDES, em 2016, foi influenciado pelas variações negativas ocorridas nos setores de Outros Serviços (-65,6%) Comércio (-61,2%) e Indústria (-60,3%), com destaque para a redução das carteiras nos segmentos de médio-grande e grande porte, (-74,5%) e (-62,2%), respectivamente. Vale salientar que todos os outros portes registraram redução na aplicação de recursos do BNDES em termos regionais: micro (-60,8%), pequeno (-51,8%) e médio (-50,0%). Em termos nacionais, houve um decréscimo de (-47,2%) nas aplicações totais, em razão das operações diretas com o BNDES e FINAME apresentarem redução em relação ao ano anterior de (-47,9%) e (-44,1%), respectivamente.

Tabela 2 – Brasil e Nordeste: Financiamentos efetivamente concedidos pelo BNDES e Finame – Por Setor de Atividade e Porte de Empresa – 2015 e 2016 (R\$ mil correntes)

Discriminação	NORDESTE			BRASIL		
	Jan/Dez 2016	Jan/Dez 2015	Variação %	Jan/Dez 2016	Jan/Dez 2015	Variação %
a) Setor de Atividade						
Rural	824.784	1.300.930	-36,6	17.117.398	19.356.678	-11,6
Industrial	3.703.754	9.333.016	-60,3	38.098.035	57.538.913	-33,8
Comércio	1.017.795	2.625.115	-61,2	10.170.771	18.939.501	-46,3
Intermediação Financeira	1.812.690	3.843.612	-52,8	31.040.552	65.692.082	-52,7
Outros Serviços	6.076.423	17.664.561	-65,6	30.336.438	78.717.993	-61,5
Habitação	0	0	0,0	0	0	0,0
Outros	0	0	0,0	0	0	0,0
b) Porte de Empresa						
Micro	1.320.992	3.372.988	-60,8	17.423.320	29.047.487	-40,0
Pequeno	862.391	1.788.969	-51,8	8.842.254	14.502.197	-39,0
Médio	874.633	1.748.220	-50,0	7.613.951	11.790.395	-35,4
Médio-Grande	298.402	1.170.661	-74,5	5.782.598	12.344.783	-53,2
Grande	10.079.027	26.686.396	-62,2	87.101.072	172.560.343	-49,5

TOTAL	13.435.445	34.767.234	-61,4	126.763.195	240.245.205	-47,2
--------------	-------------------	-------------------	--------------	--------------------	--------------------	--------------

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados de Brasil (2017).

11.4. Banco do Nordeste: Taxas de Juros, Saldo dos Depósitos e Operações de Crédito

O Banco do Nordeste (BNB), principal órgão de fomento sediado na Região, além da relevância no atendimento dos agentes produtivos no crédito de longo prazo, também tem se destacado nas suas operações de banco comercial, por praticar taxas de juros competitivos em relação aos níveis ofertados pelas instituições financeiras que integram o Sistema Financeiro Nacional.

Esse desempenho foi constatado em pesquisa realizada pelo Banco Central, cobrindo o período de 26 a 30 de dezembro de 2016, ocasião em que se acompanhou a evolução dos encargos financeiros cobrados nas principais operações de crédito junto a um grupo representativo de instituições financeiras que operaram no mercado de crédito nacional.

No grupo de operações para pessoas físicas, o BNB ficou em primeiro lugar por praticar a menor taxa de juros no País nas operações de desconto de cheques. Foi também o décimo colocado nos encargos financeiros cobrados nas operações de cheque especial. Nas operações com as empresas, a taxa de juros cobrada pelo BNB nas operações de desconto de cheque foi a quarta mais baixa entre os bancos pesquisados no País. Destaque-se também as operações de conta garantida e cheque especial, que ficaram entre as seis melhores praticadas do mercado de crédito nacional. Vale ressaltar que, embora nas demais operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas o BNB não ocupe as primeiras posições, as suas taxas de juros foram inferiores às respectivas médias do mercado de crédito brasileiro nas linhas de crédito pesquisadas.

Tabela 3 – Taxas efetivas de juros das operações de crédito: posição relativa do Banco do Nordeste em relação ao mercado brasileiro de crédito

Modalidade da Operação	Posição do BNB	Taxas Efetivas ao Mês (%)				No. Bcos. Pesquisados
		BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado	Máxima do Mercado	
Pessoa Física						
Desconto de Cheques	1º	2,59	4,28	2,59	8,40	11
Cheque especial	10º	7,08	8,77	0,00	16,00	27
Crédito pessoal consignado privado	16º	2,65	2,99	1,04	6,63	42
Crédito pessoal não consignado	18º	4,03	8,36	0,00	22,38	61
Pessoa Jurídica						
Desconto de cheque	4º	2,41	3,07	2,23	4,41	22
Conta garantida	6º	2,17	3,72	1,26	9,59	33
Cheque especial	6º	6,88	9,18	4,33	13,72	18
Capital de giro prazo até 365 dias	13º	1,96	2,54	0,60	7,02	41
Capital de giro prazo superior 365 dias	20º	2,13	2,34	0,44	5,63	38

Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE com dados do BACEN.

Nota: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

Sob a ótica da captação de recursos, no final de dezembro de 2016, o volume de depósitos captados pelo BNB atingiu R\$ 10,6 bilhões, representando queda de 3,9% comparativamente à mesma posição do ano anterior. Do referido montante, a maior parcela era formada por depósito a prazo (56,9%), vindo em seguida o depósito de poupança (19,9%) e os depósitos interfinanceiros (11,3%), para citar os mais relevantes. Entre os estados, as maiores elevações na captação de depósitos do Banco do Nordeste, em termos percentuais, no ano acumulado de 2016, ocorreram no Maranhão (+23,8%) e na Paraíba (+12,1%).

Por sua vez, o saldo das operações de crédito com recursos próprios do BNB, no final de 2016, alcançou R\$ 12,3 bilhões, registrando decréscimo de 5,4% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Os estados que apresentaram os melhores resultados foram Ceará (+18,2%) e Bahia (+10,1%).

O estoque das operações realizadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE, que é operacionalizado pelo BNB, alcançou o montante de R\$ 49,2 bilhões, em dezembro de 2016, correspondendo a um crescimento no saldo de 4,2% sobre igual posição de 2015. Assim, adicionando-se o saldo do FNE ao saldo das operações de crédito do Banco do Nordeste, chegou-se ao montante de R\$ 62,1 bilhões no acumulado de 2016, registrando aumento de saldo das operações de crédito total do BNB em 1,9%. Vale ainda salientar que o FNE participa com 79,2% do saldo total, representando a principal fonte de recurso de médio e longo prazos, para financiar o desenvolvimento do Nordeste. Em 2016 foram realizadas contratações de 558,5 mil operações com recursos do FNE, injetando recursos de R\$ 12,1 bilhões na área de atuação do BNB.

No rol dos programas geridos pelo BNB, cabe destacar o CrediAmigo, programa de microcrédito produtivo orientado, que no ano de 2016, contratou 4.164,7 mil operações, envolvendo desembolso de recursos da ordem de R\$ 7.954,0 milhões, apresentando queda de 2,2% nos valores desembolsados, comparativamente ao ano anterior. O referido Programa caracteriza-se por atender a uma clientela predominantemente feminina (67,0%), possuir um baixo valor médio por contratação (R\$ 1.553,06) e exibir um reduzido índice de inadimplência (1,90%), abaixo da média nordestina para operações de crédito com pessoa física (4,24%). Vale também sublinhar os resultados apresentados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF, que através do BNB contratou no período analisado, 501,7 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 2.465,6 milhões, representando crescimento de 6,9% e 5,6%, em quantidade de operações e valores contratados, respectivamente.